Relatório Anual

2009/2010 Resultados e Impacto
Perspectivas para 2010/2011

CONECTAS DIREITOS HUMANOS

Relatório Anual

2009/2010 Resultados e Impacto
Perspectivas para 2010/2011

CONECTAS DIREITOS HUMANOS

CONSELHO DA CONECTAS

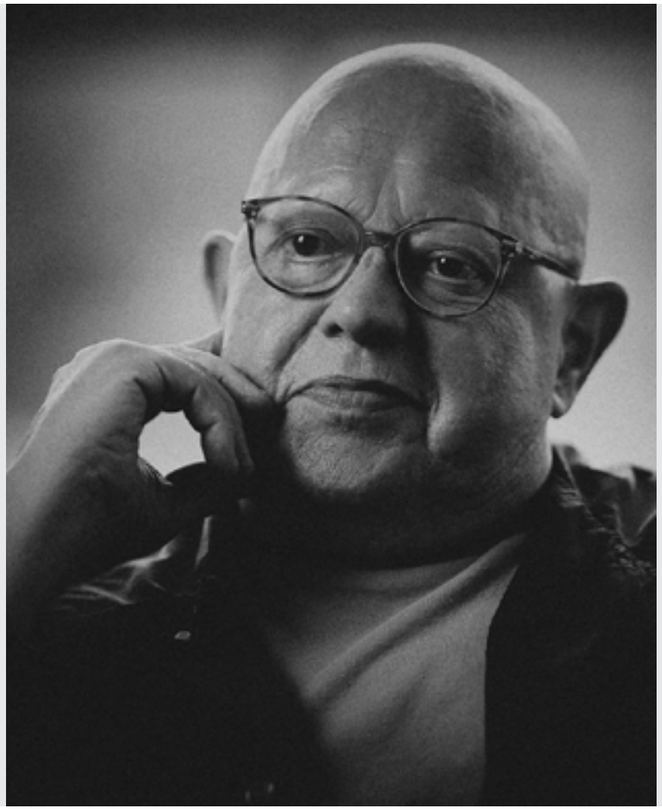
Conectas Direitos Humanos é composta por duas entidades legais: Associação Direitos Humanos em Rede e Sur - Rede Universitária de Direitos Humanos. Suas atividades são interrelacionadas e desenvolvidas sob o nome de **Conectas Direitos Humanos**. Os Conselhos de Administração das duas entidades têm a seguinte composição:

CONSELHO CONSULTIVO

ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE	SUR-HUMAN RIGHTS UNIVERSITY NETWORK
MARGARIDA BULHÕES PEDREIRA GENEVOIS Presidente do Conselho Consultivo / Coordenadora, Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos	GUILHERME LUSTOSA DA CUNHA (*in memoriam*) Presidente do Conselho Consultivo Lawyer and former UN Official
ÂMBAR DE BARROS Jornalista	ANAMARIA SCHINDLER Superintendente, Instituto Arapyaú
ANAMARIA SCHINDLER Superintendente, Instituto Arapyaú	ANDRÉ RAICHELIS DEGENSZAJN, Gerente de Conhecimento , Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)
CLAUDE GRINFEDER Membro do Conselho, Votorantim Cimentos Ltda.	CLAUDE GRINFEDER Membro do Conselho, Votorantim Cimentos Ltda.
ELOISA MACHADO Advogada (a partir de dezembro de 2010)	THEODOMIRO DIAS Advogado e Professor, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo
GUILHERME LUSTOSA DA CUNHA (*in memoriam*) Advogado e ex-Funcionário da ONU	
JACQUES EDGARD F. D'ADESKY Pesquisador, Centro de Estudos das Américas/UCAM	
MARIA TEREZA PINHEIRO Jornalista, Rede Globo de Televisão	
ROSISKA DARCY DE OLIVEIRA Presidente, Centro de Liderança da Mulher	
SANDRA CARVALHO Diretora, Justiça Global	
SÉRGIO FINGERMANN Artista	
THEODOMIRO DIAS Advogado e Professor, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo	

CONSELHO FISCAL

ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE	SUR-HUMAN RIGHTS UNIVERSITY NETWORK
ANA LUCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA Diretora, Instituto Alana	ANA LUCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA Diretora, Instituto Alana
FABIO CARUSO CURY Advogado, Cury Advogados Associados	FABIO CARUSO CURY Advogado, Cury Advogados Associados
FLAVIA REGINA DE SOUZA Advogada, Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados	FLAVIA REGINA DE SOUZA Advogada, Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados



GUILHERME LUSTOSA DA CUNHA (*in memoriam*)

Esse relatório é dedicado ao nosso amigo e membro do Conselho, Guilherme Lustosa da Cunha, que faleceu em junho de 2010. Sua vida, empenhada aos direitos humanos e à ajuda humanitária, foi uma grande fonte de inspiração, e seus conselhos foram inestimáveis para nosso projeto de Política Externa e Direitos Humanos. Sentiremos muito sua falta.

SOBRE A CONECTAS

Conectas Direitos Humanos é uma organização não-governamental e sem fins lucrativos. Sua missão é promover a efetivação dos direitos humanos e consolidação do Estado Democrático de Direito, especialmente na América Latina, Ásia e África.

UMA BREVE DESCRIÇÃO

Conectas Direitos Humanos é uma organização não-governamental internacional, sem fins lucrativos, fundada em outubro de 2001, em São Paulo, Brasil.

Sua missão é promover a efetivação dos direitos humanos e consolidação do Estado Democrático de Direito, especialmente na América Latina, Ásia e África.

Conectas obteve status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas em janeiro de 2006, e estatuto de observador junto à Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos em maio de 2009.

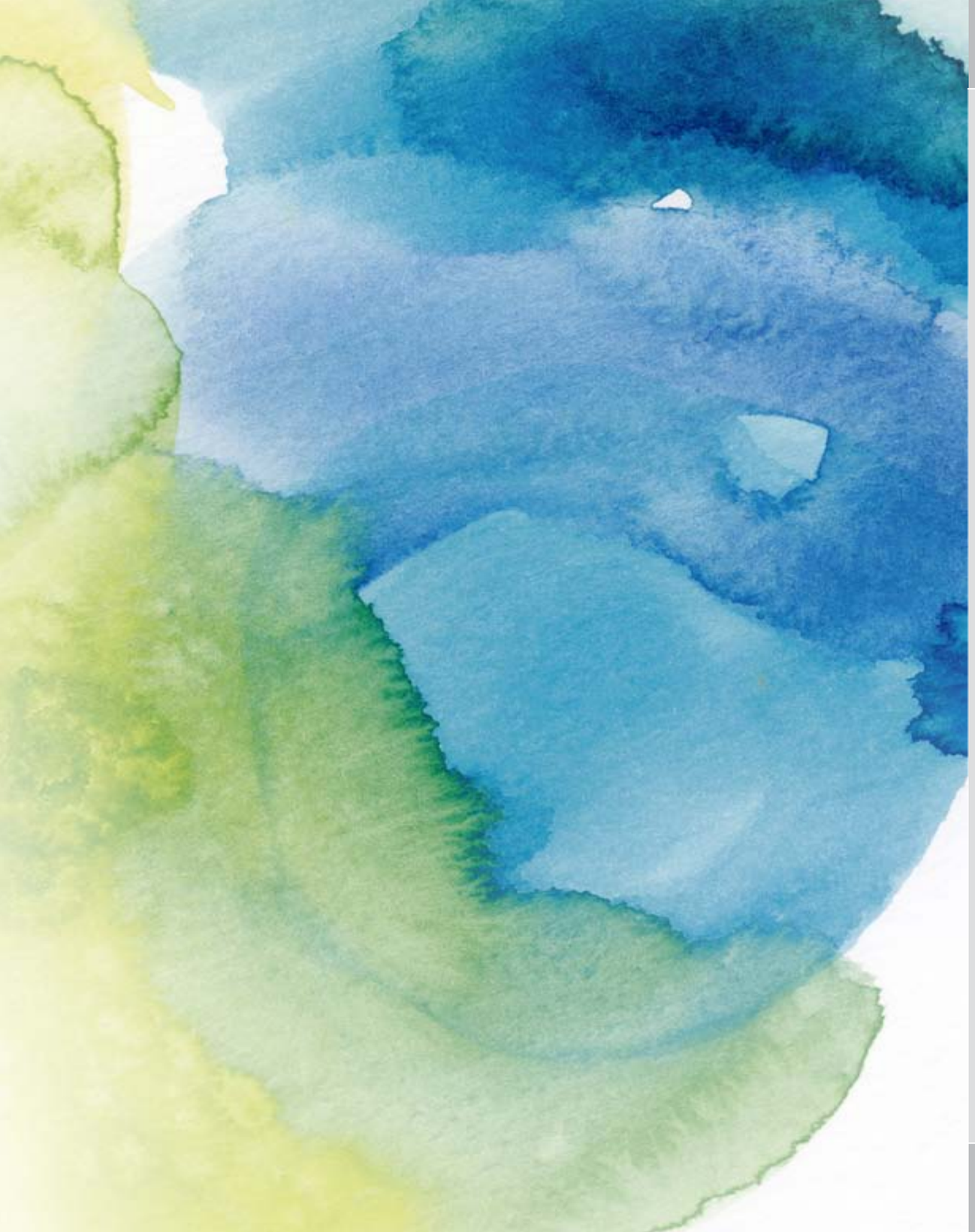
Para cumprir sua missão, Conectas realiza seu trabalho por meio de dois programas principais, que interagem entre si e abrangem atividades nacionais e internacionais.

» O PROGRAMA DE JUSTIÇA da Conectas trabalha pela proteção de grupos vulneráveis vítimas de violações dos direitos humanos por meio de litigância estratégica, advocacy e prestação de serviços jurídicos *pro bono*. Esse programa é composto por quatro iniciativas:

- Artigo 1
- Instituto Pro Bono
- Projeto Direito à Saúde da Mulher Negra (projeto piloto concluído em 2010)
- Projeto-parceria: Clínica de Negócios Inclusivos

» Por meio do PROGRAMA SUL GLOBAL, Conectas realiza pesquisas, capacita defensores de direitos humanos em âmbito local e regional, colabora com a produção de conhecimento e o intercâmbio de ações entre acadêmicos e especialistas, promove parcerias e cooperação sul-sul e subsidia ativistas para influenciar as políticas externas dos seus governos em direitos humanos e para interagir com os organismos regionais e com sistema das Nações Unidas de proteção dos direitos humanos. Esse programa é composto por cinco iniciativas:

- Colóquio Internacional de Direitos Humanos
- Política Externa e Direitos Humanos
- Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos
- Pesquisa IBSA (concluída em 2009)
- Programa de Intercâmbio em Direitos Humanos para África Lusófona
- Projeto-parceria: Programa de Intercâmbio - OSISA-Angola



FINANCIADORES

Conectas gostaria de agradecer e reconhecer o apoio de seus principais doadores em 2009/2010:

- COMISSÃO EUROPEIA
- FUNDAÇÃO FORD
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
- MACARTHUR FOUNDATION
- OAK FOUNDATION
- OPEN SOCIETY INSTITUTE
- OVERBROOK FOUNDATION
- SIGRID RAUSING TRUST
- Fundo das Nações Unidas para a Democracia
- UNITED NATIONS FOUNDATION / BETTER WORLD FUND (UNF/BWF)

Gostaríamos também de agradecer aos seguintes parceiros pela contribuição com recursos financeiros e/ou contribuições em espécie para as atividades da Conectas em 2009/2010:

- Anistia Internacional
- Ashoka Empreendedores Sociais
- Ministério da Saúde e UNESCO
- Centro de Referência para a Mulher
- Differänce
- Democracy Coalition Project
- ECOS- Comunicação em Sexualidade
- Embaixada da Holanda em Brasília
- Embaixada da Suíça em Brasília
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Friederich Ebert Foundation – Brasil
- Consulado Geral do Canadá em São Paulo
- Consulado Geral da França em São Paulo
- Fundação Getúlio Vargas – Escola de Direito de São Paulo
- Grupo Gay da Bahia
- IBCCRIM (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais)
- Rede-DESC (Direitos Econômicos, Sociais e Culturais)
- Instituto Fonte
- Instituto Sou da Paz
- Instituto PAPAI
- Koinonia
- Lawyers Collective
- Município de São Paulo - Centro da Juventude Ruth Cardoso
- National Endowment for Democracy
- Escritório do Alto Comissáriado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
- Oxfam
- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- Programa de Estudos da Diversidade (Homo)Sexual da Universidade de São Paulo (USP)
- SBDP (Sociedade Brasileira de Direito Público)
- SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)
- Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)
- Zenza

SUMÁRIO

Carta dos Diretores 12

Geografia de direitos humanos da Conectas 14

PROGRAMA SUL GLOBAL 16

Vozes do Sul Global 17

APRENDER, COMPARTILHAR E ATUAR JUNTOS
Colóquio Internacional de Direitos Humanos 21
Programa de Intercâmbio em Direitos Humanos para África Lusófona 31
Perspectivas do Sul e Esfera Multilateral: Política Externa e Direitos Humanos 35

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SUL GLOBAL SOBRE DIREITOS HUMANOS
Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos 45
A justiciabilidade dos direitos humanos - uma análise comparativa: Brasil, Índia e África do Sul 51

PROJETO-PARCERIA
Programa de Intercâmbio OSISA Angola 55

PROGRAMA DE JUSTIÇA 56

Defender os direitos e o acesso à Justiça 57

LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA PARA GRUPOS VULNERÁVEIS
Ações destinadas a reduzir a violência no sistema prisional de adultos e adolescentes 61
Acesso a medicamentos: GTPI/REBRIP 69
Os crimes de maio de 2006 71

INFLUENCIAR O DEBATE CONSTITUCIONAL
Amicus curiae no Supremo Tribunal Federal: implementação e garantia de direitos fundamentais 75

INSTITUTO PRO BONO
Promover a cultura jurídica *pro bono* no Brasil 83

DIREITO À SAÚDE DA MULHER NEGRA NO BRASIL
Empoderamento jurídico das mulheres negras 87

PROJETO-PARCERIA
Clínica de Negócios Inclusivos 91

ÁREA INSTITUTIONAL 94

Consolidar nossas bases 95

CAPTAÇÃO DE RECURSOS, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO 96

AMPLIANDO A VISIBILIDADE E DIÁLOGO COM OUTROS ATORES 98

GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS 99

DESAFIOS INSTITUCIONAIS E PERSPECTIVAS PARA 2010/2011 101

RELATÓRIO FINANCEIRO 102

Demonstrações financeiras auditadas 103

ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE 103

SUR – REDE UNIVERSITÁRIA DE DIREITOS HUMANOS 106

NOSSA EQUIPE 110

CARTA DOS DIRETORES

Conseguimos iniciar 2010 com uma visão otimista para novas oportunidades e promessas

CAROS AMIGOS E PARCEIROS,

Com este novo relatório, temos o prazer de apresentar as nossas atividades de 2009 e do primeiro semestre de 2010, cuja realização foi possível graças a sua parceria e apoio.

Para nós, como para muitas outras organizações sem fins lucrativos, os efeitos da crise econômica e da turbulência do mercado de câmbio têm gerado muitas incertezas e preocupação quanto ao cumprimento dos compromissos. No entanto, graças ao esforço de todos os membros da nossa equipe, conseguimos não só superar o clima de pessimismo que pairava no início de 2009 e realizar todas as obrigações até o final do ano daquele ano, mas também conseguimos iniciar 2010 com uma perspectiva otimista para novas oportunidades e promessas.

Para alcançar esses resultados, foram analisados mais de 100 editais de financiamentos e mais de 30 propostas foram apresentadas a potenciais doadores para novos financiamentos ou renovação daqueles vigentes. Desse total, 20 pedidos foram aprovados. Esses esforços excepcionais exigiram fortalecimento da nossa área institucional. A confiança e o apoio de nossos doadores tradicionais (Comissão Europeia, Fundação Ford, Oak Foundation, Open Society Institute, Overbrook, Fundo das Nações Unidas para a Democracia, Unated Nations Foundation / Better World Fund), bem como as oportunas contribuições de várias entidades que forneceram financiamentos e apoio em espécie, foram um retorno gratificante para todos nossos esforços.

Estamos orgulhosos de anunciar que, em fevereiro de 2009, recebemos o primeiro grande financiamento por dois anos de uma instituição brasileira, Fundação Carlos Chagas, o que nos permitiu continuar a produção semestral da Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos em versão impressa e eletrônica em três idiomas. Outra importante conquista foi o financiamento inédito para a atividades institucionais, durante o período de um ano, por parte de Sigrist Rausing Trust, e uma subvenção de dois anos da Fundação MacArthur para fortalecer nosso trabalho de colaboração com os parceiros africanos.

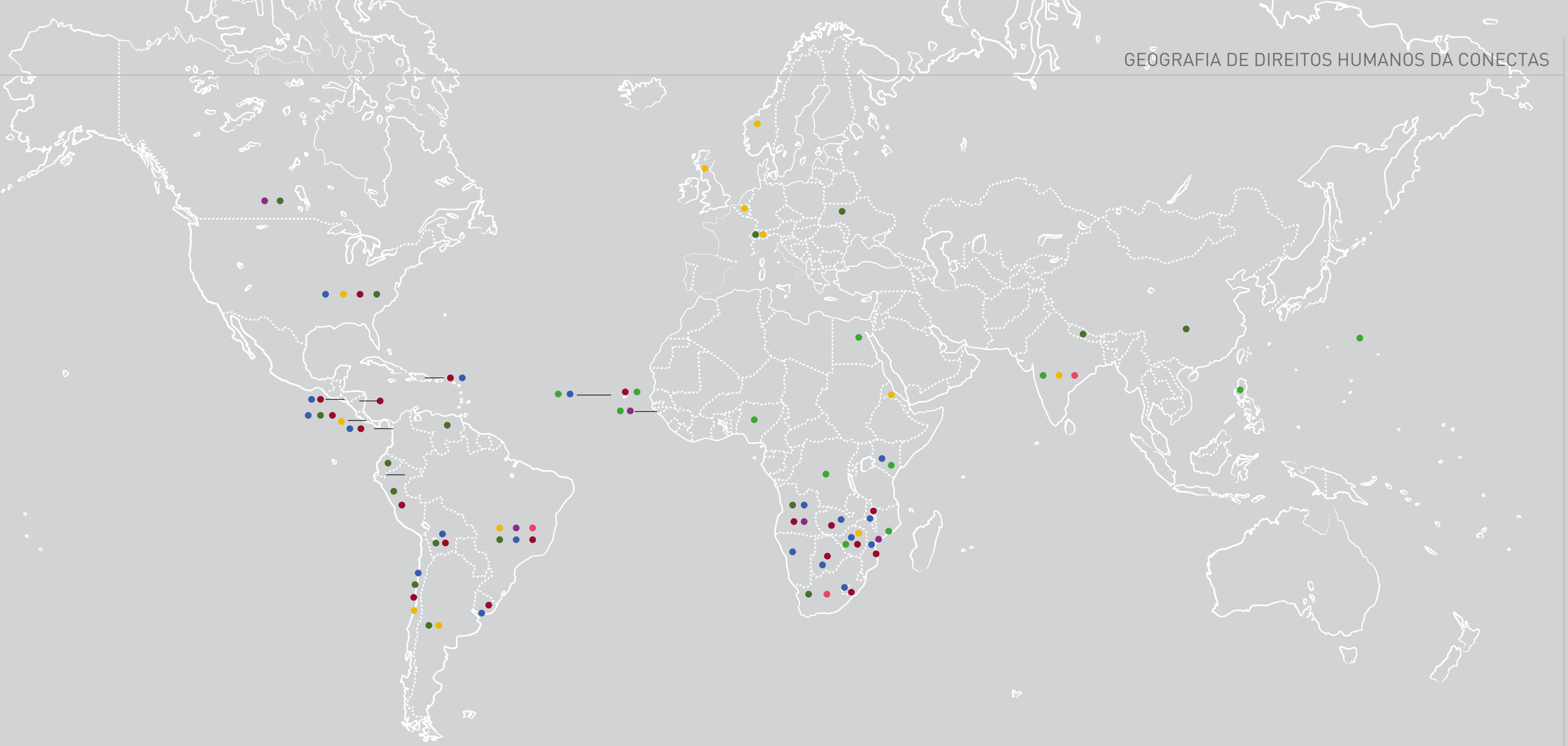
Ambos os PROGRAMAS DE JUSTIÇA e SUL GLOBAL foram beneficiados por essa reconfiguração institucional: eles estão mais integrados com prioridades redefinidas com o objetivo de maximizar os recursos disponíveis.

Este relatório abrange o oitavo ano e o primeiro semestre do nono ano de nossa existência. Em 2011, Conectas celebrará, em seu 10º aniversário, uma década de desenvolvimento inovador e de conquistas coletivas no avanço dos direitos humanos em âmbito transregional, sempre contando com o apoio e a compreensão de vocês.

MALAK POPPOVIC
Diretora-Executiva

OSCAR VILHENA
Diretor Jurídico

GEOGRAFIA DE DIREITOS HUMANOS DA CONECTAS



IX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Em 2009, os participantes do IX Colóquio eram de Angola, Bolívia, Brasil, Cabo Verde, Colômbia, República Democrática do Congo, Egito, Guiné-Bissau, Índia, Quênia, Moçambique, Nepal, Nicarágua, Nigéria, Paraguai, Peru, Filipinas, Uganda, Uruguai, Venezuela e Zimbábue.

Os palestrantes do IX Colóquio eram de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Egito, Suíça e Estados Unidos.

POLÍTICA EXTERNA E DIREITOS HUMANOS

De janeiro de 2009 a abril de 2010, o projeto Política Externa e Direitos Humanos apoiou outras ONGs para participar da Revisão Periódica Universal dos seus países. Estes parceiros eram de Angola, Bolívia, Botsuana, Cabo Verde, Chile, República Dominicana, El Salvador, Quênia, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Nicarágua, Panamá, Suazilândia, Uruguai, Estados Unidos da América, Zâmbia e Zimbábue.

PROGRAMA DE INTERCÂMBIO EM DIREITOS HUMANOS PARA ÁFRICA LUSÓFONA

Os intercambistas de 2009 eram de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique.

SUR - REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Os autores dos artigos publicados nas duas edições lançadas em 2009 eram provenientes da Argentina, Bélgica, Chile, Colômbia, Costa Rica, Eritréia, Índia, Noruega, Suíça, Reino Unido e os Estados Unidos da América.

PROJETO IBSA

A pesquisa de três anos (2007-2009) avaliou o papel desempenhado pelas cortes constitucionais para a promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil, Índia e África do Sul.

PROGRAMA DE JUSTIÇA: ARTIGO 1º, INSTITUTO PRO BONO, PROJETO DIREITO À SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Além da intensa atuação no Brasil, em 2009/2010, os projetos do Programa de Justiça da Conectas compartilhou experiências com ONGs parceiras de África do Sul, Angola, Canadá, Colômbia, Equador, Estados Unidos da América, Hungria, Peru e Ucrânia.

PROGRAMA SUL GLOBAL

As atividades locais no âmbito dos direitos humanos têm expandido ao longo dos últimos anos no hemisfério sul. Por outro lado, é nessa região onde os problemas relacionados a direitos humanos são, indiscutivelmente, mais arraigados e visíveis.

Defensores dos direitos humanos nessa parte do mundo precisam de apoio para melhorar o seu próprio trabalho no país e tornar a voz coletiva mais poderosa nos debates internacionais que afetam os direitos humanos no Sul Global.

Vozes do Sul Global

organizações do Sul foram capazes de ampliar suas vozes e aumentar a participação na agenda internacional de direitos humanos

Considerando que o número e tipo de grupos de direitos humanos que atuam ao redor do mundo têm aumentado nos últimos tempos, o potencial do movimento de direitos humanos tem aumentado notavelmente a sua influência. No entanto, muitos fatores se apresentam como obstáculos para que o movimento se torne maior que apenas a soma de suas partes. Isso acontece principalmente no hemisfério sul, onde houve a maior expansão de atividades locais no âmbito dos direitos humanos ao longo dos últimos anos. Nessa parte do mundo, onde os problemas de direitos humanos são, indiscutivelmente, mais arraigados e visíveis, os defensores de direitos humanos precisam de apoio para melhorar seu próprio trabalho no país e tornar a voz coletiva mais poderosa nos debates internacionais que afetam os direitos humanos no Sul Global.

Há também uma consciência crescente de que o bom funcionamento e a eficácia dos mecanismos regionais e internacionais de proteção dos direitos humanos exigem uma participação qualificada dos Estados e das organizações da sociedade civil do hemisfério sul. Essa nova conjuntura oferece às ONGs uma oportunidade sem precedentes de monitorar o desempenho de seu país. Esse é o caso do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), cuja composição é formada principalmente de países do sul. Além disso, o CDH inclui, entre outros mecanismos, a Revisão Periódica Universal (RPU) para todos os Estados-membros das Nações Unidas a cada quatro anos. A RPU pode servir como uma "porta de entrada" para ONGs trabalharem com a ONU, influenciando as decisões políticas dessa organização.

No entanto, as ONGs de direitos humanos na América Latina, Ásia e África continuam enfrentando uma série de barreiras para expandir suas atividades para as esferas regionais e internacionais. A falta de acesso à informação, incluindo as questões linguísticas; a falta de recursos para participar *in loco* de encontros regionais e da ONU e a falta de familiaridade com os métodos de trabalho e procedimentos dos mecanismos internacionais são alguns exemplos dessas dificuldades.

O PROGRAMA SUL GLOBAL da Conectas se destaca por ter sido criado no hemisfério sul por um grupo de direitos humanos dessa região com o objetivo de aumentar o impacto individual e coletivo de uma nova geração de defensores dos direitos humanos por meio de educação, pesquisa e *advocacy*. Desde 2001, nossa organização tem trabalhado com as Nações Unidas e mecanismos regionais de direitos humanos e, assim, desenvolveu expertise por meio de experiências, trabalho e formação de outras ONGs para atuar nesses sistemas, além de ações inovadoras por meio da colaboração e de parcerias consolidadas dentro de uma ampla rede de defensores de direitos humanos e organizações da América Latina, Ásia e África.

2009 foi um ano excepcional para o PROGRAMA SUL GLOBAL, com várias mudanças, fortalecimento contínuo e mútuo de seus projetos e avaliação do impacto de suas ações.

O IX Colóquio Internacional de Direitos Humanos, realizado em outubro de 2009, foi um evento especial, uma vez que reuniu os participantes das edições anteriores. Esse momento foi alegre e gratificante para a equipe da Conectas, porque possibilitou o reencontro de nossos parceiros e amigos e fez com que

percebêssemos quão importante tem sido a participação dessas pessoas em nossa rede para seus trabalhos e suas vidas. Para tanto, realizamos um processo de avaliação antes e durante o evento a fim de avaliar o impacto do Colóquio após nove anos de existência.

Os participantes deram exemplos concretos de projetos realizados em parcerias após sua participação no Colóquio. Eles mencionaram também que esse evento é diferente de outros cursos de direitos humanos, porque leva em conta o aspecto social do trabalho em direitos humanos, proporcionando um espaço para criar novas amizades. Eles enfatizaram também sua singularidade como um fórum Sul-Sul e destacaram os esforços feitos pela Conectas para manter a comunicação com os ex-participantes. Em outras palavras, durante os últimos nove anos, conseguimos desenvolver uma verdadeira rede de parceiros que confiam em nosso trabalho e estão dispostos em continuar a trabalhar e colaborar conosco.

O trabalho realizado por outros projetos do PROGRAMA SUL GLOBAL também possibilitaram a Conectas ampliar a voz das organizações do hemisfério sul na agenda internacional de direitos humanos. Este é o caso da Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos, que permitiu que o Sul Global se expressasse e fosse ouvido em três idiomas (português, inglês e espanhol) por uma público internacional, muitas vezes inacessíveis aos seus ativistas e acadêmicos. 2009 foi um ano extremamente difícil para a Revista Sur, quando se considerou o fim da sua versão impressa, apesar da dificuldade de acesso à versão online por parte de alguns dos nossos 2.061 assinantes, que recebem a revista gratuitamente em mais de 100 países. No entanto, começamos 2010 com otimismo e novas perspectivas graças a uma nova parceira brasileira, Fundação Carlos Chagas, que apoiará os quatro exemplares impressos que serão lançadas em 2010 e 2011.

O projeto Política Externa e Direitos Humanos da Conectas também realiza atividades que visam à capacitação das organizações da sociedade civil do hemisfério sul para trabalhar com os mecanismos regionais e internacionais de direitos humanos, em particular com as Nações Unidas, e promover a transparência das políticas externas dos governos do Sul. Criado no final de 2005, o projeto foi concebido, por um lado, para acompanhar o trabalho do Conselho de Direitos Humanos (CDH) e monitorar o papel do Brasil nos sistemas internacional e regional de direitos humanos e, por outro lado, para usar sua experiência de capacitação e de atividade em rede para compartilhar com outras ONGs do Sul e desenvolver iniciativas de colaboração.

Desde sua criação, esse projeto tem realizado atividades em diversos níveis: nacional, regional, transregional e internacional. Conectas compartilhou seu conhecimento, trocou informações com e/ou prestou apoio às ONGs de diversos países, que foram submetidos ao processo de Revisão Periódica Universal (RPU) em 2008/2009 ou que será revisado em 2010/2011. Por meio de seu status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas, a Conectas colaborou para que organizações parceiras pudessem assistir às sessões do Grupo de Trabalho da RPU e/ou fazer suas vozes serem ouvidas durante a aprovação dos relatórios finais da RPU. Além disso, nos últimos dois anos, 34 ONGs de 23 países participaram de duas reuniões estratégicas organizadas pela Conectas, nas quais se abordou a participação das ONGs junto ao CDH da ONU e a RPU de seus respectivos países. Conectas também participou da organização de vários cursos de capacitação e oficinas na África e na América Latina, que reuniu mais de uma centena de ONGs (África do Sul em 2008, no Quênia, Cabo Verde, Angola, Zâmbia e no Panamá em 2009, e um curso à distância (*e-learning*) de um dia para as ONGs de Bolívia, Nicarágua e El Salvador em 2010).

Com as ações anteriores de colaboração, Conectas aprendeu que, para ser bem sucedida em seus esforços, é importante ter uma agenda clara e significativa, baseada na confiança e persistência, além de uma forte rede de parceiros estratégicos com interesses mútuos e, por fim, uma capacidade para o desenvolvimento de formas inovadoras de trabalho.

Os resultados e o impacto de nossas ações em 2009 e no primeiro semestre 2010 que apresentamos nas páginas seguintes são resultado de parcerias e iniciativas coletivas para conectar os esforços em vários continentes. Apresentaremos também nossas perspectivas para 2010/2011.

Participantes do Colóquio de 2009 durante o primeiro dia de atividades

Colóquio Internacional de Direitos Humanos

Entre 2001-2009, o evento recebeu 592 participantes de 50 países da América Latina, África e Ásia

O Colóquio Internacional de Direitos Humanos é uma conferência de capacitação e troca de experiências e aprendizado entre os participantes, realizado anualmente, durante uma semana, em São Paulo.

Seu principal objetivo é fortalecer o impacto individual e coletivo de ativistas de direitos humanos na América Latina, África e Ásia, e incentivá-los a assumirem um crescente papel na promoção dos direitos humanos.

O programa é uma espécie de fórum que colabora para que esses ativistas possam:

- Transcender o isolamento no qual muitos deles trabalham;
- Compartilhar comparativamente experiências e expertise;
- Fortalecer suas atividades com informações sobre os últimos desenvolvimentos na temática;
- Adquirir competências necessárias para profissionalizar suas atividades;
- Aumentar a sua presença e influência no sistema das Nações Unidas;
- Colaborar com temas e desenvolver alianças, onde existe potencial transformador.

Nas nove edições anteriores, de 2001 a 2009, o Colóquio recebeu 592 participantes de 50 países da América Latina, África e Ásia. Além disso, 246 professores universitários e pesquisadores participaram como palestrantes e colaboradores dos Colóquios, enriquecendo os encontros com uma diversidade de perspectivas e experiências.

Dos 592 participantes do Colóquio, uma grande parte continua trabalhando em organizações de direitos humanos e muitos mantêm contato próximo com a Conectas por meio da participação na rede Diálogo DH, pelo uso compartilhado de um portal comum (www.conectasur.org) e pelo desenvolvimento de várias iniciativas conjuntas.

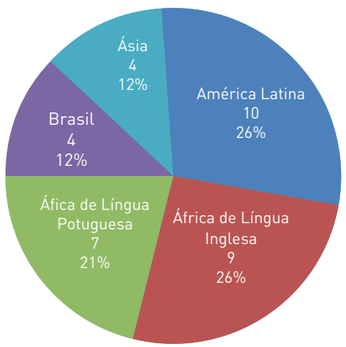
IX Colóquio Internacional de Direitos Humanos: principais características

O IX Colóquio Internacional de Direitos Humanos "Uma Avaliação do Sistema Global de Direitos Humanos sob a Perspectiva do Hemisfério Sul: Estratégias Comuns e Propostas de Reforma" foi realizado em São Paulo, de 08 a 14 novembro de 2009.

A Conferência contou com 34 participantes (20 mulheres e 14 homens), provenientes de 22 países. Ele também recebeu 32 palestrantes, observadores, estudantes e voluntários. Uma característica interessante sobre o perfil dos participantes selecionados é que apenas os ex-participantes foram convidados a se candidatar ao evento, ao contrário dos anos anteriores, quando a maioria era de recém-chegados.

COLÓQUIOS ANTERIORES	Nº de participantes do IX Colóquio
2001	1
2002	2
2003	1
2004	5
2005	5
2006	4
2007	4
2008	8
Intercambistas da África Lusófona	4
TOTAL	34

DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES POR REGIÃO



Foi muito gratificante reencontrar os ex-participantes e descobrir que eles mantêm seus compromissos com a proteção dos direitos humanos. O grupo como um todo era muito qualificado e acompanhou o programa do Colóquio de forma colaborativa, participando de todas as atividades e mantendo um ambiente de respeito e tolerância.

Os principais itens na agenda desse grupo foram (i) aprender o funcionamento do sistema da ONU, compartilhar suas experiências e elaborar propostas concretas para melhorar a participação da sociedade civil no sistema internacional, e (ii) participar de uma avaliação de colóquios anteriores e ajudar a Conectas a conceber o formato e o conteúdo dos próximos eventos.

O sistema ONU de direitos humanos e participação da sociedade civil

Cada tópico do tema principal "Uma Avaliação do Sistema Global de Direitos Humanos sob a Perspectiva do Hemisfério Sul: Estratégias Comuns e Propostas de Reforma" foi discutido em uma sequência que permitiu um processo mais aprofundado de aprendizagem, que iniciou com fatos básicos e palestras e continuou ao longo do dia com atividades interativas, desenvolvidas em estudos de casos e grupos de trabalho.

Palestras e painéis

Para introduzir os painéis sobre os mecanismos internacionais de direitos humanos, a equipe da Conectas apresentou um panorama sobre os mecanismos em discussão, que incluiu informações básicas a respeito do órgão, composição, métodos e agenda de trabalho.

Os painéis seguintes foram compostos por acadêmicos, profissionais e funcionários da ONU que compartilharam seus conhecimentos sobre o funcionamento dos órgãos das Nações Unidas a partir da perspectiva de direitos humanos e discutiram sobre oportunidades para as ONGs influenciarem o debate.

Foi dada especial ênfase aos mecanismos de Conselho de Direitos Humanos (RPU e Procedimentos Especiais) e aos Órgãos de Tratado. Philippe Dam, da Human Rights Watch, discutiu sobre a resistência dos Estados membros do CDH para a adoção de resoluções por país. Sandeep Prasad, da Ação Canadense para População e Desenvolvimento (ACPD - Canadá), apresentou os desafios da inclusão do tema dos direitos sexuais no processo de Revisão Periódica Universal. Mustapha Al-Sayyid, na Universidade do Cairo, falou sobre o papel dos países árabes no Conselho de Direitos Humanos. Gabriela Kletzel, do Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS - Argentina) falou sobre os relatórios paralelos apresentados por ONGs aos órgãos de tratado.

June Ray, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Unidade da Sociedade Civil, em Genebra), e Katherine Thomasen, do *International Service for Human Rights* (Genebra), apresentaram um panorama completo do funcionamento do Sistema de Direitos Humanos da ONU e oportunidades para participação de forma eficaz das organizações da sociedade civil.

Dois outros temas importantes foram apresentados: o Conselho de Segurança e o Tribunal Penal Internacional, respectivamente por Joanna Weschler, do Security Council Report (EUA), e Camila Maturana, de Corporación Humanas (Chile). Ambas apresentaram uma visão geral sobre o funcionamento dessas duas instituições internacionais e explicaram como as ONGs podem monitorar seus trabalhos.

Além disso, os dois relatores especiais partilharam suas experiências:

- O Relator Especial da ONU para Execuções Arbitrárias, Philip Alston, que não pôde comparecer pessoalmente, enviou um vídeo em que explicou o trabalho dos mecanismos especiais
- Relatora Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, Raquel Rolnik, falou sobre sua experiência de um ano como Relatora Especial e dos desafios para conciliar o trabalho de campo com as exigências institucionais da ONU.

Todo o ano pessoas de diferentes países do Sul Global participam do Colóquio

ESTUDOS DE CASO E GRUPOS DE TRABALHO

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS
Mecanismos Especiais

JOSÉ FERRARA, México:
Envio de caso de violação para o Relator Especial (RE) para o direito à liberdade de opinião e expressão

LUIS EMMANUEL CUNHA, Brasil:
Monitoramento da Implementação das Recomendações de Relatores Especiais

RENATA LIRA, Brasil:
Como organizar uma visita de Relator Especial

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS
UPR

FLORITA TELO, Angola:
Apresentação de relatório da sociedade civil para a RPU: o caso de Angola

ANDREA DEJTEN, Uruguai:
Monitoramento do processo RPU no Uruguai

MAURICIO CABALLERO, Colômbia: Processo de RPU da Colômbia e Direitos LGBT

CARLO CLEOFE, Filipinas: Implementação das Recomendações da RPU

COMITÊS DE TRATADOS

BABALOLA MEDAYEDUPIN, Nigéria:
Advocacy para a ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura

CHIBOGU OBINWA, Nigéria: Experiência de *advocacy* para a implementação da CEDAW na Nigéria

MARIA ESTHER MOGOLIÓN, Peru:
Advocacy para ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

WENDY FLORES, Nicarágua: Apresentar relatórios alternativos aos Órgãos de Tratado

Estudos de caso e grupos de trabalho

Para ilustrar as palestras, alguns dos participantes apresentaram estudos de caso de suas experiências com o sistema internacional (vide tabela "Estudos de Casos e Grupos de Trabalho").

Após os estudos de caso, os grupos de trabalho foram formados para discutir propostas concretas para reformar o sistema internacional que constituíram a base para o documento final de recomendações elaborado pelos participantes do Colóquio.

A estratégia adotada de combinar palestras com atividades em grupo foi particularmente bem sucedida durante esse encontro. Os participantes estavam mais bem preparados para um debate mais horizontal e democrático e estavam ansiosos para apresentar uma declaração conjunta que pudesse servir de diretrizes para sua futura atuação colaborativa. Os grupos de trabalho, divididos por idiomas para facilitar o diálogo sem intérpretes, identificou os principais desafios do sistema de direitos humanos da ONU (ver quadro "Principais desafios enfrentados pelo sistema de direitos humanos da ONU").

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO SISTEMA DE DIREITOS HUMANOS DA ONU

1. Falta de cooperação dos Estados com as Nações Unidas (ONU), muitas vezes baseada no falso argumento de incompatibilidade entre soberania e proteção dos direitos humanos;
2. Falta de implementação das recomendações da ONU e dificuldade em mensurar a eficácia dos organismos internacionais e mecanismos de direitos humanos;
3. Obstáculos à participação da sociedade civil no sistema da ONU, que envolve a falta de recursos financeiros, as barreiras linguísticas e acessibilidade física, de comunicação e informação;
4. Interação insuficiente entre o sistema da ONU e os sistemas regionais de direitos humanos e dentro de cada um deles;
5. Seletividade e politização no Conselho de Direitos Humanos (CDH);
6. Não ratificação dos principais tratados de direitos humanos e obstáculos à participação da sociedade civil nos Órgãos de Tratado;
7. Tratamento insuficiente dos direitos humanos na agenda do Conselho de Segurança, assim como no relacionamento do Conselho de Segurança com outros organismos de direitos humanos e sociedade civil;
8. Garantir maior eficácia do Tribunal Penal Internacional (TPI) e melhorar sua relação com o sistema de direitos humanos da ONU.

Aprovação de um documento final

Após a elaboração desse diagnóstico, os Grupos de Trabalho formularam recomendações concretas para superar esses desafios. A elaboração dessas recomendações foi organizada em um documento final assinado por todos os participantes e endereçado aos órgãos da ONU, governos, ONGs e sociedade civil em geral (ver documento em http://www.conectas.org/arquivospublicados/IXHR-Colloquium_DocFinal_English.pdf).

Reuniões não programadas e oportunidades de redes e parcerias

O Colóquio é um evento que gera novas alianças e proporciona à Conectas a oportunidade de consolidar suas atividades em colaboração com os parceiros. Embora inicialmente não previstos no programa, encontros espontâneos aconteceram entre as atividades programadas constituíram a base para o acompanhamento do trabalho, que colaborou com o desenvolvimento de uma voz coletiva mais poderosa no debate internacional que afeta os direitos humanos no Sul Global. Isso significa que o Colóquio não termina após o evento de uma semana, mas continua por meio de várias atividades colaborativas realizadas pelos seus membros. Alguns exemplos dos encontros que aconteceram durante o IX Colóquio são:

- Encontro das ONGs da América Latina e do Zimbábue para discutir estratégias a serem adotadas para a continuação da Campanha Amigos do Zimbábue;
- Café da manhã com os participantes africanos para discutir possibilidades de cooperação e uma agenda de "avaliação de demandas", já que a Conectas obteve o estatuto de observador junto à Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos em 2009;
- Fórum Online organizado por nossos parceiros, freeDimensional (fD) e New Tactics in Human Rights, apresentaram Ativismo de hospedagem de espaços de arte e fortalecimento do envolvimento da comunidade - *Art Spaces Hosting Activism and Strengthening Community Engagement* (http://www.newtactics.org/en/blog/new-tactics/art-spaces-hosting-activism-community--engagement);
- Também por meio de nossa parceira, a artista Lino Hellings, da Holanda, criadora do P.A.P.A. International (rede de artistas e correspondentes que cria notícia por meio de uma ação) discutiu seu trabalho com os participantes;
- Em parceria com Artigo 19, foi organizada uma sessão paralela sobre o direito à informação para os participantes da América Latina;
- Professora Kathia Martin Chenut, da cátedra de

Participantes discutem sistemas de proteção dos direitos humanos em atividade do Colóquio

Direito Comparado e Internacional do *Collège de France*, discutiu os desafios do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos com os participantes da América Latina.

Avaliação do Colóquio: formato, conteúdo e impacto

"O Colóquio é um evento que continua em permanente transformação. Nós incluímos mudanças a cada ano para responder ao feedback dos participantes e tentamos nos atualizar com as mais recentes tecnologias e ferramentas de ensino. Nosso principal desafio é manter nossa capacidade de inovação e continuar a ser um espaço de diálogo em que os participantes se tornam parceiros e tem voz no processo de tomada de decisão", explica Juana Kweitel , coordenadora do PROGRAMA SUL GLOBAL da Conectas.

Em todos os anos anteriores, a Conectas realizou avaliações com os participantes do Colóquio, durante e após o evento, e levou em consideração os resultados a fim de introduzir alterações e melhorias no formato e conteúdo. Essas avaliações consecutivas mostraram que o Colóquio havia se tornado um espaço reconhecido para treinamento e formação de rede de organizações de direitos humanos, especialmente aquelas do Sul Global. No entanto, a Conectas estava ansiosa para receber uma avaliação mais aprofundada do seu trabalho e impacto pelos beneficiários do Programa, muitos dos quais se tornaram parceiros. Isso foi particularmente importante, dado que uma das deficiências anteriormente apontadas pelos participantes foi a falta de continuidade ao longo dos anos e a ausência de contato entre as gerações de diferentes colóquios.

Juana Kweitel, coordenadora do PROGRAMA SUL GLOBAL da Conectas: "O Colóquio é um evento que está em constante transformação"

A IX edição do programa, que reuniu ex-participantes de todos os outros Colóquios, realizou uma avaliação geral sobre seu formato, conteúdo e resultados. No mês anterior ao encontro, foi solicitado que os participantes respondessem a um questionário online, cuja pergunta era: *o Colóquio atingiu os seguintes objetivos?*

Durante o debate aberto, os participantes fizeram muitos comentários positivos. Eles falaram sobre o impacto do Colóquio em suas vidas, com exemplos concretos de projetos colaborativos, que foram implementados como uma consequência do evento. Eles também mencionaram que o Colóquio é diferente de outros cursos, porque salienta o aspecto social do trabalho em direitos humanos, proporcionando espaço para amizade. Eles também destacaram a singularidade do Colóquio como um fórum sul-sul.

Os participantes também fizeram propostas concretas para os próximos Colóquios. Eles pediram a incorporação da língua francesa como uma das línguas de trabalho do encontro, recomendaram a continuação de muitas de suas características atuais, como o Fórum Aberto e as visitas às ONGs brasileiras, e ressaltaram a importância de estudos de caso apresentados pelos participantes. Eles também enfatizaram que a Conectas deveria registrar o impacto do Colóquio na vida dos participantes, pois, segundo eles, "essa história precisa ser contada".

Avaliação dos participantes do VIII Colóquio: seis meses depois

Também deve ser salientado que seis meses após o evento, em maio-junho de 2009, a Conectas também realizou uma avaliação do impacto no trabalho e organizações dos ativistas do VIII Colóquio "60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: Desafios para o Sul Global", que aconteceu em novembro de 2008. Ao invés de mensurar a satisfação dos participantes, essa avaliação foi uma ferramenta mais eficaz para monitorar o sucesso de um dos principais objetivos do Colóquio: aumentar o impacto do trabalho desenvolvido por aqueles que participam do Programa. Dentre os 54 participantes do VIII Colóquio, 49 (90,7%) responderam ao questionário.

Alguns comentários dos participantes que responderam ao questionário

"Após o colóquio, eu submeti um projeto de conscientização sobre o processo de RPU na China para a Embaixada Britânica / Ministério das Relações Exteriores. O pedido foi aprovado. Vamos realizar workshops e conferências para ajudar as ONGs na China a participar do processo de Revisão Periódica Universal". Wanhong Zhang (China)

"A atividade do último dia que consistiu na simulação do Conselho de Direitos Humanos da ONU foi excelente. [...] Quero parabenizá-los pelo Colóquio que vocês organizaram. Creio que essa é uma ótima oportunidade para gerar redes entre os ativistas de direitos humanos. Além disso, é importante mencionar a qualidade humana e profissional da equipe da Conectas". Mariela Infante (Chile)

"Graças ao Colóquio fomos capazes de unir nosso trabalho local a atividades mais amplas e à luta internacional pelos direitos LGBT, como no caso da discussão desse tema na ONU" Renilson Cruz (Brazil)

O COLÓQUIO ATINGIU OS SEGUINTES OBJETIVOS?

RESPOSTA	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
[Objetivo 1: A troca de experiências comparativas e expertise]		
Concordo plenamente	18	78,00%
Concordo	5	22,00%
[Objetivo 2: Troca de informação sobre desenvolvimentos recentes na temática]		
Concordo plenamente	13	56,50%
Concordo	10	43,50%
[Objetivo 3: Aquisição de competências profissionais]		
Concordo plenamente	12	52,00%
Agree	8	36,00%
Não concordo	3	12,00%
[Objetivo 4: Aprender a utilizar o sistema das Nações Unidas para o avanço da proteção dos direitos humanos]		
Concordo plenamente	12	52,00%
Concordo	9	39,00%
Não concordo	2	9,00%
[Objetivo 5: Lançar bases para futuras colaborações e alianças]		
Concordo plenamente	13	56,50%
Concordo	10	43,50%

RESULTADOS - QUESTIONÁRIO: IMPACTO DO VIII COLÓQUIO

	SIM	NÃO	SEM RESPOSTA
Você usou o conhecimento adquirido no Colóquio de maneira prática?	85,7%	14,3%	0%
O Colóquio aprimorou seu conhecimento sobre a situação dos direitos humanos no Sul?	100%	0%	0%
Você manteve/mantém contato com os ativistas que você encontrou durante o Colóquio?	97,9%	2,1%	0%
Você acha que o Portal (www.conectasur.org) e o Boletim ConectaSur são ferramentas úteis para ajudar a manter o contato com ativistas que você encontrou durante o Colóquio?	77,5%	22,4%	1,1%
O que você acha sobre o Colóquio: é diferente de outros cursos ou encontros de direitos humanos?	94,8%	2,1%	6,1%
Você recomendaria a participação no Colóquio a outros ativistas?	100%	0%	0%

Perspectivas para o 10º Colóquio

Tema

O 10º Colóquio Internacional de Direitos Humanos sobre "Sistemas Regionais e Internacional de Direitos Humanos: Desafios para a Participação da Sociedade Civil", será realizado em São Paulo, Brasil, de 9 a 16 de outubro de 2010.

Nos três últimos Colóquios, foi escolhido para discutir, como tema central, o sistema internacional de DH e o papel das ONGs, com especial ênfase ao Conselho de Direitos Humanos da ONU e ao processo de Revisão Periódica Universal. Após consultas com ex-participantes, membros da rede Diálogo DH, a escolha do tema de sistemas regionais de direitos humanos foi adotada por vários motivos:

- a necessidade de entender cada um desses sistemas regionais, assim como adquirir conhecimento comparativo dos mesmos;
- esses sistemas são complementares e podem fortalecer o trabalho e a eficácia do sistema internacional de direitos humanos;
- a necessidade de fortalecer a participação da sociedade civil nesses mecanismos.

Formato

No IX Colóquio, reuniu-se reuniu um pequeno grupo de ex-participantes: apenas 34, em vez de 60 ou 70 pessoas nos anos anteriores. Durante o processo de avaliação, os participantes foram unânimes em concordar que esse tamanho era o ideal, pois possibilitou uma troca melhor de experiências entre os membros do grupo. Portanto, pretendemos limitar o número de aproximadamente 40 participantes para os próximos Colóquios.

Para fomentar a participação daqueles que se inscreveram para o IX Colóquio mas não foram selecionados, o encontro de 2009 foi parcialmente transmitido ao vivo e online por meio de uma ferramenta na internet (http://www.ustream.tv/channel/ix-coloquio-colloquium). Com o mesmo propósito, o Colóquio contou também com um blog e posts no Twitter. Pretendemos registrar as palestras vivo em 2010.

Como mencionado anteriormente, a apresentação de estudos de caso por parte dos participantes foi introduzido pela primeira vez no IX Colóquio. Os participantes recomendaram a continuação desse novo elemento nos próximos Colóquios porque isso supera a divisão entre palestrantes e participantes.

Programa de Intercâmbio em Direitos Humanos para África Lusófona

os intercambistas de 2009 eram jovens ativistas motivados e ansiosos para aproveitar todas as oportunidades

O Programa de Intercâmbio em Direitos Humanos para África lusófona (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique) é parte do Programa de Intercâmbio da Open Society Justice Iniciative (Open Society's Justice Initiative Fellows Program), que oferece oportunidades educacionais e de trabalho para os jovens advogados e ativistas de direitos humanos, e apoia capacitação para as principais ONGs de direitos humanos. O programa oferece aos bolsistas ferramentas para conciliar a teoria e a prática na área dos direitos humanos, oportunidade de fazer uma contribuição valiosa para o tema, além de ter uma importante experiência no exterior e uma rede de indivíduos que compartilham o compromisso com a justiça.

O Programa de intercâmbio em Direitos Humanos para África Lusófona é um programa de dois anos e a Conectas é responsável por organizar o programa e a permanência desses intercambistas no Brasil por um período de dez meses.

Durante os primeiros cinco meses, eles cursam disciplinas na Pontífice Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) como estudantes visitantes, complementadas por outros cursos. Nos meses seguintes, realizam um estágio em organizações não-governamentais brasileiras, que trabalham com temas relacionados àqueles com que os intercambistas lidam em seu país de origem. Depois disso, de volta ao seu país, eles implementam um projeto de direitos humanos na sua ONG por um ano, o qual é planejado e desenvolvido durante a estadia no Brasil.

De 2004 a 2009, trinta ativistas de Angola, Cabo Verde, Timor Leste, Guiné-Bissau e Moçambique participaram deste programa.

Panorama do Programa de intercâmbio 2009

Seis bolsistas foram selecionados para a 6ª edição do Programa: dois de Angola (Paulo dos Santos Lucas e Simão Hossi), dois de Moçambique (Dário de Sousa e Salvador Nkamate), um da Guiné-Bissau (Bacar Queta) e uma de Cabo Verde (Margareth da Luz). Um deles, Paulo dos Santos Lucas, que retornou para Angola no final do primeiro semestre, não pôde participar da segunda fase do Programa.

Como nos anos anteriores, todos os bolsistas participaram como estudantes visitantes de cursos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo durante os primeiros meses de estadia. Na segunda metade do intercâmbio, eles se dedicaram a estágios em diversas ONGs e a cursos que colaboraram com a elaboração dos projetos a serem implementados após o retorno aos países de origem.

Os bolsistas de 2009 foram jovens ativistas bem preparados e motivados, que estavam ansiosos para aproveitar todas as oportunidades oferecidas durante sua permanência no Brasil. No país, eles trabalharam em estreita colaboração com a Conectas em várias atividades, especialmente em relação à Revisão Periódica Universal (RPU) dos seus países com o Conselho de Direitos Humanos.

Devido à sua ampla rede de parceiros, Conectas foi capaz de viabilizar oportunidades valiosas de aprendizado acadêmico e formação prática, gratuitamente ou a custo reduzido, para todos os intercambistas durante sua permanência no Brasil. Os mais importantes foram:

- Os intercambistas frequentaram aulas na PUC/SP em 2009 gratuitamente;
- A agência de relações públicas *Differänce* (www.differance.com.br) ofereceu um seminário gratuito de formação cultural para facilitar a adaptação cultural em São Paulo;
- As seguintes instituições deram bolsas de estudo parciais ou totais para participação em seus cursos: Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP / www.sbdp.org.br), Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM / www.ibccrim.org.br) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC / www.senac.br).
- Em grupo, os intercambistas visitaram seis organizações e, individualmente, fizeram 26 visitas ia outras ONGs. Em cada ocasião, foram organizadas sessões especiais para eles;

Da esquerda para a direita: Intercambistas de 2009 e equipe da Conectas: Salvador, Juana (com o Francisco no colo), Dario, Mila, Simão, Margareth e Bacar

- Sete ONGs aceitaram os intercambistas como estagiários (cinco em São Paulo, uma em Recife e uma na Bahia);
- Os intercambistas tiveram acesso aos laboratórios e biblioteca da Faculdade de Direito da FGV.

A avaliação do Programa de Intercâmbio 2009 foi extremamente positiva. Ambos, Conectas e os intercambistas, beneficiaram-se imensamente com a troca de informação e conhecimentos de suas respectivas realidades, culturas, atividades em direitos humanos e planos para o futuro.

O quadro "Intercambistas 2009" apresenta informações sobre os estágios realizados e o foco dos projetos que serão implementados nos país de origem em 2010.

"Meus dois estágios foram extraordinários. Em ambos, trabalhei com visões inovadoras sobre gênero e direitos humanos e fui totalmente integrada na cotidiano das organizações. Além disso, foi possível me envolver em todas as atividades organizadas durante meu período de estágio. Essa experiência me proporcionou conhecimento para aprimorar as metodologias que utilizo com os diferentes públicos com quem eu trabalho". Margareth da Luz – Intercambista 2009 de Cabo Verde

"O estágio de Margareth foi muito produtivo para a intercambista e também para o Instituto PAPAI, já que ela foi capaz de acompanhar todas as atividades em curso [...] Ela demonstrou interesse em compreender nossas visões políticas, metodologia e teoria, e posso afirmar que a presença dela nos motivou muito. Compreender mais sobre a realidade de um país africano, como Cabo Verde, também nos fez pensar em outras possibilidades de parcerias e intercâmbios bilaterais." Ana Roberta Oliveira - Instituto PAPAI, Recife - Brasil

INTERCAMBISTAS (BOLSISTAS) 2009

Intercambista	ONG	Estágio no Brasil	Projeto de Direitos Humanos do Intercambista
Simão Hossi (Angola)	AAM (Acção Angolana para a Mulher)	Centro de Referência para a Mulher (São Paulo) e Conectas – Projeto Direito à Saúde da Mulher Negra –(São Paulo)	Oferecer cursos de capacitação para mulheres sobre seus direitos, visando ao fortalecimento da liderança das mulheres em Angola
Paulo Lucas (Angola)	AHARPE (Acção Humanitária, Assistência e Reintegração dos Presos e Exilados)	*Não incluído nessa fase do Programa*	*Não incluído nessa fase do Programa*
Margareth da Luz (Cabo Verde)	AMJ (Associação Caboverdiana de Mulheres Juristas)	Instituto PAPAI (Recife, Pernambuco State) and ECOS (Comunicação em Sexualidade – Sao Paulo)	Oferecer assistência jurídica e psicológica às mulheres vítimas de violência, ampliando a discussão de gênero por meio de campanhas dirigidas a homens e mulheres em Cabo Verde
Bacar Queta (Guiné-Bissau)	FALCOLSIDA (Fórum Associações Comunitárias de Luta Contra SIDA)	Koinonia (São Paulo)	Combater a discriminação contra pessoas vivendo com HIV / SIDA em Guiné-Bissau
Dário de Sousa (Moçambique)	LAMBDA (Associação Moçambicana para a Defesa das Minorias Sexuais)	Grupo Gay da Bahia (Salvador, Bahia), Programa de Estudos da Diversidade (Homo)Sexual da USP (São Paulo) e Conectas – Programa de Justiça – Grupo de Trabalho em Propriedade Intelectual (GTPI) (São Paulo)	Desenvolver estratégias para promover e proteger os direitos da comunidade LGBT em Moçambique
Salvador Nkamate (Moçambique)	Liga Moçambicana de Direitos Humanos	Instituto Sou da Paz – Projeto de Desarmamento (São Paulo); e Conectas – Projeto Política Externa e Direitos Humanos (São Paulo)	Preparar o relatório paralelo moçambicano sobre a situação dos direitos humanos, para ser usado na Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos da ONU

Planos para 2010

Para o Programa de Intercâmbio de 2010, o período no Brasil foi reduzido de dez para cinco meses, a pedido dos participantes. A Conectas reorganizou as atividades do Programa, a fim de garantir o cumprimento de todas as atividades planejadas dentro de um período mais curto de tempo. Em 2010, os bolsistas participarão de cursos na Universidade e, ao mesmo tempo, completarão seu estágio em uma ONG. As atividades complementares, que incluem um cursos preparadosv pela Conectas e visitas às ONGs em São Paulo, serão concentradas num período de três semanas de preparação após a sua chegada no Brasil.

Sala do Conselho de Direitos Humanos na sede da ONU, em Genebra (Suíça)

Perspectivas do Sul e Esfera Multilateral: Política Externa e Direitos Humanos

projeto visa ao fortalecimento da proteção internacional dos direitos humanos por meio da troca de experiência e empoderamento de organizações da sociedade civil

O Projeto Política Externa e Direitos Humanos foi criado em 2005, para fortalecer a proteção internacional dos direitos humanos, com base em duas constatações:

1) Atualmente, alguns países do Sul Global, entre eles o Brasil, são atores estratégicos no cenário internacional e suas políticas externas devem ser mais respeitosas aos direitos humanos, transparentes e participativas, especialmente em âmbitos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU);

2) As ONGs do Sul Global poderiam utilizar os sistemas regionais e internacionais de direitos humanos para melhorar a situação desses direitos em seus países.

Portanto, o projeto visa ao fortalecimento da proteção internacional dos direitos humanos por meio da troca de experiência e empoderamento de organizações da sociedade civil do Sul Global para trabalhar com os mecanismos internacional e regionais de direitos humanos, em particular com as Nações Unidas. Ele também busca aumentar a responsabilização (accountability) da política externa de direitos humanos do Brasil e de outros governos.

Para atingir esses objetivos, a Conectas adotou várias estratégias:

- **Atuar para que a política externa brasileira seja mais transparente e respeitosa aos direitos humanos e trabalhar com outras ONGs nesse sentido.** Por meio de mecanismos inovadores de accountability, a Conectas monitora a política externa brasileira relacionada aos direitos humanos e fortalece outras ONGs do Sul nesse mesmo sentido por meio de divulgação de boas práticas e fornecimento de informações.
- **Capacitar e oferecer suporte técnico para outras ONGs.** Por meio da promoção de cursos de capacitação e suporte técnico contínuo às ONGs do Sul, Conectas incentiva seus compromissos com os sistemas internacional e regionais de direitos humanos.
- **Desenvolver atividades de advocacy e campanhas.** Trabalhando em estreita colaboração com organizações parceiras em todo o mundo, Conectas promove atividades de advocacy e campanhas em temas específicos de direitos humanos e países.

Destaques janeiro 2009 – abril 2010

Compromissos internacionais do Brasil com os direitos humanos e a responsabilização de sua política externa

Como parte dos sistemas de direitos humanos da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil adota declarações, tratados e convenções de direitos humanos e, assim, assume compromissos que devem ser implementados em nível nacional. O Brasil é também responsável por garantir que as organizações multilaterais atinjam seus objetivos, incluindo a defesa internacional dos direitos humanos.

Por sua vez, a sociedade civil brasileira pode utilizar os mecanismos da ONU e da OEA para denunciar violações sistemáticas e situações de desrespeito aos direitos humanos; acompanhar e monitorar o posicionamento do governo brasileiro com respeito a temas e situações de direitos humanos em outros países - como, por exemplo, os votos do Brasil no Conselho de Direitos Humanos da ONU, do qual o país é membro atualmente.

Em 2009/2010, a Conectas desenvolveu as seguintes iniciativas:

Violações do sistema prisional brasileiro são apresentadas na ONU

Embora o Brasil seja signatário de vários tratados internacionais e regionais de direitos humanos, existem ainda inúmeras violações graves e sistemáticas de direitos humanos no país. Um dos exemplos mais graves é a prática de tortura e a situação desumana a que pessoas privadas de liberdade estão submetidas. Para enfrentar a violência e as violações dentro do sistema prisional, são adotadas estratégias que combinem ações jurídicas e não jurídicas, nacionais e internacionais.

Complementando a estratégia nacional, Conectas chamou a atenção da comunidade internacional sobre a grave situação carcerária no estado do Espírito Santo por meio da organização de um evento paralelo durante 13ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, em 15 de março de 2010 (leia mais na seção do PROGRAMA de JUSTIÇA). O evento "Direitos Humanos no Brasil. Violações no Sistema Prisional – O Caso do Espírito Santo", promovido em parceria com o Conselho Estadual de Direitos Humanos do Espírito Santo e a Justiça Global, reuniu mais de 100 representantes de delegações, funcionários da ONU e membros de diversas ONGs de diferentes países.

Oscar Vilhena Vieira (centro) expõe a situação das violações de direitos humanos do estado do Espírito Santo, Brasil, durante evento paralelo na ONU, em Genebra

"Nossa intenção foi chamar a atenção da ONU e da comunidade internacional para as constantes violações no sistema prisional do Espírito Santo, que, além da sua superlotação, é notório pelos casos de mortes seguidas por esquartejamentos e pela prática de aprisionar pessoas em contêineres metálicos, sem qualquer estrutura, onde trinta homens acabam dividindo um pequeno espaço em que a temperatura ultrapassa os 50ºC durante o verão. Graves violações como essas são inadmissíveis em um país democrático", afirma Oscar Vilhena Vieira , diretor jurídico da Conectas, que moderou o evento.

Uma vez que esse foi o primeiro evento paralelo durante a sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU que discutiu as violações de direitos humanos no Brasil, o governo brasileiro considerou importante enviar representantes do poder Executivo e Judiciário para participarem do debate em Genebra com os organizadores do evento e ativistas de direitos humanos.

Oscar Vilhena Vieira, diretor da Conectas, sobre o evento paralelo na ONU: "Nossa intenção foi chamar a atenção das Nações Unidas e da comunidade internacional para as violações no sistema penitenciário do estado do Espírito Santo"

A mídia repercutiu o evento, que se tornou o ponto de partida para o diálogo entre as autoridades brasileiras e as organizações da sociedade civil para buscar soluções para o sistema prisional do Espírito Santo. Logo após o evento, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu *habeas corpus* em favor de todos os presos provisórios que estavam presos em contêineres metálicos.

A Conectas já havia enviado apelos urgentes aos relatores especiais da ONU sobre a situação e continuou a fazê-lo após o evento, especialmente a respeito da proteção dos defensores dos direitos humanos locais, cuja exposição e vulnerabilidade ampliaram as denúncias públicas na ONU. Quanto a isso, é importante mencionar que, antes do evento em Genebra, foram realizados diálogos com Philip Alston, Relator Especial para Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias, e com Manfred Nowak, Relator Especial contra a Tortura.

Um dossiê sobre a situação também foi apresentado à Alta Comissária da ONU para Direitos Humanos, Navi Pillay, durante a sua visita ao Brasil em novembro de 2009.

Os compromissos do Brasil em direitos humanos nas esferas bilateral, regional e internacional

A Constituição Federal do Brasil estabelece que as relações internacionais do país devem ser regidas pela prevalência dos direitos humanos (art. 4 º, II). Para que tal princípio seja cumprido, Conectas busca ampliar a participação da sociedade civil e o controle democrático da política externa brasileira.

- Análise da posição do Brasil como membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU

Em 2009/2010, Conectas acompanhou de perto a posição e os votos do Brasil como um dos 47 estados-membros do Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH). Aproveitando a visita do presidente

Luís Inácio Lula da Silva à 10ª sessão do CDH em março 2009, Conectas divulgou uma nota pública, solicitando que o país reexamine a sua política externa, especialmente em relação às posições ambíguas adotadas em casos de graves e persistentes violações de direitos humanos em países, como Sri Lanka, Sudão e Coreia do Norte.

"O Brasil adotou posições ambíguas em relação à defesa dos direitos humanos em países, como, por exemplo, quando se absteve, em 2009, em uma resolução que renovaria o mandato do relator especial para a Coreia do Norte, um caso que indiscutivelmente merece ser acompanhado pela comunidade internacional", afirma Lucia Nader, coordenadora de Relações Internacionais da Conectas.

Para contestar essa posição, Conectas apresentou uma representação ao Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal requisitanto que analisasse se a abstenção poderia ser considerada uma violação da prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais do Brasil, conforme prevê a Constituição Federal.

Lucia Nader, coordenadora de Relações Internacionais da Conectas: "O Brasil adota posições ambíguas com relação à proteção dos direitos humanos em certos países"

O Ministério das Relações Exteriores respondeu às solicitações do Ministério Público, esclarecendo que a razão para sua abstenção abriria uma "janela de oportunidade" para a Coreia do Norte cooperar com o sistema internacional de proteção dos direitos humanos.

Entretanto, a Coreia do Norte recusou todas as 167 recomendações que lhe foram feitas quando se submeteu à Revisão Periódica Universal.

Por fim, o Brasil reviu sua posição e votou a favor da renovação do mandato do Relator Especial.

• Brasil e os direitos humanos em Mianmar, Guiné-Bissau, Moçambique e Irã

Em 2009/2010, Conectas também desenvolveu advocacy, solicitando ações ou mudança de comportamento em questões como a dos presos políticos na Birmânia, nos processos eleitorais na Guiné-Bissau e Moçambique e na visita do presidente do Irã ao Brasil. Nesse último caso, com o apoio de outras ONGs brasileiras, Conectas solicitou ao governo que fosse dada a devida consideração à agenda de direitos humanos durante a visita do presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad. Além disso, solicitou que o Brasil reconsiderasse o seu histórico de abstenção na Assembléia Geral da ONU sobre resolução que condena os abusos aos direitos humanos no Irã.

• Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa

Em 2006, a Conectas fomentou a criação do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (www.dhpoliticaexterna.org.br). O Comitê é uma coalização composta por ONGs e entidades estatais, como a Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional, cuja missão é contribuir com o respeito dos direitos humanos na política externa brasileira. Nos dois primeiros anos, a Conectas foi eleita para a secretaria-executiva da coalizão, e em 2010, foi reeleita como co-secretária executiva.

Dentre outras atividades em 2009/2010, o Comitê participou ativamente da Conferência Nacional de Direitos Humanos para garantir que princípios de direitos humanos que orientam a política externa brasileira fossem incluídos no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3), lançado em janeiro de 2009.

• **Publicações**

Em 2009/2010 o Projeto Política Externa e Direitos Humanos da Conectas elaborou e publicou um Anuário e um artigo.

A edição 2008/09 do Anuário "Direitos Humanos: Brasil na ONU" foi lançada em 2009, durante um seminário organizado em parceria com o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP). A publicação compila e analisa os votos do Brasil e seus posicionamentos no sistema de direitos humanos da ONU em 2008, com um capítulo especial sobre mecanismo de Revisão Periódica Universal do Brasil no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU. O Anuário é a única publicação do gênero em português, fornecendo informações para defensores dos direitos humanos, acadêmicos e funcionários do governo. A publicação está disponível em www.conectas.org/anuario2008_2009.

De acordo com Paulo Sérgio Pinheiro, ex-Especialista Independente da Secretaria Geral da ONU sobre violência contra crianças e Professor Adjunto de Relações Internacionais no Watson Institute, Brown University, EUA: "O projeto da Conectas de política externa desenvolve a melhor avaliação disponível, a partir de uma perspectiva independente da sociedade civil, da atuação do Brasil nas relações internacionais. Seu anuário, "Direitos Humanos: Brasil na ONU" sobre a política externa de direitos humanos do Brasil no sistema de direitos humanos da ONU se tornou uma ferramenta indispensável para acadêmicos e ativistas".

Três membros da equipe da Conectas, Camila Asano, Lucia Nader, e Oscar Vilhena Vieira, produziram em conjunto o artigo "Brasil no Conselho de Direitos Humanos da ONU: a necessidade de superar ambigüidades". Foi publicado na principal revista acadêmica brasileira sobre política externa (Revista Política Externa). O artigo foi escrito como um contraponto a um artigo do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na mesma edição, e reflete a posição da Conectas na política brasileira como um membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU, exigindo mais transparência e observância às normas de direitos humanos.

Anuário 2008/09 "Direitos Humanos: O Brasil na ONU"

Cooperação horizontal e intercâmbio de boas práticas

Visões do sul sobre o sistema de direitos humanos da ONU

O tema do IX Colóquio Internacional de Direitos Humanos "Uma Avaliação do Sistema Global de Direitos Humanos sob a perspectiva do Hemisfério Sul: Estratégias Comuns e Propostas de Reforma" foi relacionado com as atividades do Projeto Política Externa e Direitos Humanos. A maioria dos participantes eram de países que seriam submetidos à Revisão Periódica Universal (RPU) em 2010 e 2011. As atividades do Colóquio permitiu que eles aprendessem e trocassem experiências sobre o novo mecanismo do UPR e realizassem atividades conjuntas após o evento.

RPU como uma porta de entrada para o sistema da ONU

Conectas compartilhou conhecimento, trocou informações e/ou apoiou ONGs de diversos países que se submeteram ao mecanismo de Revisão Periódica Universal em 2008/2009 ou que serão reavaliados em 2010/2011. Em particular, nos últimos dois anos, Conectas trabalhou em conjunto com organizações de África do Sul, Angola, Argentina, Bolívia, Botsuana, Brasil, Cabo Verde, Chile, Colômbia, República Dominicana, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Índia, Quênia, Lesoto, Malawi, México, Moçambique, Namíbia, Nicarágua, Nigéria, Panamá, Peru, Filipinas, Suazilândia, Uruguai, Zâmbia e Zimbábue.

"O resultado mais importante da RPU é que agora meu governo nos respeita, enquanto sociedade civil de Lesoto, porque estávamos juntos na ONU", afirma com Sofonea Shale, que participou do curso de formação AWOMI/Conectas na Zâmbia e participou da revisão de seu país na sede da ONU em Genebra.

Em 2009, além do Colóquio Internacional de Direitos Humanos, Conectas organizou e/ou participou de cursos sobre o novo mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU), que envolveu 14 países da África e América Latina. Como um novo mecanismo, a RPU é percebida por organizações do Sul como uma porta de entrada para o sistema das Nações Unidas e como uma forma de pressionar seus governos quando estão sob os "holofotes da ONU".

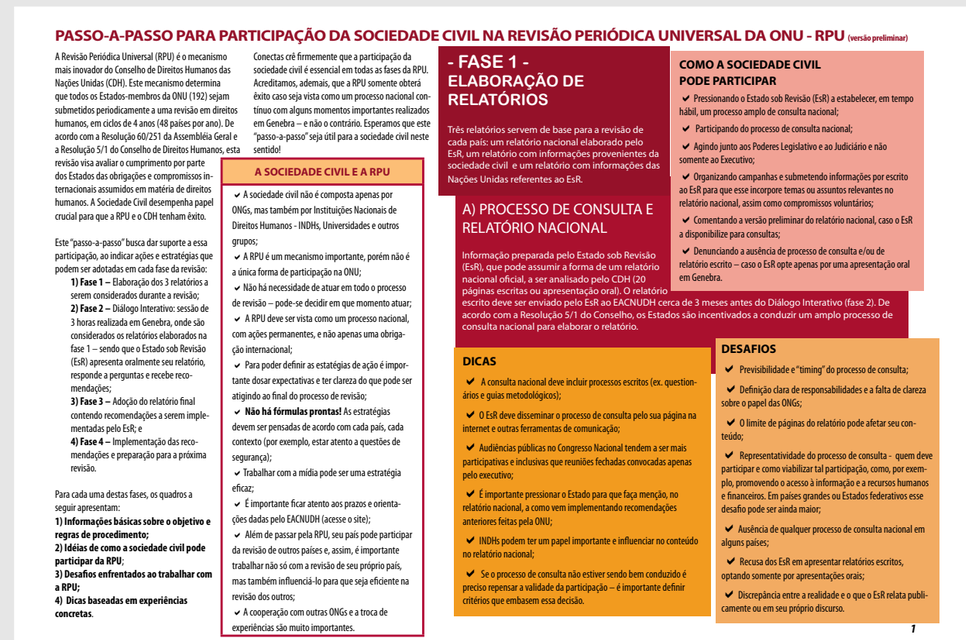
Para mencionar dois exemplos disso, em parceria com African Women Millennium Initiative on Poverty (AWOMI), Conectas organizou na Zâmbia, o "I Encontro Estratégico Sul-Africano sobre Participação da Sociedade Civil no Conselho de Direitos Humanos da ONU: Como trabalhar com a Revisão Periódica Universal", em setembro de 2009. O encontro reuniu organizações de sete países: Namíbia, Malawi, Suazilândia, Lesoto, Zâmbia, Zimbabwe e Botswana. Conectas também foi convidada para contribuir para a formação em Angola, Cabo Verde, Quénia e no Panamá.

Além disso, em janeiro de 2010, a Conectas explorou novas ferramentas de tecnologia, oferecendo um curso e-learning para as ONGs na Bolívia, Nicarágua e El Salvador, sobre como advogar e pressionar (fazer lobby) nas próximas fases da RPU desses países.

É importante ressaltar que a Conectas mantém contato com os participantes após os cursos para fornecer informações adicionais e assistência técnica quando necessário - por exemplo, para ajudá-los a participar de grupos de trabalho de RPU em Genebra ou fazer ouvir sua voz por meio da apresentação oral de declarações em nome de ONGs parceiras que não foram capazes de estar em Genebra durante a aprovação dos relatórios de RPU de seus países. Em 2009, esse foi o caso de Cabo Verde, Nigéria e Uruguai.

Dado que a UPR é um processo de revisão entre pares, os próprios Estados elaboram a minuta das recomendações do Conselho de Direitos Humanos para o país sob revisão. Um desafio para as ONGs do Sul Global durante a RPU é justamente o trabalho de advocacy com os Estados para assegurar que boas recomendações sejam feitas durante a revisão. Em 2009/2010, as organizações parceiras replicaram uma metodologia de advocacy desenvolvida pela Conectas, que inclui a elaboração de uma Carta de Advocacy distribuída às delegações em Genebra e às embaixadas nas capitais de seus países, contendo sugestões para perguntas e recomendações ao Estado submetido à revisão. O formato de carta permite fácil manuseio e fez com que o material se tornasse referência para as delegações que se preparam para a participação na RPU de outros países.

Além dessa metodologia, Conectas continua usando e atualizando constantemente, o "Roteiro para Participação da Sociedade Civil na Revisão Periódica Universal das Nações Unidas (PUR)", desenvolvido em 2008 pela Conectas, em parceria com International Service for Human Rights.



PASSO-A-PASSO PARA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL DA ONU - RPU (versão preliminar)

A Revisão Periódica Universal (RPU) é o mecanismo mais inovador do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH). Este mecanismo determina que todos os Estados-membros da ONU (192) sejam submetidos periodicamente a uma revisão em direitos humanos, em ciclos de 4 anos (48 países por ano). De acordo com a Resolução 60/251 da Assembléia Geral e a Resolução 5/1 do Conselho de Direitos Humanos, esta revisão visa avaliar o cumprimento por parte dos Estados das obrigações e compromissos internacionais assumidos em matéria de direitos humanos. A Sociedade Civil desempenha papel crucial para que a RPU e o CDH tenham êxito.

Este "passo-a-passo" busca dar suporte a essa participação, ao indicar ações e estratégias que podem ser adotadas em cada fase da revisão:

1) Fase 1 – Elaboração dos 3 relatórios a serem considerados durante a revisão;
2) Fase 2 – Diálogo Interativo: sessão de 3 horas realizada em Genebra, onde são considerados os relatórios elaborados na fase 1 – sendo que o Estado sob Revisão (EsR) apresenta oralmente seu relatório, responde a perguntas e recebe recomendações;
3) Fase 3 – Adoção do relatório final contendo recomendações a serem implementadas pelo EsR; e
4) Fase 4 – Implementação das recomendações e preparação para a próxima revisão.

Para cada uma destas fases, os quadros a seguir apresentam:
1) Informações básicas sobre o objetivo e regras de procedimento;
2) Idéias de como a sociedade civil pode participar da RPU;
3) Desafios enfrentados ao trabalhar com a RPU;
4) Dicas baseadas em experiências concretas.

Conectas crê firmemente que a participação da sociedade civil é essencial em todas as fases da RPU. Acreditamos, ademais, que a RPU somente obterá êxito caso seja vista como um processo nacional contínuo com alguns momentos importantes realizados em Genebra – e não o contrário. Esperamos que este "passo-a-passo" seja útil para a sociedade civil neste sentido!

A SOCIEDADE CIVIL E A RPU

- A sociedade civil não é composta apenas por ONGs, mas também por Instituições Nacionais de Direitos Humanos - INDHs, Universidades e outros grupos;
- A RPU é um mecanismo importante, porém não é a única forma de participação na ONU;
- Não há necessidade de atuar em todo o processo de revisão – pode-se decidir em que momento atuar;
- A RPU deve ser vista como um processo nacional, com ações permanentes, e não apenas uma obrigação internacional;
- Para poder definir as estatégias de ação é importante dosar expectativas e ter clareza do que pode ser atigindo ao final do processo de revisão;
- **Não há fórmulas prontas!** As estratégias devem ser pensadas de acordo com cada país, cada contexto (por exemplo, estar atento a questões de segurança);
- Trabalhar com a mídia pode ser uma estratégia eficaz;
- É importante ficar atento aos prazos e orientações dadas pelo EACNUDH (acesse o site);
- Além de passar pela RPU, seu país pode participar da revisão de outros países e, assim, é importante trabalhar não só com a revisão de seu próprio país, mas também influenciá-lo para que seja eficiente na revisão dos outros;
- A cooperação com outras ONGs e a troca de experiências são muito importantes.

- FASE 1 - ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

Três relatórios servem de base para a revisão de cada país: um relatório nacional elaborado pelo EsR, um relatório com informações provenientes da sociedade civil e um relatório com informações das Nações Unidas referentes ao EsR.

A) PROCESSO DE CONSULTA E RELATÓRIO NACIONAL

Informação preparada pelo Estado sob Revisão (EsR), que pode assumir a forma de um relatório nacional oficial, a ser analisado pelo CDH (20 páginas escritas ou apresentação oral). O relatório escrito deve ser enviado pelo EsR ao EACNUDH cerca de 3 meses antes do Diálogo Interativo (fase 2). De acordo com a Resolução 5/1 do Conselho, os Estados são incentivados a conduzir um amplo processo de consulta nacional para elaborar o relatório.

COMO A SOCIEDADE CIVIL PODE PARTICIPAR

- Pressionando o Estado sob Revisão (EsR) a estabelecer, em tempo hábil, um processo amplo de consulta nacional;
- Participando do processo de consulta nacional;
- Agindo junto aos Poderes Legislativo e ao Judiciário e não somente ao Executivo;
- Organizando campanhas e submetendo informações por escrito ao EsR para que esse incorpore temas ou assuntos relevantes no relatório nacional, assim como compromissos voluntários;
- Comentando a versão preliminar do relatório nacional, caso o EsR a disponibilize para consultas;
- Denunciando a ausência de processo de consulta e/ou de relatório escrito – caso o EsR opte apenas por uma apresentação oral em Genebra.

DICAS

- A consulta nacional deve incluir processos escritos (ex. questionários e guias metodológicos);
- O EsR deve disseminar o processo de consulta pelo sua página na internet e outras ferramentas de comunicação;
- Audiências públicas no Congresso Nacional tendem a ser mais participativas e inclusivas que reuniões fechadas convocadas apenas pelo executivo;
- É importante pressionar o Estado para que faça menção, no relatório nacional, a como vem implementando recomendações anteriores feitas pela ONU;
- INDHs podem ter um papel importante e influenciar no conteúdo no relatório nacional;
- Se o processo de consulta não estiver sendo bem conduzido é preciso repensar a validade da participação – é importante definir critérios que embasem essa decisão.

DESAFIOS

- Previsibilidade e "timing" do processo de consulta;
- Definição clara de responsabilidades e a falta de clareza sobre o papel das ONGs;
- O limite de páginas do relatório pode afetar seu conteúdo;
- Representatividade do processo de consulta - quem deve participar e como viabilizar tal participação, como, por exemplo, promovendo o acesso à informação e a recursos humanos e financeiros. Em países grandes ou Estados federativos esse desafio pode ser ainda maior;
- Ausência de qualquer processo de consulta nacional em alguns países;
- Recusa dos EsR em apresentar relatórios escritos, optando somente por apresentações orais;
- Discrepância entre a realidade e o que o EsR relata publicamente ou em seu próprio discurso.

1

Questões prementes de direitos humanos e situações nos países

Parcerias para defender os direitos humanos no âmbito internacional

IEm 2009, a Conectas participou de todas as três sessões ordinárias do Conselho de Direitos Humanos (CDH) em Genebra. Conectas mobilizou esforços durante essas sessões de influenciar o comportamento do CDH da ONU sobre a situação dos direitos humanos em países específicos, especialmente na Birmânia, Zimbábue, Honduras e no Sudão, e também sobre questões temáticas, como execuções sumárias e extrajudiciais, direito à saúde e povos indígenas.

Isso foi feito principalmente em parceria com outras ONGs e por meio da organização de eventos paralelos, sustentações orais e reuniões com funcionários da ONU e representantes dos Estados. Conectas também facilitou a participação de parceiros

nas sessões do CDH, tais como ONG do Chile, México e Zimbábue em 2009.

No caso do Zimbábue, isso fazia parte da Campanha "Amigos de Zimbábue" iniciada em 2007. Em 2009, como parte da iniciativa, foi enviada uma carta assinada por 24 organizações de 15 países (14 do Sul) para o governo do Zimbábue lamentando que o Relator Especial da ONU sobre a Tortura, Sr. Manfred Nowak, fora proibido de entrar do país.

Consulta Regional com o Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Saúde

Em março de 2009, juntamente com a ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids) e SPW (Sexuality Policy Watch), Conectas organizou a "Consulta Sul-Americano sobre Direito à Saúde", um encontro que reuniu o Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Saúde, Anand Grover, e mais de 40 representantes de organizações da sociedade civil de países latino-americanos, como Argentina, Brasil, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

O objetivo da reunião foi discutir, com o Relator Especial, as principais prioridades para a região. Os temas abordados foram saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos e novas estratégias para garantir o acesso a medicamentos, especialmente para tratamento de HIV/AIDS e outras doenças infecciosas. Foi dada ênfase especial para a situação dos povos indígenas na América Latina e para o impacto da discriminação racial no acesso aos serviços de saúde pelos afro-descendentes. Também foi discutida a questão do direito à saúde no contexto do conflito armado na Colômbia.

Desafios e lições aprendidas: cedo demais para avaliar o impacto do mecanismo da RPU

Como descrito anteriormente, em 2009/2010, Conectas se esforçou para envolver organizações do Sul no processo de Revisão Periódica Universal (RPU) de seus países. No entanto, tendo em vista que a RPU ainda está em seu primeiro ciclo (2008-2011), é muito cedo para uma avaliação adequada de seu impacto. Até então, a RPU está sendo considerada como um importante mecanismo inovador que conta com o apoio político de vários Estados. Sem dúvida, RPU precisa de ajustes, que provavelmente serão discutidos durante a atual revisão do CDH para ser concluído em 2011. Há pelo menos três principais desafios a serem considerados:

- como prevenir RPU de enfraquecer outros mecanismos do CDH, como os relatores especiais e resoluções sobre situações específicas de cada país;
- como monitorar concretamente as recomendações feitas a todos os Estados;
- como garantir que RPU se torne um mecanismo sério após o término do primeiro ciclo, de modo a não se transformar, como alguns temem, num mecanismo de "Relações Públicas Universal".

No entanto, a partir da experiência adquirida pela Conectas em seus cursos de formação e atividades de apoio técnico, percebemos que, as ONGs, que não haviam trabalhado com a ONU até então, mostraram interesse na RPU e, consequentemente, isso se tornou uma "porta de entrada" para o sistema de direitos humanos da ONU e que a RPU cria estímulos interessantes em nível nacional, abrindo a possibilidade para as ONGs apresentarem algumas de suas demandas.

Expansão do projeto e sustentabilidade

Em 2009/2010, a quantidade de atividades do projeto aumentou significativamente, o que significa mais viagens internacionais exigidas para atender aos compromissos do CDH da ONU e dar cursos e, ao mesmo tempo, mais pressão para se responder às demandas internas em forma de publicação e atividades nacionais. O desafio do Projeto de Política Externa e Direitos Humanos é continuar sua expansão sem comprometer a sua sustentabilidade

Em 2010/2011, espera-se que as atividades nas três linhas de ação do projeto tenham continuidade: *accountability* da política externa brasileira, capacitação e apoio técnico e *advocacy* para questões específicas de direitos humanos ou situações dos países.

Isso significa que o projeto continuará:

- fornecendo cursos de capacitação e suporte técnico para as ONGs do Sul, que trabalham com o sistema internacional, especialmente com o CDH e a RPU.
- poiar e acompanhar ONGs parceiras nas sessões da CDH em Genebra, incluindo os grupos de estudo da RPU
- acompanhar debates do Processo de Revisão do CDH em 2011

Além disso, alguns novos avanços acontecerão em 2010/2011:

- Desenvolver atividades e promover o envolvimento de outras ONGs brasileiras com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Conectas vai concentrar esforços para aumentar a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência, particularmente por meio da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), e para capacitar ONGs brasileiras, Organizações de Pessoas com Deficiência (OPDs) e acadêmicos para trabalhar com esse tema e com o novo tratado internacional.

A principal tarefa da Conectas será colaborar com a elaboração de relatório alternativo para ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência no Brasil e apoiar a participação de ONGs e OPDs no monitoramento do processo de elaboração de relatório oficial do Brasil ao Comitê da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

- Estabelecer uma representação permanente conjunta em Genebra

Em maio de 2009, Conectas obteve status consultivo junto à Comissão Africano de Direitos Humanos e dos Povos. Essa é uma grande oportunidade para fortalecer nosso trabalho de colaboração com as ONGs africanas. Isso foi possível por meio de um projeto aprovado pela Fundação MacArthur, cujos principais objetivos é capacitar organizações da sociedade civil na África para utilizar os mecanismos regionais e internacionais de proteção dos direitos humanos e fortalecer a cooperação transregional no Sul Global. "A decisão de ampliar nossa atuação no sistema africano resultou de uma demanda de nossos parceiros na África, sobretudo de países de língua portuguesa, e de uma avaliação estratégica de sua importância para a efetivação dos direitos humanos no continente e o fortalecimento do próprio sistema internacional", afirma com Camila Asano, oficial de programa do Projeto Política Externa e Direitos Humanos.

- Conectas fortelecerá seu trabalho com a Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos

In May 2009, Conectas was accorded Observer Status with the African Commission on Human and Peoples' Rights. This is a great opportunity to strengthen our collaborative work with African NGOs. This is made possible through a project recently approved by the MacArthur Foundation whose main objectives are to empower civil society organizations in Africa to make use of regional and international mechanisms of human rights protection and strengthening cross-regional cooperation in the Global South. "The decision to expand our participation in the African system arose from the demands of our partners in Africa, especially in Portuguese-speaking countries, as well as from a strategic evaluation of its importance in protecting human rights in the continent and strengthening the international system itself", according to Camila Asano, project officer of the Foreign Policy and Human Rights Project.

Fundada em 2004, a Revista Sur tem como objetivo disseminar a perspectiva do Sul Global sobre direitos humanos

Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos

a publicação é distribuída gratuitamente para 2.061 assinantes em mais de 100 países

A Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos tem como missão fortalecer os canais de comunicação internacional entre os acadêmicos e ativistas de direitos humanos, acrescentando uma nova perspectiva a partir de pontos de vista do hemisfério sul.

A revista é publicada duas vezes por ano em três idiomas (português, espanhol e inglês), em versão eletrônica (www.surjournal.org) e impressa, distribuída gratuitamente para 2.061 assinantes em mais de 100 países, dos quais 70% estão no hemisfério sul. Todas as edições do jornal, desde seu início, foram revisados por um corpo de especialistas internacionais.

Sur - Revista Internacional é a única publicação do gênero publicada em três idiomas. Desdea sua fundação em 2004, 11 edições foram publicadas com um total de mais de 80 artigos. Sua tiragem atual é de 2.700 exemplares por edição.

Panorama da Revista Sur em 2009

Principais desafios

O maior obstáculo enfrentado pela Revista durante o ano de 2009 se deve à crise financeira internacional que afetou nossos doadores. No orçamento da revista, papel, impressão e distribuição são os itens mais caros, por isso cogitamos seriamente em limitar a revista em sua publicação online, apesar da preferência pela edição impressa mostrada por uma pesquisa entre nossos leitores (76% preferem a edição impressa, ainda que 80% do público têm acesso à Internet).

Felizmente, uma nova parceria com a Fundação Carlos Chagas, uma instituição de pesquisa e avaliação estatística de São Paulo, em conjunto com fundos doados pela Fundação Ford, garantiram o financiamento da publicação, cobrindo os custos dos próximos dois anos, permitindo assim a continuação das quatro próximas edições (nº 12 a 15) em versões online e impressa nos três idiomas.

Outra conseqüência das restrições financeiras foi a necessidade de diminuir a equipe da revista. Por outro lado, os requisitos formais feitos por alguns bancos de dados, como o SCIELO, que exigem mudanças, principalmente na formatação das notas dos artigos. Essas demandas aumentaram a carga de trabalho. Ambos os fatores resultaram no atraso da conclusão da edição nº 10, que foi finalmente lançada em dezembro, em vez de em junho de 2009. Como conseqüência, a edição nº 11, que deveria ser publicada em maio de 2010, também foi adiada.

Principais atividades

• **Certificação**

Reconhecimento e certificação obtidos junto a instituições nacionais e internacionais representam um aumento substancial no número de leitores, além de garantir o prestígio acadêmico aos autores e destaque merecido, já que não somos capazes de remunerá-los.

Nossa certificação internacional foi recentemente ampliada pela aceitação da revista pela Social Science Research Network – SSRN (www.ssrn.com). Isto se soma às certificações pré-existentes:

- DOAJ – Directory of Open Access Journals (http://www.doaj.org/)
- Open Gate (http://www.opengate.org/)
- SCIELO (www.scielo.br)
- IBSS – International Bibliography of the Social Sciences

A incorporação foi também solicitada a ISI Thompson, um dos indexadores mais importantes para os pesquisadores anglo-saxões.

Além disso, o sistema acadêmico brasileiro QUALIS deu à revista o mais alto grau na categoria nacional, classificando-a como uma das melhores revistas jurídicas. Ela também obteve a maior nota para uma revista acadêmica na Colômbia.

• Pesquisas

A Revista Sur realizou duas pesquisas para avaliar sua qualidade. Os principais objetivos eram ter um perfil mais claro dos seus assinantes e repensar suas políticas de distribuição.

Em 2007, uma avaliação on-line da revista revelou que 66% dos leitores consideraram a revista como excelente e 34% julgaram ser boa (ninguém considerou ruim ou muito ruim).

No processo de redefinição do site da revista e também para melhorar sua distribuição, realizamos, em 2009, um novo levantamento sobre o uso da internet pelos leitores. Os resultados mostram que, embora os leitores tenham acesso frequente à internet (80% dos leitores), a maioria deles prefere a Revista Sur impressa ao invés de sua versão on-line (76% dos leitores). Essa pesquisa também revelou que a maioria das cópias distribuídas são utilizadas por mais de um leitor (65% dos assinantes são organizações ou bibliotecas públicas).

Revista Sur nº10: dossiê sobre "Direitos Humanos das Pessoas em Movimento: Migrantes e Refugiados", em parceria com a ACNUR

• Edições publicadas em 2009

Duas edições foram publicadas durante o ano:

No.10 com um dossiê sobre "Direitos Humanos das Pessoas em Movimento: Migrantes e Refugiados", em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Os artigos sobre o tema principal são os seguintes:

› Katharine Derderian and Liesbeth Shockaert – "Respostas a fluxos migratórios mistos: Uma perspectiva humanitária";

› Juan Carlos Murillo – "Os legítimos interesses de segurança dos Estados e a proteção internacional de refugiados";

› Manuela Trindade Viana – "Cooperação internacional e deslocamento interno na Colômbia: Desafios à maior crise humanitária da América do Sul";

› Joseph Amon and Katherine Todrys – "Acesso de populações migrantes a tratamento antiretroviral no Sul Global";

› Pablo Cesariani Cernadas – "Controle migratório europeu em território africano: A omissão do caráter extraterritorial das obrigações de direitos humanos".

Outros artigos:

› Anuj Bhuwania - ""Crianças muito más": "Tortura indiana" e o Relatório da Comissão sobre Tortura de Madras de 1855";

› Daniela De Vito, Aisha Gill and Damien Short – "A tipificação do estupro como genocídio";

› Christian Courtis – "Notas sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas por tribunais da América Latina";

› Benyam D. Mezmur – "Adoção internacional como medida de último recurso na África: promover os direitos de uma criança ao invés do direito a uma criança".

No. 11 em parceria com ESCR-Net sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Os artigos sobre o tema principal são os seguintes:

› Aldo Caliari – "Comércio, investimento, finanças e Direitos Humanos: tendências, desafios e oportunidades";

› Ann Blyberg – "O Caso de designação incorreta: Direitos Económicos e Sociais e Trabalho do Orçamento";

› Malcom Langford – "Justiciabilidade no âmbito nacional e Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: Um Estudo Sócio-jurídico";

› Patricia Feeney – "Empresas e Direitos Humanos: A Luta pela prestação de contas na Organização das Nações Unidas e rumos da agenda de incidência".

Outros artigos:

› Julieta Lemaitre Ripoll – "O Amor nos Tempos de Cólera: Direitos LGBT na Colômbia";

› Victor Abramovich – "Das violações em massa aos padrões estruturais: novos enfoques e clássicas tensões no Sistema Interamericano de Direitos Humanos";

› Débora Diniz, Lívia Barbosa and Wederson Rufino dos Santos – "Deficiência, dos Direitos Humanos e Justiça";

Revista Sur nº11: foco nos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em parceria com Rede-DESC

› Viviana Monsalve and Javier Román – "Tensões do conceito de Dignidade Humana: Contexto e Aplicação do Direito Internacional dos Direitos Humano".

• **Parcerias**

É importante ressaltar que as parcerias com prestigiadas instituições internacionais na produção de edições recentes da revista foram extremamente benéficas. Elas ampliaram a divulgação da revista para um público novo e especializado e colaboraram com a sustentabilidade financeira.

› International Centre for Transitional Justice (ICTJ), edição n.º 7;

› Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA, Brasil) e OXFAM Brasil, edição n.º 8;

› International Service for Human Rights (Genebra), edição n.º 9;

› Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), edição n.º 10;

› ESCR-Net, edição n.º 11;

› Anistia Internacional, edição n.º 12;

› Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), edição n.º 11 e 12 (artigos sobre direitos sexuais e liberdade de religião);

› Centro de Estudios Legales y Sociales, Argentina (CELS) e Universidade de Pretoria, África do Sul, edição n.º 13.

Por meio de parcerias, estamos também ampliando o alcance dos idiomas da revista. Nosso parceiro no Egito, Prof Mustapha al Sayyed, da Universidade do Cairo, está neste momento concluindo a primeira edição da Revista Sur em árabe. Além disso, a Anistia Internacional, nosso parceiro para a edição n.º 12, pensa em produzir uma versão francesa dessa edição. Por fim, também há discussões em andamento sobre a produção de uma versão chinesa da revista Sur com a Universidade de Wuhan.

Desafios para 2010/2011

Website

A programação e as ferramentas do site da revista são obsoletas e devem ser renovadas, principalmente porque é difícil atualizar seu banco de dados e estrutura e acessá-lo por meio de buscadores, como o Google. Além disso, é impossível acrescentar novos mecanismos de busca na estrutura atual.

As limitações acima são incompatíveis com as demandas atuais dos usuários, como a possibilidade de pesquisar artigos por autor e por assunto. Todas essas mudanças demandam uma completa reestruturação do site atual.

Melhoria na distribuição

Em 2010, pretendemos aumentar a lista de distribuição da versão impressa da revista. A política de cadastro inicial permitia a inscrição de qualquer pessoa interessada. Considerando as restrições de custos, planejamos priorizar os ativistas de direitos humanos e acadêmicos do Sul e às bibliotecas públicas e universitárias.

Também nos certificaremos que todos os ex-participantes do Colóquio e intercambistas (do Programa de Intercâmbio para África Lusófona) recebam a revista. Além disso, analisaremos a lista atual de inscritos por país para verificar se todos nossos parceiros recebem a revista, inclusive os principais professores e profissionais de direitos humanos.

Duas novas edições da Revista

Durante 2010, lançaremos duas edições da Revista Sur:

• No. 12 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Responsabilidade das Empresas (em parceria com Anistia Internacional)

• No. 13 – Sistemas Regionais e Internacional de Direitos Humanos: funcionamento, inter-relação e participação da sociedade civil (em parceria com Centro de Estudios Legales y Sociales – CELS, Argentina e Universidade de Pretoria, África do Sul)

Treinamento para jovens autores

Como já foi mencionado, o fim das dificuldades financeiras, que tiveram tantas consequências negativas, ampliou os horizontes para os próximos dois anos de nossas atividades. Os planos de desenvolvimento se tornaram viáveis novamente.

O mais interessante deles é uma parceria que reúne a Fundação Carlos Chagas e Conectas, cujo objetivo é estabelecer um programa de treinamento para jovens autores do hemisfério sul. A ideia surgiu porque, para cada edição da revista, recebemos cerca de 90 contribuições, dos quais só podemos escolher 9 artigos para publicar. Muitos trabalhos recusados, se melhorados, mereceriam sua publicação. O fato é que, devido às deficiências do sistema acadêmico nos países do Sul em geral, muitos dos autores não têm experiência suficiente para escrever um artigo acadêmico. No entanto, alguns tem boas ideias, muitas são originais e, mais importante, são percepções especificamente do sul, onde geralmente não há acesso à publicação acadêmica dos países desenvolvidos. O programa de treinamento pretende aproximar esses futuros intelectuais sob os cuidados de alguns dos nossos revisores internacionais que os ajudaria a melhorar seus trabalhos, apresentando-lhes os rigores da escrita acadêmica. Os trabalhos aperfeiçoados poderiam então ser aceitos para publicação. Esse papel pedagógico complementaria perfeitamente a missão da Revista Sur de "dar voz ao Sul".

Frans Viljoen, Diretor do Centro de Direitos Humanos da Universidade de Pretória, África do Sul

A justiciabilidade dos direitos humanos - uma análise comparativa: Brasil, Índia e África do Sul (IBSA)

a pesquisa traz resultados comparativos entre as cortes constitucionais em três países

O Projeto IBSA é um projeto colaborativo de três anos de investigação das cortes constitucionais no Brasil, Índia e África do Sul (2007-2009). O estudo comparativo foi realizado com dois objetivos principais. O primeiro foi o de avaliar o papel desempenhado pelas cortes constitucionais no Brasil, Índia e África do Sul na promoção e proteção dos direitos humanos. Os resultados foram deduzidos a partir do trabalho de acadêmicos do Direito, assim como de intervenções nos tribunais pela sociedade civil e organizações de interesse público. O segundo objetivo foi proporcionar aos profissionais do Direito e centros de direitos fundamentais uma matriz comparativa de decisões judiciais e estratégias para que lições possam ser aprendidas e compartilhadas com o objetivo final de melhorar a prática da proteção dos direitos humanos.

Atividades realizadas em 2009

Essa iniciativa colaborativa de três anos de pesquisa sobre cortes supremas e constitucionais realizada na Índia, Brasil e África do Sul, conhecido como Projeto IBSA, resultou em 20 trabalhos acadêmicos sobre direitos humanos e questões constitucionais que serão compilados numa publicação acadêmica em 2010. Embora as equipes de pesquisa tenham enfrentado importantes desafios e dificuldades durante esse processo, tais como barreiras linguísticas, diferenças de tempo, distância física entre os países sob análise e entre seus pesquisadores, pode-se dizer que as conclusões apresentadas no seminário de encerramento em São Paulo, em março 2010, superaram as expectativas, já que combinaram pensamento criativo e pesquisa inovadora nessa área.

A primeira parte da pesquisa, realizada em 2007, foi dedicada ao desenvolvimento de três artigos que descrevem os antecedentes dos Tribunais Constitucionais e à análise da jurisprudência de cada Corte Constitucional IBSA. Os pesquisadores organizaram uma primeira conferência em Oxford, em maio de 2007, para discutir os resultados preliminares e identificar temas para investigações comparativas posteriores. A segunda parte do projeto, realizada em 2008, foi dedicada à pesquisa dos temas selecionados. Em seguida, as equipes de pesquisa discutiram os resultados em duas conferências, uma em Nova Déli (abril de 2008) e outra em Pretória (dezembro de 2008).

Por fim, a última parte da pesquisa ocorreu em 2009 e focou na discussão e revisão dos artigos por meio de intensa comunicação entre as várias equipes. Para cada tópico de pesquisa, um autor principal foi apontado como ponto focal durante o processo de redação. Cada um dos textos procurou abranger as seguintes dimensões: o contexto social, estruturas normativas e institucionais, estratégias de litígio judicial e político, raciocínio judicial e, finalmente, o impacto da decisão do tribunal em termos de direitos humanos.

Os artigos estão disponíveis em: http://www.conectas.org/IBSA/ibsa.htm

Seminário de encerramento

Os coordenadores da pesquisa, o professor Frans Viljoen (África do Sul) e Prof Oscar Vilhena Vieira (Brasil), organizaram um seminário final "A Justiciabilidade dos Direitos Humanos - resultados de uma pesquisa comparativa sobre as Cortes Constitucionais de Índia, Brasil e África do Sul" para discutir os resultados da pesquisa IBSA. O evento aconteceu em 12 de março de 2010, na Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.

O seminário ofereceu a oportunidade para as duas equipes apresentarem conjuntamente as principais conclusões da pesquisa IBSA para estudantes de Direito e professores da Escola de Direito da FGV e para organizações de direitos humanos.

Diversos temas da pesquisa foram discutidos com profundidade, como o papel das cortes constitucionais na promoção e proteção dos direitos humanos, marco constitucional de Índia, Brasil e África do Sul, relação entre religião e direitos humanos, normas constitucionais para internalização do direito internacional dos direitos humanos, direitos das minorias sexuais, direito à saúde e a "judicialização" das políticas públicas.

Thiago Amparo, oficial de programa do PROGRAMA SUL GLOBAL, apresenta os resultados da pesquisa no seminário de conclusão do projeto

Palestrantes do seminário "A Justiciabilidade dos Direitos Humanos - Resultados de uma pesquisa comparativa sobre as Cortes Constitucionais de Índia, Brasil e África do Sul" - 12 de março de 2010 - São Paulo
Frans Viljoen Diretor do Centro de Direitos Humanos da Universidade de Pretória, África do Sul
Oscar Vilhena Vieira Professor e Coordenador do Programa de Mestrado na Faculdade de Direito da FGV e diretor da Conectas Direitos Humanos
Eloisa Machado Membro do Conselho do Instituto Pro Bono e Coordenadora do Programa de Justiça da Conectas entre 2003-2009
Juana Kweitel Coordenadora do Programa Sul Global da Conectas Direitos Humanos
Thiago Amparo Pesquisador da Conectas Direitos Humanos
Octavio Luiz Motta Ferraz Professor Adjunto de Direito da Universidade de Warwick, Reino Unido

Publicação da pesquisa IBSA

O evento também proporcionou aos coordenadores da pesquisa a oportunidade de discutir as etapas finais para uma publicação acadêmica, com a reunião dos principais trabalhos da pesquisa. Essa publicação constituirá potencialmente um perspicaz e singular diálogo em três vias que fornecerá uma comparação detalhada das cortes constitucionais dos três países analisados em diversas questões constitucionais e de direitos humanos. Estão em andamento negociações com editoras, incluindo a Oxford University Press. O livro deverá ser lançado até o final de 2010.

Programa de Bolsas OSISA Angola

o programa promove o intercâmbio de ativistas e estudantes de Angola e Moçambique em ONGs brasileiras

O objetivo principal do Programa de Intercâmbio Angola-Moçambique-Brasil é construir e fortalecer uma rede de organizações da sociedade civil, ativistas e acadêmicos que atuam na área dos direitos humanos nos três países.

Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA - www.osisa.org) é a principal fonte de financiamento para esse programa, que foi implementado no Brasil pela assistente de programa OSISA, Fernanda Castro Fernandes. Conectas hospedou e deu apoio administrativo ao Programa.

Para alcançar seu objetivo, o Programa realiza, principalmente, o intercâmbio de estudantes e ativistas de Angola e Moçambique em organizações não-governamentais e universidades brasileiras e cursos de capacitação com profissionais, professores e ativistas brasileiros nos dois países africanos.

Em 2009, o Programa de Intercâmbio entre Angola, Moçambique e Brasil trouxe 21 pessoas ao país para participar de curso de formação na ONG Justiça Global, do V Encontro Anual da ANDHEP (Associação Nacional de Direitos Humanos - Pesquisa e Pós-Graduação) e da VI CONFINTEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos), além de visitas e reuniões de trabalho com ONGs e universidades brasileiras.

Por outro lado, quatro professores e cinco profissionais foram para Angola para realizar cursos de formação sobre os Sistemas Universal e Africano de Proteção dos Direitos Humanos e Jornalismo comunitário.

Destacam-se no ano de 2009 a assinatura de acordo acadêmico entre a Universidade Federal da Paraíba e Universidade Lusíada de Angola, que permitirá o fortalecimento do laços acadêmicos na área dos direitos humanos entre Brasil e Angola, e a formação de ativistas angolanos para elaboração de relatório alternativo da sociedade civil daquele país a ser apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, que será avaliado em 2010 pelo mecanismo de Revisão Periódica Universal.

PROGRAMA DE JUSTIÇA

Atualmente, mais de 6.000 adolescentes estão detidos no sistema de justiça juvenil de São Paulo, e no sistema prisional Brasileiro existem mais de 470.000 presos.

Desde o início de seu trabalho com o sistema prisional, a Conectas estabeleceu como meta "desestabilizar políticas que violem os direitos fundamentais".

Em defesa dos direitos humanos e do acesso à justiça

Conectas elencou como uma de suas prioridades coibir práticas abusivas no sistema prisional brasileiro.

Após anos de intenso trabalho no âmbito da Fundação Casa, cujo impacto possibilitou mudanças positivas no sistema de justiça juvenil, a Conectas elencou como uma de suas prioridades combater práticas abusivas no sistema prisional brasileiro. É evidente que estamos diante de um desafio muito maior em relação ao enfrentado no sistema juvenil, o qual demanda ações e estratégicas pontuais e objetivas.

Para demonstrar a dimensão do problema, enquanto o sistema de justiça juvenil em São Paulo abriga pouco mais de 6 mil jovens infratores, atualmente o sistema prisional brasileiro conta com mais de 470 mil presos, dos quais cerca de 191 mil estão em São Paulo. Conforme documentado por diversos relatórios nacionais e internacionais, o sistema prisional brasileiro tem sido palco de sistemáticas violações de direitos humanos.

Desde o início de seu trabalho com o sistema prisional brasileiro, a Conectas estabeleceu como meta "desestabilizar políticas violadoras de direitos fundamentais". Para tanto, inicialmente foi necessário identificar as regiões onde ocorrem violações de maior gravidade para que, depois, fosse possível definir as estratégias de atuação.

Apesar de a Conectas ter planejado concentrar suas ações em São Paulo, a situação do sistema prisional do estado do Espírito Santo se mostrou tão chocante que o enfrentamento daquela situação se tornou prioridade para a organização. Constatamos que centenas de presos viviam em contêineres sem as mínimas condições de higiene e salubridade, eram vítimas de prática de tortura sistemática, além da existência de casos recorrentes de violência extrema (foram encontradas em latas de lixo partes de corpos esquartejados), bem como a absoluta falta de controle judicial sobre o sistema prisional.

Para enfrentar essa situação, Conectas reformulou o seu programa de litígio estratégico. Dada a gravidade do problema, a Conectas firmou parcerias com atores locais e nacionais com maior poder político e que pudessem agir de forma efetiva para coibir tais violações, e também com a intenção de multiplicar sua rede, participando do Grupo de Justiça Criminal, criado pela *Open Society Institute-Criminal Fund*. As dez organizações que integram a rede têm como objetivo reduzir e prevenir o crescimento do número de presos provisórios no país, além de combater as graves violações de direitos que ocorrem nas unidades prisionais brasileiras.

Neste aspecto, cabe ressaltar o importante papel que tem sido desempenhado pelo Diretor do Instituto Pro Bono, Marcos Fuchs, que, após ser nomeado membro do Conselho da Comunidade em 2009, realizou visitas mensais a unidades prisionais do estado de São Paulo, responsável por monitorar denúncias de violações e pedidos referentes aos direitos dos presos. Esta iniciativa da Conectas, voltada a combater os abusos no sistema prisional, tem sido e, certamente, continuará a ser, o maior desafio enfrentado pelo Programa de Justiça em 2009 e 2010.

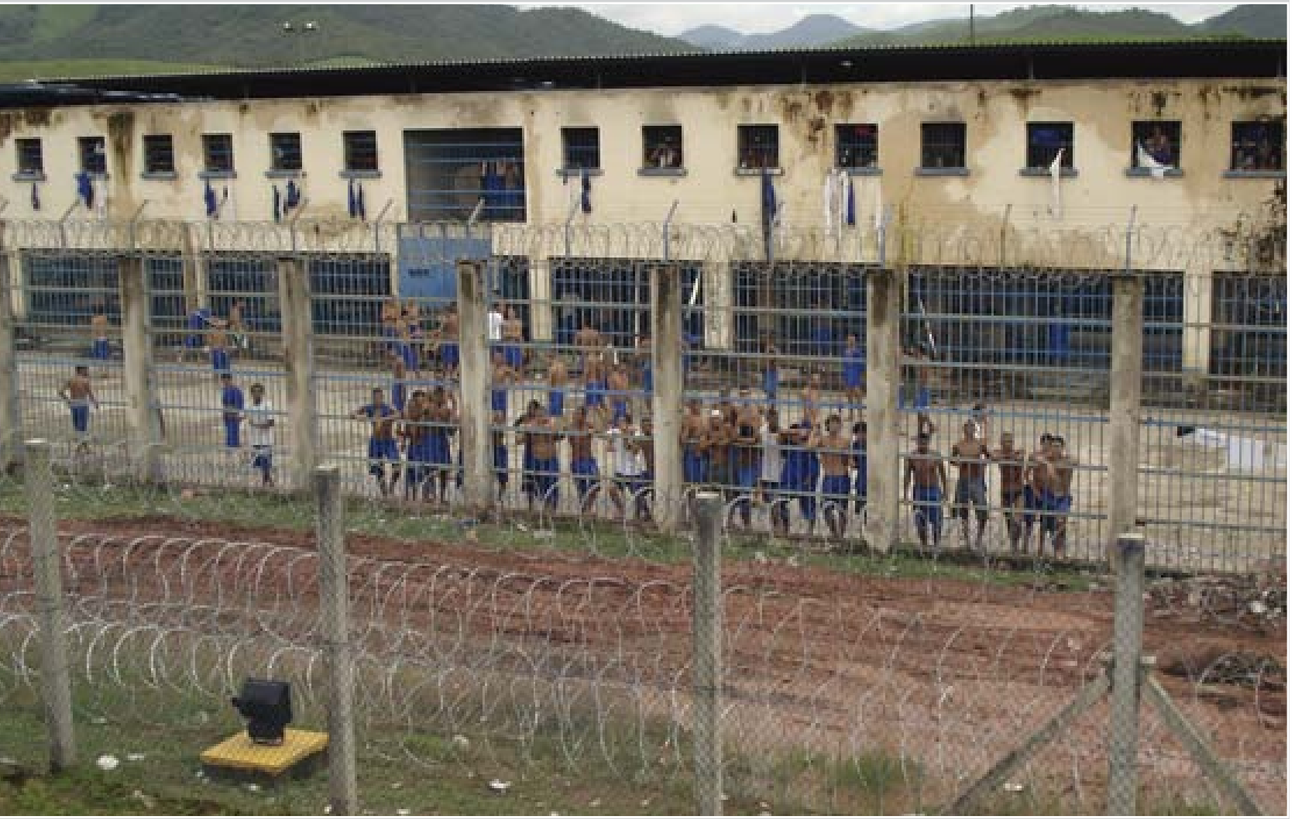
Além disso, foi necessário aproximar esta iniciativa do PROGRAMA SUL GLOBAL para melhor uso dos sistemas regionais e internacional de proteção dos direitos humanos, que já havia levado casos paradigmáticos à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a mecanismos de direitos humanos da ONU.

Também vale destacar que, neste mesmo período, a Conectas mudou sua atuação no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF). Continuamos sendo a única organização da sociedade civil que participou em todas as audiências públicas realizadas pelo STF. No entanto, passamos a adotar uma nova estratégia. Ao invés de assumir isoladamente a responsabilidade por elaborar *amici curiae* sobre os mais variados temas de direitos fundamentais, como fizemos em anos anteriores, procuramos incentivar que outras organizações diretamente interessadas nos temas discutidos pelo STF elaborassem seus próprios *amici*, ampliando a legitimidade das organizações da sociedade civil junto ao Supremo.

Além desse importante trabalho no âmbito do STF, a fim de atender às inúmeras demandas por maior atuação no campo dos direitos econômicos, sociais e culturais, durante este período a Conectas participou de três iniciativas com parceiros estratégicos:

- no que diz respeito a empresas e direitos humanos, a Conectas, desde 2005, atua como braço jurídico do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos – GTPI/REBRIP;
- após três anos do desenvolvimento de um projeto de empoderamento de mulheres sobre direito à saúde de mulheres negras, coordenado pela Conectas em parceria com o Geledés - Instituto da Mulher Negra, a comunidade beneficiada se apropriou da iniciativa e manterá um espaço para o encontro dessas mulheres;
- ainda no campo de empresas e direitos humanos, Conectas tem atuado em parceria com a Clínica de Negócios Inclusivos da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em um projeto de proteção dos direitos sociais dos catadores de materiais recicláveis.

A seguir, apresentaremos as principais áreas de atuação do Programa de Justiça em 2009 e primeiro semestre de 2010, como também perspectivas para o futuro.



Casa de Custódia de Viana é uma das unidades do sistema prisional do estado do Espírito Santo, onde constatamos diversas violações e abusos aos direitos humanos.

Ações voltadas a combater a violência no sistema prisional brasileiro

O programa pretende responsabilizar agentes estatais por não cumprirem suas obrigações.

Para enfrentar o desafio de combater a violência no sistema prisional brasileiro, a Conectas faz uso das mais diversas ferramentas de litígio estratégico, com o apoio de vários parceiros e com objetivos de curto e longo prazos. Um dos principais objetivos é assegurar o respeito ao Estado de Direito. Em outras palavras, esse projeto busca responsabilizar agentes estatais que não cumpram com as obrigações previstas pelas normas constitucionais, leis ordinárias ou mesmo em tratados internacionais. Outro objetivo é utilizar o litígio estratégico para "desestabilizar práticas violadoras". Trata-se de um longo processo de resultados por vezes imprevisíveis; embora a tendência seja corrigir práticas de violação de direitos, sobretudo em função do aumento do custo político resultante do litígio estratégico.

O litígio estratégico engloba o uso conjunto de diversas ações:

- parcerias estratégicas com organizações locais e internacionais, bem como o diálogo com instituições estatais responsáveis por zelar pela garantia de direitos;
- visitas regulares a unidades prisionais e monitoramento das condições de detenção;
- ações judiciais de indenização a vítimas e ações paradigmáticas com o objetivo de modificar práticas institucionais de violação de direitos humanos;
- petições perante organismos internacionais de direitos humanos, em especial a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA);
- utilização dos mecanismos de proteção de direitos humanos do sistema ONU para atrair a atenção da comunidade internacional às violações de direitos humanos no Brasil;
- uso da mídia para informar o público sobre questões de direitos humanos.

A defesa de adolescentes privados de liberdade

O Programa de Justiça da Conectas trabalha, desde 2003, na defesa de jovens privados de liberdade internados nas unidades da Fundação Casa (antiga Febem), no estado de São Paulo, em parceria com diversas organizações de direitos humanos e instituições estatais. Em várias unidades, houve uma melhora nas condições de vida dos jovens, entretanto a Conectas continua acompanhando as ações judiciais pendentes e realizando visitas regulares para monitorar a situação da Fundação Casa.

Após uma batalha jurídica de quase três anos, o Tribunal de Justiça de São Paulo reconheceu o direito de organizações da sociedade civil de visitar unidades juvenis de privação de liberdade, direito que havia sido suspenso. Em 2009, Conectas participou da rearticulação da rede de organizações de direitos humanos que realizam o monitoramento in loco das unidades da Fundação Casa. A escolha das unidades a serem visitadas priorizou aquelas sobre as quais familiares de jovens internos relataram violações. Após cada visita, um relatório é encaminhado aos órgãos responsáveis por investigar eventuais violações de direitos humanos e tomar as devidas providências para repará-las. No início de 2010, os resultados dessas visitas receberam ampla cobertura da mídia, inclusive em um dos maiores jornais do país, o Estado de São Paulo.

Durante os últimos seis anos, o PROGRAMA DE JUSTIÇA da Conectas ingressou com diversas ações judiciais representando adolescentes internados em unidades da Fundação Casa, com o objetivo de indenizá-los por abusos cometidos pelo Estado, responsabilizar os perpetuadores de tais violações e mudar práticas institucionais de violação de direitos humanos, mas muitas destas ainda estão pendentes, dada à morosidade do sistema judiciário brasileiro. No entanto, a pequena equipe de advogados da Conectas tem acompanhado com atenção todos estes casos.

A situação dos jovens internados na unidade de Tupi Paulista constituiu um caso paradigmático e que merece atenção. Em 2005 a Conectas recorreu à justiça estadual e, diante da parcialidade da decisão, decidiu solicitar a federalização do caso. Vale a pena destacar que o instituto da "federalização", estabelecido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, constitui uma segunda chance para que o judiciário brasileiro possa remediar violações de direitos humanos e, assim, evitar ser condenado por mecanismos internacionais. Só o Procurador-Geral da República tem competência discricionária para requerer a federalização.

Além disso, a Conectas acompanhou os procedimentos administrativos instaurados em 2005 para investigar denúncias de tortura e maus-tratos de 70 adolescentes internos da Fundação Casa durante transferência de unidades prisionais do Complexo do Tatuapé, na cidade de São Paulo, para a Penitenciária Compacta de Tupi Paulista, no interior do estado. Ao término das investigações, o Ministério Público, inesperadamente, concluiu que, além de não terem sofrido tortura, os próprios adolescentes teriam sido responsáveis pelos ferimentos sofridos, acusando-os do crime de denunciação caluniosa. Diante disso, a Conectas solicitou ao Procurador Regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo (Ministério Público Federal) que colhesse as informações necessárias perante as autoridades locais e, em seguida, solicitasse ao Procurador-Geral da República o deslocamento do caso para a justiça federal.

Ação voltada a coibir violações no sistema prisional adulto

O rápido aumento do número de encarceramentos em todo o Brasil não foi capaz de produzir o resultado esperado pelo governo de reduzir os índices de criminalidade e, em muitos casos, levou a um aumento das violações de direitos humanos, especialmente no que se refere às insalubres condições de detenção, superpopulação carcerária e, principalmente, o uso da violência como forma de controle de prisioneiros.

Pesquisa sobre o Sistema Prisional

Em 2009, para direcionar melhor as ações voltadas a combater violações de direitos humanos nas unidades prisionais no Brasil, a Conectas elaborou um estudo com base em dados e entrevistas para diagnosticar os principais problemas do sistema carcerário brasileiro. Essa pesquisa serviu de base para o desenho das estratégias jurídicas e demais atividades que a Conectas planeja para os próximos dois anos. As bases de dados e outras informações elaboradas dentro do âmbito dessa pesquisa são constantemente atualizadas.

Conectas colheu informações de diversas fontes: (i) entrevistas e reuniões com especialistas e autoridades do governo, incluindo o Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, um Promotor Público Federal, um membro da Ouvidoria da Policia, bem como ONGs que trabalham com o Sistema Penitenciário Brasileiro; (ii) informações disponíveis em páginas oficiais da internet e relatórios emitidos pelo governo e (iii) visitas, realizadas em parceria com o Instituto Pro Bono e outras ONGs, a diversas unidades de detenção nos estados de São Paulo e Espírito Santo.

A pesquisa fornece informações sobre o perfil dos presos e uma visão geral das condições de detenção no Brasil, com especial ênfase para os estados de São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rondônia e Rio Grande do Sul. Abaixo estão listados alguns dos principais resultados desta pesquisa:

- Nos últimos 10 anos, o número de presos no país aumentou a um ritmo alarmante. De acordo com o censo realizado pelo departamento penitenciário do Ministério da Justiça, entre 2000 e 2009, o número de presos no Brasil cresceu 102%, passando de 232.755 para 469.807, ultrapassando em 170 mil presos, que é a capacidade que o sistema carcerário brasileiro suporta;
- A maioria dos presos é homem e jovem, entre 18 e 24 anos;
- Mais de 60% dos detentos brasileiros estão na região sudeste, o que inclui os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, alguns dos estados mais ricos e populosos do país;
- 44% da população carcerária no Brasil são compostas por presos provisórios, que ilegalmente aguardam o julgamento por um período maior do que os três meses estabelecidos por lei;
- Oferta insuficiente de defensores públicos (por exemplo, em São Paulo, há apenas um defensor público para cada 72.365 potenciais beneficiários – representados pelo numero de pessoas maiores de 10 anos com uma renda inferior a três salários mínimos por mês)
- Agravamento das penas para alguns crimes.

As principais conclusões desta pesquisa guiaram as atividades da Conectas em 2009, cuja missão original era concentrar seu trabalho no estado de São Paulo. No entanto, considerando que a situação alarmante do estado do Espírito Santo demandava ação imediata, a Conectas decidiu eleger o combate às violações de direitos humanos no sistema prisional deste estado. como uma de suas prioridades para 2009/2010.

O caso do sistema prisional do Espírito Santo

O sistema prisional no estado de Espírito Santo tem sido palco de execuções, mortes, esquartejamentos,

torturas, abusos, maus-tratos, superlotação e uso de células metálicas/contêineres para encarceramento, para mencionar apenas as mais alarmantes violações de direitos humanos ocasionadas pela falta de controle das autoridades administrativas e judiciais sobre a situação. Desde a década de 90, essas condições têm sido relatadas por diversas organizações governamentais e não-governamentais.

Desde agosto de 2009, a Conectas tem atuado em parceria com diversas organizações, como o Conselho Estadual de Direitos Humanos, o Centro de Direitos Humanos da Serra, Justiça Global, para denunciar as graves violações recorrentes no sistema prisional do Espírito Santo.

Em novembro de 2009, acompanhando organizações parceiras, a equipe da Conectas realizou suas primeiras visitas na unidade para adolescentes (UNIS) e no Departamento de Polícia Judiciária de Vila Velha (DPJ de Vila Velha), uma unidade de detenção dentro de uma delegacia de polícia, em geral utilizada para acolher presos provisórios. As conclusões obtidas por meio destas duas visitas confirmaram que detentos adolescentes e adultos continuavam a viver em condições desumanas: tortura e maus-tratos, acesso à justiça precário ou nulo, condições sanitárias inadequadas, bem como falta de oportunidades de educação. Por exemplo, no DPJ de Vila Velha havia 265 detentos, embora sua capacidade fosse para apenas 36 detentos, o que representa uma superlotação de aproximadamente 8 vezes a capacidade da unidade. Além disso, alguns detentos estavam algemados pelos pés, deixados nos corredores da unidade de detenção e sem acesso a cuidados médicos.

É interessante ressaltar que diversos Conselhos e entidades que visitaram o sistema prisional do Espírito Santo em 2009 também documentaram a gravidade das violações de direitos humanos e apresentaram, com a participação da Conectas, um pedido de intervenção federal no estado ao Procurador-Geral da República. Conectas também solicitou, em carta enviada ao Presidente da República e ao Ministro da Secretaria de Direitos Humanos, que estes tomassem medidas urgentes para pôr fim às violações de direitos humanos no Espírito Santo.

Superlotação no DPJ de Vila Velha: 265 homens confinados em unidade com capacidade para 36 detentos.

Além disso, em novembro de 2009, Conectas e outras organizações parceiras se reuniram com o Procurador-Geral da República para apresentar um dossiê sobre a situação carcerária no Espírito Santo, com fotos comprovando casos de esquartejamento e tortura, mais uma vez solicitando que ele apresentasse o pedido de intervenção federal perante o STF. Em novembro do mesmo ano, Conectas, em parceria com outras organizações, apresentou à Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos um dossiê completo sobre a situação alarmante do sistema penitenciário do Espírito Santo durante sua visita ao Brasil.

O monitoramento das unidades prisionais por meio de visitas continuou em 2010: (i) em 4 de fevereiro de 2010, as mesmas organizações visitaram novamente o DPJ de Vila Velha, onde, embora a população carcerária tenha sofrido uma pequena diminuição para 235 detentos, o índice de superpopulação ainda apresentava a proporção de 6 para 1. As organizações também visitaram o centro de detenção provisória de Cariacica, onde 500 homens foram encarcerados em contêineres de metal. Os presos relataram maus-tratos, falta de oportunidades profissionais ou educacionais, bem como ausência de tratamento médico. (ii) em 6 de abril de 2010, organizações parceiras realizaram uma nova visita ao DPJ de Vila Velha, onde o número de presos havia sido reduzido para 157 detentos, o que ainda representa uma super-população quatro vezes maior do que a capacidade de internação da unidade (entre estes presos, 31 deveriam ter sido transferidos para uma penitenciária onde cumpririam pena, uma vez que já haviam sido condenados).

Evento paralelo durante sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra

Devido à falta de resposta das autoridades brasileiras sobre o tema, foi organizado um evento paralelo durante a 13a sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, em 15 de março de 2010, intitulado "Direitos Humanos no Brasil: Violações no sistema prisional – o caso do Espírito Santo" (veja acima o tópico "Perspectivas do Sul Global e âmbito multilateral"). Conectas, em parceria com o Conselho Estadual de Direitos Humanos do Espírito Santo e a Justiça Global, expuseram para uma plateia composta por mais de 100 representantes de delegações diplomáticas, da própria ONU e de ONGs de diversos países, as graves e sistemáticas violações de direitos humanos no sistema prisional do estado do Espírito Santo.

Um artigo escrito pelo jornalista brasileiro, Elio Gaspari, sob o título *"As Masmorras de Hartung aparecerão na ONU"* publicado na Folha de São Paulo, no dia 7 de março de 2010, deu publicidade para a ação que levaria à ONU a discussão sobre o sistema penitenciário brasileiro. O Estado brasileiro e autoridades federais enviaram representantes do alto escalão do governo para expor sua posição sobre o problema, entre eles: o Secretário de Justiça do Espírito Santo, Ângelo Roncalli, o Diretor de Política Penitenciária do Mistério de Justiça, André Almeida e Cunha, e o então juiz do Conselho Nacional de Justiça, Erivaldo Ribeiro dos Santos. Um representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos também participou como expositor no evento. O evento deu visibilidade internacional para o caso e recebeu ampla cobertura pela mídia nacional e internacional.

Pouco tempo depois, o Superior Tribunal de Justiça emitiu uma decisão determinando que presos provisórios mantidos em contêineres de metal no Espírito Santo fossem transferidos imediatamente. Este passo extremamente importante, diretamente relacionado com o trabalho da Conectas, beneficiará centenas de detentos que vivem em condições subumanas. Espera-se que esta seja a primeira de muitas outras medidas tomadas pelas autoridades para reformar o sistema prisional brasileiro.

Audiência pública e petição perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Em complemento à estratégia de denúncia de graves violações de direitos humanos no Espírito Santo, as organizações envolvidas também atuaram no sistema interamericano de proteção de direitos humanos por meio de: i) uma audiência temática sobre o sistema

prisional brasileiro, e ii) um pedido de medidas cautelares referente à situação na DPJ de Vila Velha.

i) No dia 19 de março de 2010, as organizações participaram de uma audiência pública na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), na Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, sobre a situação do sistema prisional brasileiro, incluindo o caso do Espírito Santo. Após a exposição feita pelo governo brasileiro, Justiça Global e a Pastoral Carcerária Nacional, em nome da Conectas e de outras quatro organizações, apresentaram a perspectiva da sociedade civil sobre as violações de direitos humanos verificadas no sistema prisional brasileiro.

ii) No dia 8 de abril de 2010, as organizações apresentaram à CIDH um pedido de medidas cautelares referente à condição de detenção na DPJ de Vila Velha, requerendo que a Comissão determine que o Estado brasileiro adote as medidas necessárias para preservar a vida e a integridade física e psíquica de todos os presos, funcionários e demais pessoas em Vila Velha. Em 30 de abril de 2010, menos de um mês depois de apresentada a petição, a CIDH determinou que o Governo Brasileiro adote as medidas preventivas necessárias para proteger a vida e a integridade física dos presos na DPJ de Vila Velha. A decisão também exigiu que o Governo Brasileiro reduzisse consideravelmente a superpopulação carcerária, evite a transmissão de doenças contagiosas no interior da prisão e garanta aos presos acesso a cuidados médicos. Foram também solicitadas informações adicionais sobre a não separação entre presos condenados e detentos aguardando julgamento. Conectas, junto com as organizações parceiras, tem monitorado o cumprimento destas medidas cautelares pelo Governo Brasileiro.

Impacto e avanços positivos

O monitoramento contínuo e a pressão exercida por organizações da sociedade civil constituem um processo necessário e atual. Recentemente, pudemos verificar algumas mudanças positivas na estrutura administrativa do sistema penitenciário do Espírito Santo, em decorrência dos relatórios da Conectas sobre abusos de autoridade. De acordo com informações fornecidas por nossos parceiros locais: três agentes

Julia Neiva, coordenadora do PROGRAMA DE JUSTIÇA, é responsável pelas ações da Conectas para combater violações de direitos humanos no sistema prisional do Espírito Santo.

penitenciários, incluindo um supervisor geral, bem como um oficial do alto escalão da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, foram exonerados. Outra boa notícia foi a recente criação, pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo em abril de 2010, de um Grupo de Trabalho para monitorar e supervisionar o sistema penitenciário estadual, incluindo as unidades de detenção juvenil. Este grupo de trabalho é composto por juízes, ouvidores, membros da Procuradoria-Geral, da Ordem dos Advogados do Brasil, representantes das secretarias de segurança pública e justiça e pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos. Conectas e outras organizações parceiras pretendem colaborar com este Grupo de Trabalho e continuar pressionando autoridades do governo para que cumpram com suas obrigações perante a legislação nacional e internacional de direitos humanos.

O sistema prisional de São Paulo: um caso paradigmático

Desde 2007, a Conectas tem atuado para melhorar a situação prisional na cidade do Guarujá, no estado de São Paulo, cuja cadeia pública possui altos níveis de superlotação e reúne na mesma unidade adolescentes e presos adultos. Diante da falta de uma resposta apropriada por parte do sistema judiciário nacional, o caso foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH-OEA), que concedeu medidas cautelares determinando a retirada dos adolescentes e a adoção de diligências necessárias para garantir a integridade dos adultos.

Apesar de a Cadeia Pública do Guarujá ter sido esvaziada e fechada, em cumprimento às medidas cautelares determinadas pela CIDH em resposta ao pedido apresentado pela Conectas, juntamente com organizações parceiras, a mesma situação foi replicada na nova unidade, a carceragem do 1º Distrito Policial de Vicente de Carvalho (um dos distritos do Guarujá), para a qual foram transferidos os presos. Essa carceragem é menor e mais precária do que a anterior, o que acabou gerando os mesmos problemas de superlotação encontrados anteriormente na Cadeia Pública do Guarujá. Quanto aos adolescentes, eles permanecem detidos por vários dias em uma cela minúscula e sem ventilação adequada antes de serem transferidos para o sistema juvenil.

Com a ocorrência de inúmeros casos de violência, incluindo o resgate de presos e casos de mortes não esclarecidas, a situação tornou-se ainda mais dramática com o fechamento, na região, de outra unidade prisional, sob interdição judicial. Em janeiro de 2009, o 1º Distrito Policial de Vicente de Carvalho passou a ser a única unidade apta a receber presos da baixada santista, uma vez que este distrito policial não participa do sistema de transferência automática da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, um sistema que permitiria que detentos provisórios, no momento de sua chegada à delegacia policial, fossem automaticamente enviados para centros de detenção provisória da região. Desta forma, a superlotação nesta unidade persiste.

Apesar desta situação difícil, Conectas tem conseguido avançar no diálogo com a prefeitura do Guarujá para garantir o atendimento médico aos internos, além de ter iniciado, em parceria com organizações locais, um diálogo frutífero com o Ministério Público local. Em julho de 2010, a Conectas teve a oportunidade de encontrar o Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA) e representantes do Governo brasileiro para apresentar um relatório sobre a nova situação do sistema penitenciário do Guarujá e para mostrar sua preocupação com relação aos últimos acontecimentos. Os representantes do governo reconheceram as condições precárias de detenção, mas, infelizmente, não se comprometeram formalmente a modificar a situação em curto prazo. O caso do Guarujá é apenas mais um exemplo da complexidade do monitoramento do sistema prisional de São Paulo, o que confirma que a pressão exercida por organizações da sociedade civil constitui um processo necessário e permanente.

Conectas, em conjunto com o Instituto Pro Bono e outros parceiros, também visita regularmente outras unidades de detenção no estado de São Paulo. Este grupo de monitoramento também tem realizado diversas reuniões com juízes e outras autoridades judiciais de São Paulo. Por exemplo, o Juiz Ulisses Oliveira Gonçalves Jr., responsável pelos assuntos internos do sistema prisional no estado de São Paulo, garantiu que será realizada uma investigação sobre o tratamento degradante e condição de saúde dos detentos das unidades por nós visitadas.

éssimas condições da Cadeia Pública do Guarujá: superlotação e jovens e adultos presos na mesma unidade

Acesso a medicamentos: GTPI/REBRIP

O programa defende o acesso gratuito a medicamentos para tratamento do HIV/AIDS

O Brasil é um dos poucos países do mundo que possui uma política de acesso universal e gratuito a medicamentos para tratamento do HIV/AIDS. Essa política é mundialmente reconhecida como um grande sucesso. Entretanto, sua sustentabilidade encontra-se em risco, como já reconhecido pelo próprio Ministério da Saúde. Esse risco decorre, em grande medida, do aumento crescente dos gastos com a compra de medicamentos antirretrovirais, devido eespecialmente à introdução no mercado de novos medicamentos sujeitos à proteção de patentes e sem a equivalente produção nacional. O Brasil, até 1996, não reconhecia por lei patentes a produtos e processos farmacêuticos, o que possibilitava a produção nacional de medicamentos usados no tratamento do HIV/AIDS a um custo muito inferior ao praticado no mercado internacional. Com o advento do Acordo TRIPS da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994, o Brasil foi obrigado a alterar sua legislação e conceder patentes também na área farmacêutica. De acordo com as novas regras, os medicamentos vitais para a garantia do direito à saúde passaram a ser tratados como qualquer outra mercadoria.

A partir disso, tornou-se importante conhecer o sistema de propriedade intelectual vigente e explorar as brechas legais com o objetivo de atender às necessidades de saúde pública, em especial aquelas que permitem obter medicamentos a um preço reduzido, seja por intermédio da produção em âmbito nacional, seja pela importação de versões genéricas dos medicamentos oferecidos pelo mercado.

A Conectas, como braço jurídico do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos – GTPI/REBIRP, busca, primordialmente, minimizar o impacto negativo sobre o acesso a medicamentos essenciais da proteção legal à propriedade intelectual de produtos farmacêuticos.

Um importante exemplo do trabalho desenvolvido pela Conectas foi o uso de ferramentas jurídicas para se opor à concessão de patente ao medicamento Tenofovir (Viread), produzido pela empresa Gilead, e recomendado no tratamento do HIV/AIDS. Desde 2006, Conectas tem questionado esse pedido de patente perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), o qual foi finalmente negado em junho de 2009, permitindo que o Brasil utilizasse versões genéricas deste medicamento no tratamento do HIV/AIDS, a um preço muito mais acessível, aumentando assim o acesso público a este medicamento.

Além disso, Conectas contribuiu para evitar a aprovação de um projeto de lei que visava a atrelar a patente de um medicamento ao seu registro perante as autoridades de saúde (mecanismos conhecido como linkage). Isso atrasaria o ingresso de medicamentos genéricos no mercado. Conectas participou de uma audiência pública sobre o tema na Câmara de Deputados e apresentou um parecer contra a aprovação dessa proposta de lei. Esse projeto legislativo foi rejeitado em seguida, em novembro de 2009.

Os Crimes de Maio de 2006

Relatório comprova a violência das ações policiais contra civis durante a "Semana Sangrenta"

O período entre 12 e 21 de maio de 2006 ficou conhecido como a "Semana Sangrenta" devido ao uso abusivo da violência utilizada pela polícia e à atuação explícita de grupos de extermínio, que resultou em um aumento considerável no número de mortes de civis durante este período.

No dia 12 de maio, o Primeiro Comando da Capital (PCC), grupo do crime organizado que opera, em grande parte, de dentro dos presídios, deu início a uma série de rebeliões em presídios em todo o estado de São Paulo, em reação à transferência de lideres do PCC a unidades prisionais espalhadas por diversas localidades no estado. O objetivo dessa política era desmembrar a rede criminosa atuante dentro e fora do sistema penitenciário estadual.

Durante os primeiros seis dias foram registrados 59 casos de morte de policiais. Em reação a ataques armados contra delegacias de policia, veículos policiais e outros prédios públicos, além de rebeliões dentro das prisões, as autoridades policiais colocaram seus agentes ostensivamente nas ruas do estado, dando início a uma situação de emergência. Nos dias seguintes, mais de 500 civis foram mortos por grupos de extermínio e por ações violentas de repressão conduzidas pela polícia.

A população de várias cidades do estado de São Paulo viveu dez dias de pânico, em meio a ataques repentinos e com a sensação de que a violência fugia do controle. As pessoas tinham medo de deixar suas casas e as ruas ficaram desertas, com exceção da presença da patrulhas policiais. Diante destes fatos, foi criada uma Comissão Independente, composta por organizações da sociedade civil (entre elas a Conectas) e instituições do poder público, com o objetivo de monitorar os casos de mortes e ações policiais.

Na qualidade de membro desta Comissão, e seguindo os procedimentos instaurados na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo, órgão do Ministério Público Federal (MPF), a Conectas levou mais de três anos para obter cópia de todos os documentos, incluindo boletins de ocorrência e laudos necroscópicos relacionados às mortes causadas por armas de fogo durante a "Semana Sangrenta". A dificuldade em obter tais documentos decorreu do atraso das autoridades policiais em responder aos pedidos do MPF. O especialista sobre o tema da violência, Dr. Ignácio Cano, do Laboratório de Análise de Violência (LAV) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), estudou os documentos e os dados obtidos e produziu o relatório "Análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006" (disponível em http://www.conectas.org/arquivospublicados/crimesdemaio.htm).

Conectas Direitos Humanos, com outros membros da Comissão Independente, publicaram e lançaram o Relatório em um ato público em 12 de maio de 2009. Os resultados da pesquisa apresentaram evidências suficientes de que as mortes de civis não ocorreram em função dos ataques, mas sim como forma de represália, uma vez que apresentam elementos próprios de execuções sumárias e prática da violência policial. De acordo com os dados disponíveis, mais da metade de mortes de agentes públicos (33 casos) ocorreram nos primeiros dois dias dessa semana, enquanto os últimos quatro dias seguintes apresentaram

um aumento expressivo no número de mortes de civis por arma de fogo, estimado entre três ou quatro vezes maior do que a média em um período equivalente.

Paralelamente, a Conectas assumiu a defesa do caso de quatro jovens executados durante a Semana Sangrenta, episódio que ficou conhecido como "Chacina do Parque Bristol". Conectas representa as famílias de quatro vítimas fatais, assassinadas por um grupo de extermínio. Investigações policiais sobre essas mortes foram encerradas em novembro de 2008 sem identificar seus responsáveis.

Além disso, a Conectas iniciou dois procedimentos simultâneos nos âmbitos nacional e regional. No Brasil, apresentou um pedido ao Procurador-Geral da República para federalizar as investigações desta chacina, uma vez que os procedimentos instaurados no estado de São Paulo não chegaram a nenhuma conclusão. No âmbito regional, levou o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, pela violação dos direitos à vida, integridade física e proteção judicial, solicitando a reabertura das investigações das mortes ocorridas durante a "Semana Sangrenta".

Ações no Supremo Tribunal Federal: implementação e garantia dos direitos fundamentais

Conectas tem contribuído para maior participação da sociedade civil na proteção e promoção dos direitos humanos no Brasil.

Desde 2003, o PROGRAMA DE JUSTIÇA tem participado diretamente do debate constitucional sobre a implementação dos direitos fundamentais, realizado no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF). A justificativa para adotar esta estratégia é bastante simples. Por um lado, a Constituição de 1988 adotou uma carta de direitos extremamente generosa; além disso, o Brasil, após sua democratização, tornou-se parte de quase todos os tratados internacionais de direitos humanos. Por outro lado, a Constituição de 1988 e suas emendas deram ao Supremo Tribunal Federal uma posição de destaque na implementação e garantia dos direitos fundamentais.

Por razões institucionais, poucas ONGs procuravam influenciar as decisões do STF, em parte porque o instituto do *amicus curiae* foi introduzido na legislação brasileira apenas em 1999, bem como pela falta de tradição e experiência de ONGs brasileiras em utilizar o sistema judiciário. Nestes sete anos, Conectas apresentou ao STF 38 *amici curiae*, tornando-se a organização da sociedade civil mais atuante perante o STF. Conectas também é a organização da sociedade civil que participou de todas as audiências públicas realizadas até o momento pelo STF.

Por meio de uma sistemática colaboração com outras organizações e a criação de uma página na internet que divulga informação sobre o envolvimento do STF em questões de direitos humanos (www.stfemfoco.org.br), a Conectas tem claramente contribuído para uma maior participação da sociedade civil na proteção e promoção de direitos no Brasil.

A participação crescente de outras organizações tem permitido que a Conectas direcione sua atuação perante o STF em casos que apresentem uma relação mais direta com o seu mandato, bem como em casos onde não seja possível fomentar a participação de outras organizações diretamente interessadas no tema a ser debatido no STF.

Cinco novos *amici* foram apresentados pela Conectas em 2009, sobre as seguintes questões: união homoafetiva, autonomia da Defensoria Pública, proibição do uso de contraceptivo de emergência (pílula do dia seguinte), propriedade intelectual e acesso a medicamentos e, por fim, acesso à saúde.

Além disso, em 2009 e começo de 2010 quatro casos em que a Conectas participou como *amicus curiae* foram concluídos: caso da importação de pneus usados e remodelados (ADPF 101), o caso Raposa Serra do Sol (Pet 3388), o caso da pílula do dia seguinte (ADI 166.129, TJ/SP) e o caso do sistema da televisão digital (ADI 4344).

Amici apresentados em 2009

Uniões Homoafetivas – ADI 4277

Em julho de 2009, o Procurador-Geral da República (PGR) propôs uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), alegando a inconstitucionalidade do artigo 1723 do Código Civil brasileiro, que prevê o reconhecimento apenas das "uniões estáveis" entre um homem e uma mulher, convivendo juntos como se casados fossem. "União estável" é o termo utilizado pela legislação brasileira para estender alguns direitos decorrentes do casamento a um homem e uma mulher que vivem juntos, sem no entanto estarem formalmente casados.

Com base na igualdade constitucionalmente reconhecida e no entendimento de que uniões entre pessoas do mesmo sexo não são proibidas pela Constituição Federal, o Procurador-Geral contestou a interpretação dada a este artigo como se somente abrangesse os casais formados por um homem e uma mulher, excluindo, portanto, casais formados por dois homens ou duas mulheres.

Em parceria com a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e CORSA (Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor, grupo baseado em São Paulo), a Conectas apresentou um *amici curiae* em apoio ao pedido do Procurador-Geral da República. O argumento apresentado é de que, apesar das uniões entre pessoas do mesmo sexo não estarem especificamente mencionadas na Constituição, os direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, e as uniões por eles/elas formadas, estão de fato protegidas pela interpretação dos princípios constitucionais, bem como dos direitos e garantias individuais e coletivas. Seguindo o argumento, eventual recusa desta interpretação resultaria em séria discriminação contra grupos vulneráveis, reforçando a violência e a exclusão social inconstitucional. Este amicus conclui que a interpretação constitucional mais adequada é a de que uniões do mesmo sexo deveriam desfrutar do mesmo status, proteção, direitos e obrigações garantidos a uniões entre pessoas do sexo oposto que vivem em regime de "união estável".

Propriedade intelectual e acesso a medicamentos – ADI 4234

Em dezembro de 2007, a Conectas, em conjunto com o Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos – GTPI/REBIRP, apresentou uma representação ao Procurador-Geral da República (PGR), questionando a constitucionalidade de um mecanismo adotado pelo Brasil de revalidação de patentes estrangeiras conhecido como *pipeline*. A representação pedia ao PGR que ingressasse com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal (STF), já que organizações da sociedade civil não possuem legitimidade para ingressarem diretamente com esse tipo de ação. O argumento apresentado é de que patentes *pipeline* violam os objetivos do sistema de patentes estabelecido pela Constituição Federal.

Ao conceder às companhias o monopólio de uma medicação ou processo farmacêutico que já estava em domínio público, as patentes *pipeline* encarecem desnecessariamente os medicamentos. Esta medida gera um impacto negativo nos gastos dos pacientes e no orçamento público, reduzindo, portanto, o acesso a medicamentos, o que contraria os interesses sociais, bem como o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.

Em maio de 2009, o Procurador-Geral da República apresentou a ADI 4234, questionando a constitucionalidade do mecanismo das patentes *pipeline*. Aproximadamente 1.200 patentes foram solicitadas por meio deste mecanismo (entre elas, 750 referentes a medicamentos) e, caso o STF decida por sua inconstitucionalidade, todas elas irão retornar imediatamente ao domínio público no Brasil, permitindo a comercialização de versões genéricas desses produtos a preços consideravelmente mais acessíveis. A Conectas, juntamente com o GAPA/SP (Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS, com sede em São Paulo), apresentou um *amicus curiae* nessa ADI e incentivou diversas outras organizações da sociedade civil a fazerem o mesmo. Uma cartilha sobre as principais dúvidas a respeito das patentes *pipeline* está disponível online no seguinte endereço: http://www.conectas.org/arquivospublicados/QuestAnswers_PIPELINE_INGLES.pdf

Esse caso é um importante exemplo de como organizações da sociedade civil, mesmo sem poder propor ações diretamente perante o Supremo Tribunal, podem pautar indiretamente a agenda da Corte.

Autonomia da Defensoria Pública de São Paulo – ADI 4163

De acordo com a Constituição do Estado de São Paulo e leis estaduais, a Defensoria Pública está proibida de firmar convênios com outras entidades, exceto a seção estadual da Ordem dos Advogados do Brasil, para fornecer assistência jurídica gratuita a populações pobres. Em outubro de 2008, o Procurador-Geral da República ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), alegando a inconstitucionalidade destes dispositivos, sustentando que tal restrição viola a autonomia da Defensoria Pública prevista na Constituição Federal.

Conectas e Instituto Pro Bono, juntamente com a Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e outras seis organizações parceiras apresentaram um *amici curiae* apoiando o pedido do Procurador-Geral. As organizações sustentam que a imposição de uma única possibilidade de parceria viola a autonomia da Defensoria Pública e obstrui o direito à assistência jurídica gratuita para todos aqueles que não possuem recursos suficientes para pagar por serviços de advocacia privados. Os argumentos da organização foram apoiados pelo parecer pro bono fornecido pelo Professor Virgílio Afonso da Silva, chefe do Departamento de Direito Constitucional da Universidade de São Paulo, o qual apresentou conclusões similares. Embora as organizações não tenham sido aceitas como *amicus curiae*, o STF aceitou considerar os argumentos apresentados pelo *amicus* e pelo parecer submetidos.

Direito à Saúde - PSV 4

No Brasil, o Supremo Tribunal pode emitir súmulas vinculantes. Uma Proposta de Súmula Vinculante (PSV) pode ser apresentada por terceiros com competência estabelecida pela Constituição Federal, e as demais organizações sem competência para apresentar uma proposta de súmula vinculante independente podem participar do processo como *amici curiae*. Neste caso, o Defensor Público Federal apresentou a PSV 4, sobre a responsabilidade coletiva de todas as unidades da federação (federal, estadual e municipal) de fornecer medicamentos e tratamento médico para toda a população. A Conectas, junto com as outras organizações pertencentes ao GTPI/REBIRP (Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos), apresentou um *amicus curiae* enfatizando a importância da responsabilidade coletiva de todas as unidades da federação de "fornecer assistência médica pública" para todos. Com freqüência, Governos argumentam que a obrigação de fornecer tratamentos de saúde pertence a outra esfera do governo. Neste sentido, a aprovação de uma súmula vinculante teria o efeito de enfraquecer este argumento e, portanto, consolidar a responsabilidade de todas as esferas (federal, estadual e municipal).

Caso da pílula do dia seguinte em Pirassununga – ADI 166.921 (SP)

A cidade de Pirassununga, no interior de São Paulo, aprovou uma lei que proíbe o sistema municipal de saúde distribuir contraceptivos de emergência (pílulas do dia seguinte), sob o argumento de que se trata de um procedimento abortivo. Por ser uma lei municipal, a constitucionalidade da lei foi questionada pelo Procurador-Geral de Justiça de São Paulo perante o Tribunal de Justiça de São Paulo (e não o Supremo Tribunal Federal), por meio da ADI 166.921, depois de uma denúncia de um grupo de organizações feministas.

Conectas e a CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução apresentaram um pedido de amicus curiae em apoio ao pedido do Procurador-Geral, para que a lei seja declarada inconstitucional e a distribuição pílulas contraceptivas no sistema municipal de saúde seja garantida. As organizações defendem que se trata apenas de um método contraceptivo, porque previne a fertilização do óvulo pelo esperma, e não abortivo, uma vez que essa pílula não possui efeito algum se ingerida após a concepção.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo emitiu uma liminar que ordenou que o município disponibilize a pílula do dia seguinte, nos hospitais municipais, para todas as mulheres que apresentarem prescrição médica para este medicamento. O mérito deste caso ainda não foi decidido, porém o Tribunal de Justiça já havia recebido muitas outras ações, em anos anteriores, sobre leis semelhantes em outras cidades, tendo declarado estas normas inconstitucionais, incluindo um caso em Jundiaí em que a Conectas participou como *amicus curia*e (veja abaixo).

Acompanhando casos anteriores

Além dos novos casos apresentados em 2009, Conectas acompanha todos os casos em que participa e que ainda estejam pendentes. O acompanhamento destes casos demanda um trabalho diário que envolve: apresentação de novos documentos, sustentação oral nos julgamentos e participação em audiências públicas realizadas pelo STF, além de articulação com a mídia e com outras organizações interessadas.

Sustentação Oral

Caso da pílula do dia seguinte em Jundiaí - ADI 166.129 (SP)

Como em Pirassununga (veja caso acima), a cidade de Jundiaí, no interior de São Paulo, proibiu a distribuição de pílulas contraceptivas na rede municipal de saúde. O Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo alegou a inconstitucionalidade desta lei perante o Tribunal de Justiça (ADI 166.129), depois de uma denúncia apresentada por organizações feministas.

Conectas e a CCR - Comissão de Cidadania e Reprodução também apresentaram um *amicus curiae* para este caso, o qual foi anexado à ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade). O caso foi decidido pelo Tribunal em fevereiro de 2009 e as organizações, representadas pela advogada sênior da Conectas, Eloísa Machado, fizeram uma sustentação oral com base nos argumentos do *amicus curiae,* a favor do pedido do Procurador-Geral. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo decidiu pela inconstitucionalidade da lei.

Importação de pneus usados e remodelados – ADPF 101

Este é um dos casos ambientais mais importantes no Brasil nos últimos anos. Em 2000, o Brasil aprovou uma lei proibindo a importação de pneus usados e remodelados. Esta decisão foi tomada com base no fato de que a venda de pneus usados apresenta riscos ao meio ambiente e à saúde pública. Em 24 de junho de 2009, o Supremo Tribunal declarou a constitucionalidade desta nova legislação, que foi contestada por algumas decisões de juízes de instâncias inferiores, permitindo a importação de pneus usados e remodelados. A ação foi interposta perante o Supremo Tribunal Federal pelo Presidente da República, que apresentou uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 101) contra estas decisões de instâncias inferiores. A Conectas, em conjunto com a Justiça Global e Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte – APROMAC, foi admitida como *amicus curiae* neste caso. Em março de 2009, durante o julgamento deste caso, o Diretor da Conectas, Professor Oscar Vilhena Vieira, apresentou uma sustentação oral em apoio à proibição da importação de pneus usados e remodelados. Oscar Vilhena destacou que a Constituição é clara ao afirmar a primazia de interesses ambientais sobre a atividade econômica. A sustentação oral pode ser vista em: http://www.youtube.com/watch?v=OZxVaUL8nO4.

O caso ganhou relevância internacional depois que a Comunidade Européia pediu que fosse instaurado um painel na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra o Brasil, questionando a proibição da importação de pneus usados e remodelados. A decisão da OMC considerou justa a proibição no âmbito nacional de atividades econômicas que danifiquem o meio ambiente, desde de que a proibição valesse em todo o território nacional. O Presidente da República, portanto, interpôs a ADPF 101, perante o Supremo Tribunal Federal para cumprir a decisão da OMC. Em julho de 2006, a Conectas, juntamente com outras seis organizações da sociedade civil brasileiras e uma ONG baseada nos EUA, apresentaram um *amicus curiae* no âmbito da OMC, no qual foram apresentados os principais compromissos ambientais e obrigações em direitos humanos assumidos pelo Brasil no que diz respeito a questões de saúde pública. Esta foi a primeira vez que organizações brasileiras apresentaram um *amicus curiae* perante a OMC.

Caso Raposa Serra do Sol – Pet 3388

Em agosto de 2008, o Supremo Tribunal Federal começou o julgamento do caso mais importante sobre direitos de povos indígenas já decido por tribunais brasileiros – o caso Raposa Serra do Sol (Pet 3388), uma terra indígena na região nordeste do estado de Roraima (na região Amazônica). O julgamento foi concluído em março de 2009, quando o Supremo Tribunal decidiu manter a demarcação contínua das terras indígenas, bem como determinar a expulsão da população não-indígena do local. Este caso recebeu ampla cobertura pelas mídias nacional e internacional, dados os conflitos constantes entre a população indígena e os proprietários de terra locais. Conectas apresentou um *amicus curiae*, em que ressaltou a importância de uma demarcação contínua para a preservação da cultura e das práticas tradicionais da comunidade indígena local e apoiou a campanha a favor da demarcação contínua, liderada pela advogada e líder indígena Joênia Wapichawa. Além disso, Conectas também apresentou sua visão perante o Supremo Tribunal sobre a correta interpretação da demarcação contínua de acordo com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos de Povos Indígenas, a qual foi mal interpretada por alguns ministros do Supremo Tribunal.

Caso do sistema digital de televisão - ADI 3944

Questionando a constitucionalidade do Decreto Federal que criou o Sistema Brasileiro de TV Digital, o partido político PSOL interpôs, em 2007, a ADI 3944 perante o Supremo Tribunal Federal. Este decreto prevê a distribuição automática dos diversos novos canais de transmissão digital para as empresas que já detêm atualmente a concessão pública para explorar canais de transmissão analógica. A ADI sustenta que o sistema de televisão digital é um novo serviço e não apenas uma melhoria tecnológica, portanto a concessão de novos canais deveria ser distribuída de acordo com novas regras, considerando os princípios constitucionais do pluralismo e da liberdade de expressão e informação.

Conectas, Instituto Pro Bono e Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social foram admitidos como *amicus curiae*. Em apoio ao pedido formulado pelo PSOL, as organizações argumentaram ademais que o sistema de televisão digital poderia prever a participação de mais atores e

levar a uma revolução democrática na mídia; em contraponto à distribuição automática dos novos canais que consolida a atual repartição desigual, estimula o monopólio midiático e não promove a competição. O julgamento da ADI pelo Supremo Tribunal foi remarcado diversas vezes e, quando finalmente aconteceu, em agosto de 2010, as organizações apresentaram seus argumentos, em apoio ao *amici curiae* interposto e ao pedido originalmente formulado. O Supremo Tribunal Federal também ouviu diversos outros atores sociais e decidiu contra o pedido do PSOL e os argumentos apresentados pelas organizações. Conectas e entidades parceiras consideram que o Supremo Tribunal Federal perdeu uma oportunidade importante de aumentar a liberdade de expressão e informação no país, bem como de fortalecer a democracia no Brasil.

Audiências Públicas

Conectas participou das seguintes audiências públicas em 2009 e começo de 2010:

• Ação Afirmativa

Em março de 2010, o Supremo Tribunal Federal realizou uma audiência pública sobre o caso da ação afirmativa na Universidade de Brasília – UnB (ADPF 168). Mais de 38 organizações e especialistas apresentaram sua sustentação oral durante a audiência, e muitos outros enviaram por escrito seus argumentos sobre o caso.

Esta audiência pública ilustra bem a nova percepção das organizações da sociedade civil sobre a importância do sistema judiciário na implementação de direitos fundamentais. Neste contexto, a Conectas realizou um papel importante de fomentar o envolvimento de muitas ONGs com o judiciário brasileiro. O diretor da Conectas, Oscar Vilhena Vieira, foi um dos especialistas selecionados para participar da audiência pública, em 4 de março de 2010. A sustentação oral encontra-se disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=LPaeqSatKtk

• Saúde

A audiência pública sobre saúde, realizada entre abril e maio de 2009, constitui um bom exemplo do uso do STF como lócus de promoção de direitos humanos e contou com a participação de diversas organizações da sociedade civil e órgãos do governo. A Conectas, como integrante do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (GTPI/REBRIP), foi escolhida como uma das organizações especialistas para falar durante a audiência pública. Os argumentos apresentados pela advogada sênior da Conectas, Eloísa Machado, apóiam a tese do impacto das patentes farmacêuticas no acesso a medicamentos e, consequentemente, seu efeito nas políticas públicas de saúde (Disponível on line em http://www.youtube.com/watch?v=GAKleSJZVxc e http://www.youtube.com/watch?v=HphQX44ds7M).

Além da sustentação oral, a Conectas também apresentou memoriais escritos sobre o tema, incluindo um parecer do Relator Especial das Nações Unidas sobre o direito de todos a desfrutar o mais elevado nível possível de saúde física e mental, Anand Grover, elaborado especialmente para esta audiência pública. Este documento foi, posteriormente, publicado pelo GTPI e encontra-se disponível online no seguinte endereço: (http://www.deolhonaspatentes.org.br/media/file/Publica%C3%A7%C3%B5es/Audiencia_STF.pdf).

Além disso, o GTPI publicou um livro em inglês sobre acesso a medicamentos e direitos à propriedade intelectual em países do Sul (Brasil, China, Colômbia, Tailândia, Índia). Este livro está disponível online no seguinte endereço: (http://www.deolhonaspatentes.org.br/media/file/Publica%C3%A7%C3%B5es/Intelectual%20Property.pdf). Esta publicação foi distribuída na última International AIDS Society Conference, realizada em Julho de 2009, na África do Sul.

Eloísa Machado, advogada sênior, responsável pelas ações movidas pela Conectas.

Advogados em evento realizado pelo IPB para a promoção da cultura pro bono no Brasil

Fortalecendo a cultura jurídica *pro bono* no Brasil

Aumentar o acesso à justiça de grupos vulneráveis é uma das principais atividades deste projeto

Conectas abriga em sua sede o Instituto Pro Bono – IPB (www.probono.org.br), entidade que realiza advocacia *pro bono* por meio da prestação de assessoria jurídica gratuita especializada para organizações do Terceiro Setor, que comprovadamente não possuem recursos financeiros para contratar advogados particulares. Além disso, permite aos profissionais do direito e à escritórios de advocacia desenvolver um trabalho socialmente responsável nas respectivas áreas de atuação.

Por um lado, o objetivo é a estruturação de entidades do Terceiro Setor e, portanto, o fortalecimento da sociedade civil. Por outro lado, uma maior participação de advogados no litígio de interesse público voltado a ampliar o acesso à justiça de grupos vulneráveis.

Desde 2001 o IPB conta com mais de 520 advogados voluntários e com o apoio de 32 escritórios de advocacia de médio e grande porte. Em 2009, o IPB identificou e encaminhou demandas de pequenas ONGs à escritórios e advogados voluntários para que eles pudessem prestar atendimento jurídico gratuito às entidades cadastradas. O número de casos assumidos por advogados privados chegou a 143 ao longo do ano.

Avanços e desafios em 2009

O IPB continuou buscando os seus objetivos: disseminar a cultura *pro bono* em outros estados do Brasil e contribuir com a capacitação de estudantes universitários sobre direito de interesse público e voluntariado.

Expandindo a prática *pro bono* no estado de São Paulo e por todo o Brasil

Uma importante ação para o IPB foi a efetivação de um acordo com o CESA (Centro de Estudo das Sociedades de Advogados), que prevê que essa instituição direcione todos os pedidos por trabalho *pro bono* de seus membros para o IPB, que identificará e encaminhará as demandas, administrando os casos. Isto demonstra o reconhecimento do IPB como uma das referências na área de advocacia *pro bono.*

O principal obstáculo do IPB com relação ao fornecimento de assistência jurídica gratuita a grupos vulneráveis continua sendo as resoluções da Ordem dos Advogados do Brasil nos âmbitos federal e estadual, que consideram ilegal, na maioria dos estados brasileiros, advogados fornecerem serviços jurídicos gratuitos. Apenas em São Paulo e Alagoas as seções estaduais da Ordem dos Advogados aprovaram a "Resolução Pro Bono", permitindo que advogados e escritórios de advocacia prestem assistência jurídica gratuita a organizações sem fins lucrativos, porém, mantiveram proibida a prestação de serviços jurídicos gratuitos a indivíduos. Em outros estados, as seções estaduais da Ordem dos Advogados continuam a se opor à legalização desta prática, por a considerarem competição desleal.

No entanto, o IPB continuou atuante em três estados do Sudeste e Sul do país. Em março de 2009, o IPB realizou reuniões com o presidente da seção do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil e apresentou uma proposta de legislação de interesse público para regulamentar a prestação de serviços *pro bono*, embora uma decisão final a esse respeito ainda não tenha sido tomada, segundo escritório parceiro no Rio que acompanha o caso. No estado do Paraná, a seção de Curitiba da Ordem dos Advogados do Brasil, surpreendentemente, negou o pedido de adoção de uma resolução em favor da prestação de serviços jurídicos pro bono, sustentando que esta prática contraria o Código de Ética e Disciplina da OAB. Apesar deste retrocesso, o IPB continua sua campanha em estados do Sul do Brasil apresentando um pedido, em conjunto com um importante escritório de advocacia de Joinville, no Estado de Santa Catarina, para a aprovação da resolução pro bono na seção estadual da OAB em Santa Catarina.

Em contraponto ao lento processo de expansão da atividade *pro bono* no Brasil em razão do negativo impacto da posição da Ordem dos Advogados, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem demonstrado ser favorável à prática pro bono. Em reunião com o Diretor do IPB, Marcos Fuchs, em Brasília em março de 2009, o então Presidente do STF, Ministro Gilmar Mendes, expressou seu apoio à advocacia pro bono como forma de democratizar o acesso à justiça no Brasil.

Também é importante ressaltar que o IPB mantém estreita parceria com a Defensoria Pública de São Paulo, para a qual direciona todos os casos individuais de violações de direitos humanos que o IPB não pode, legalmente, remeter a advogados particulares *pro bono*. Regularmente, são realizadas reuniões com a Ouvidoria da Defensoria para discutir questões relacionadas ao acesso à justiça.

Finalmente, o IPB continua a disseminar os resultados de vários de seus projetos por meio de boletins online – 4 edições em 2009 – e por meio da sua página na internet (www.institutoprobono.org.br). O público alvo inclui advogados do setor privado, escritórios de advocacia, organizações de interesse público, bem como acadêmicos interessados no acesso à justiça.

Promovendo a legislação *pro bono* na universidade - Iniciativa Pro Bono Junior

Em outubro de 2009, o IPB criou o **Programa Pro Bono Junior**, em parceria com a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (DIREITO GV), primeira iniciativa deste tipo no Brasil. Trata-se de um "escritório modelo" dentro da universidade, voltado a estimular os estudantes a se engajem na advocacia *pro bono*. Advogados registrados como voluntários no IPB podem contar com a ajuda dos estudantes em casos *pro bono* para representação de ONGs cadastradas. Estudantes recebem créditos acadêmicos pelo seu trabalho. Com 40 estudantes matriculados, o programa tem se mostrado um sucesso. Além disso, membros do IPB têm prestado apoio jurídico para outra clínica jurídica da FGV sobre "Negócios Inclusivos", para catadores de material reciclável

Perspectivas para 2010

Por meio de suas viagens e consultas diretas com a comunidade de advogados, o IPB tem entendido melhor a oposição de algumas seções da Ordem dos Advogados e de seu conselhos diretivos em relação à advocacia *pro bono*. O Instituto, atualmente, procura desenvolver novas estratégias para escritórios privados de advocacia e membros do CESA que estejam dispostos a modificar a legislação existente. Além disso, devido ao sucesso da Iniciativa Pro Bono Jr. na Fundação Getúlio Vargas, o IPB continuará a negociar com outras universidades em São Paulo para estabelecer parcerias semelhantes.

O Projeto visou empoderar mulheres de São Matheus, comunidade da zona leste de São Paulo,em direitos humanos.

Emponderamento Jurídico de Mulheres Negras

O projeto discutiu questões raciais e de gênero a partir de uma perspectiva de direitos humanos

Com duração de três anos, o projeto, que teve início em março de 2007 e foi encerrado em abril de 2010, é um exemplo de sucesso de ações que abordam questões raciais e de gênero a partir de uma perspectiva de direitos humanos. Realizá-lo, em parceria com o Geledés - Instituto da Mulher Negra, foi uma experiência enriquecedora para a Conectas. A expertise do Geledés em educação popular e no trabalho pela igualdade racial e de gênero, aliada à experiência da Conectas na capacitação de ativistas e no desenvolvimento de projetos em direitos humanos, resultou em um trabalho bem sucedido.

Suas principais atividades ao longo desses anos foram:

I) a produção, em 2007, do Manual de Referência em Direito à Saúde da Mulher Negra, material didático e informativo contendo cinco cartilhas sobre as temáticas de direitos humanos, raça, gênero e saúde;

II) dois Cursos de Capacitação, iniciados em 2008, sobre gênero, raça e saúde e que reuniram mais de 110 Promotoras Legais Populares formadas pelo Geledés - Instituto da Mulher Negra;

III) a criação do Centro de Direitos no bairro de São Mateus em março de 2009.

Além disso, outras atividades foram igualmente importantes para o Projeto Direito à Saúde da Mulher Negra, tais como a criação da página do Projeto na internet (www.saudemulhernegra.org.br), participação na Campanha pela Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e auxílio na produção de material sobre a Futura Convenção Interamericana Contra o Racismo e toda Forma de Discriminação e Intolerância, bem como o diálogo com a Defensoria Pública.

Conectas e Geledés finalizaram este Projeto com o lançamento de uma publicação intitulada *Conquistando Direitos – a Experiência do Projeto Direito à Saúde da Mulher Negra*. A finalidade desse documento é explicar por que o Projeto foi desenvolvido, com base em quais constatações práticas e teóricas, como foi executado, bem como apresentar quais foram os êxitos e realizações deste projeto, de modo a encorajar e facilitar a sua replicação.

Avanços e desafios em 2009

As principais atividades realizadas pelo Projeto em 2009 e nos primeiros meses de 2010 foram:

- a criação e funcionamento do Centro de Direitos no bairro de São Mateus;
- o auxílio na produção de material referente à Futura Convenção Interamericana Contra o Racismo e toda Forma de Discriminação e Intolerância;
- a compilação e elaboração do manual de replicação do projeto

O Centro de Direitos de São Mateus

Objetivos e funcionamento

Em março de 2009, o Centro de Direitos de São Mateus foi inaugurado. Focado principalmente na educação popular como instrumento importante para a apropriação de direitos e empoderamento, o Centro de Direitos ofereceu às mulheres cursos nas diferentes áreas de atuação do Projeto - saúde, raça e gênero, a partir de uma perspectiva de direitos humanos.

Além de realizar continuamente cursos de capacitação, o Centro pretendia ser um pólo para o recebimento de denúncias sobre discriminação racial nos serviços de saúde. No entanto, as usuárias do Centro não apresentaram nenhuma denúncia. A equipe do Projeto, juntamente com o parceiro Geledés, que tem bastante experiência no recebimento de denúncias de racismo por meio de seu projeto SOS Racismo, estima que a ausência de denúncias se deva ao fato de que, no Brasil, a cultura de denunciar discriminação racial é ainda muito fraca. Esta é razão pela qual, ao invés deste mecanismo de denúncia, o programa de capacitação foi desenvolvido.

Em funcionamento três dias por semana, a programação das aulas semanais e a dinâmica do espaço onde funcionava o Centro foram organizadas em conjunto com as usuárias do espaço e a equipe do Projeto. Ao todo, durante um ano de funcionamento, o Centro realizou trinta palestras com especialistas, além de encontros para debater filmes e livros. O programa foi pensado levando em consideração as demandas e necessidades das beneficiárias. Por exemplo, decidiu-se dedicar um mês para os adolescentes, trabalhando questões como sexualidade, prevenção de DSTs, comportamento, drogas e reprodução, de modo a satisfazer uma demanda recorrente por parte das mulheres que freqüentam o Centro, muitas delas avós e mães de adolescentes e jovens entre 12 e 20 anos de idade. Outro exemplo é o curso de expressão corporal, com duração de três meses, que também foi desenhado tendo em vista atender a necessidade das usuárias de trabalhar a auto-estima.

Freqüentado por mais de 40 mulheres, o Centro também foi um espaço de encontro, que ofereceu às usuárias uma pequena biblioteca com obras sobre saúde, raça e gênero, bem como uma coleção de filmes, legislação e material informativo.

Parceiros

Além da participação direta das mulheres beneficiadas, o bom funcionamento do Centro foi garantido graças às inúmeras parcerias firmadas pelo Projeto. Tanto por meio da doação de materiais, quanto pela troca de experiências, os parceiros fizeram importantes contribuições para o projeto, entre elas:

- A parceria com o Canal Futura, um canal educativo, que doou ao Centro a Maleta Futura Democracia, que tornou possível que a equipe trabalhasse, de maneira dinâmica, temas como democracia e direitos, com programas televisivos, documentários e livros didáticos. Cabe ressaltar que alguns folhetos do Projeto foram incluídos na Maleta Futura Saúde, atualmente distribuída para organizações que trabalham com essa temática;
- O Fundo de População das Nações Unidas no Brasil (UNFPA) disponibilizou uma grande quantidade de materiais sobre saúde ao Centro para que fossem distribuídos à comunidade e às mulheres beneficiadas.
- Organizações parceiras, como a Casa Cidinha Kopcak, que trabalha com mulheres vítimas de violência na região de São Mateus, e a Casa Ser, um centro médico que trata da saúde da mulher, também encaminharam mulheres ao Centro de Direitos.

Futuro da Convenção Interamericana Contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância

O Projeto redigiu um Manual explicativo sobre a Convenção Interamericana Contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância como uma maneira de contribuir para o debate sobre a futura Convenção, contendo os seguintes tópicos: estrutura da Organização dos Estados Americanos (OEA); o significado de uma Convenção; racismo; racismo no Brasil; dados sobre afro-descendentes na América Latina; razões para uma convenção sobre raça no âmbito da OEA; criticas à elaboração da Convenção; os direitos abrangidos na Convenção; e a aplicabilidade da Convenção.

O Manual foi lançado no segundo semestre de 2009 e distribuído a organizações que trabalham com a temática racial e de gênero no Brasil.

Além do nosso parceiro mais próximo, Geledés - Instituto da Mulher Negra, outros parceiros foram também envolvidos nesse trabalho:

- Católicas pelo Direito de Decidir é uma entidade feminista, de caráter inter-religioso, cujo objetivo principal é buscar justiça social e mudanças nos padrões culturais e religiosos vigentes em nossa sociedade, respeitando a diversidade como passo indispensável para a garantia de liberdade e justiça (www.catolicasonline.org.br);
- a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, mais comumente reconhecida como Rede Feminista de Saúde, uma articulação do movimento de mulheres que reúne atualmente 266 entidades (www.redesaude.org.br).

Manual de disseminação da experiência: Conquistando Direitos – a Experiência do Projeto Direito à Saúde da Mulher Negra

O objetivo desse manual, formado por um guia de 102 páginas e um DVD de 20 minutos, é registrar a experiência de dois anos de trabalho. Espera-se que esta publicação seja um instrumento útil para estimular iniciativas que objetivem a educação em direitos como forma de transformação social, em especial no que se refere ao direito à saúde a partir de uma perspectiva de gênero e raça.

O primeiro capítulo trata da vulnerabilidade das mulheres negras no Brasil, apresentando estatísticas e resultados de pesquisas acadêmicas para expor os princípios teóricos nos quais o Projeto Direito à Saúde da Mulher Negra foi construído. Além disso, ressalta a importância de políticas públicas que fomentam um tratamento igualitário na área da saúde, como é o caso da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Já o segundo capítulo contém uma análise detalhada das ações realizadas pelo projeto, com informações sobre os participantes envolvidos nestas ações, além de recomendações para a replicação de dinâmicas que fizeram sucesso durante o Projeto.

Por fim, com o objetivo de dar voz às beneficiárias do Projeto, um documentário audiovisual, com vinte minutos de duração, contendo depoimentos de 10 participantes do Centro de Direitos, compõe o terceiro capítulo. Intitulado *'Vivências – Registros do Centro de Direitos do Projeto Direito à Saúde da Mulher Negra'*. O documentário retrata experiências vividas por elas nos serviços de saúde, tratando de temas como negritude, apropriação de direitos e empoderamento.

Conclusão do projeto: continuidade com a comunidade

Com a conclusão após três anos de desenvolvimento do projeto, a equipe, juntamente as beneficiárias do Centro, transferiu suas atividades para um espaço comunitário na região de São Mateus. A comunidade se apropriou da iniciativa e mantém o espaço de convivência para as mulheres.

Clínica de Negócios Inclusivos

Promover a responsabilidade social e ambiental de empresas e apoiar práticas de negócios inclusivos

A Clínica de Negócios Inclusivos é resultado de uma parceria entre a Escola de Direito da FGV (DIREITOGV), a Fundação AVINA e a Conectas Direitos Humanos. Seus principais objetivos são fomentar a responsabilização social e ambiental de empresas, e apoiar a prática de negócios inclusivos.

Negócios inclusivos são definidos como iniciativas economicamente lucrativas e responsáveis do ponto de vista sócio-ambiental, que utilizam mecanismos de mercado para melhorar a qualidade de vida de pessoas de baixa renda.

A Fundação AVINA, principal financiadora da Clínica que trabalha com catadores de materiais recicláveis, aprovou um financiamento para que um dos seus fellows, Oscar Vilhena Vieira (Diretor da Conectas e Professor da FGV), implementasse este projeto. A Conectas contribui para o projeto fornecendo assistência jurídica gratuita em apoio às atividades da Clínica, e a Escola de Direito da FGV abriga a Clínica, bem como presta apoio acadêmico para a sua realização.

Dois anos de Clínica: avanços e desafios

Contexto do Projeto e justificativa

Nos primeiros dois anos, o trabalho desenvolvido pela Clínica tinha como principal foco promover a inclusão sócio-econômica de catadores de materiais recicláveis. Estes trabalhadores, que constituem a base da cadeia produtiva da reciclagem, são submetidos a diversas formas de exploração, que vão desde remuneração insuficiente até condições insalubres de trabalho. Muitos catadores continuam trabalhando em condições desumanas, puxando carroças pesadas, muitas vezes com a ajuda de uma família inteira, incluindo crianças.

Este quadro se deve principalmente à falta de um marco regulatório que estabeleça responsabilidades jurídicas na fase posterior ao consumo, da fragilidade de políticas públicas inclusivas para catadores, bem como em razão da própria lógica do mercado, que vai contra à idéia de trabalho diário para subsistência, uma vez que exige quantidade, qualidade e prazo para o faturamento.

Por essa razão, questionar as políticas públicas de inclusão e estabelecer responsabilidade jurídica de grandes geradores de resíduos e de empresas que produzem ou utilizam materiais recicláveis para concluir suas operações, constituem os principais objetivos da Clínica até o momento.

Principais resultados

Este projeto possui como objetivo criar um marco legal para regular o pós-consumo e/ou o uso de materiais recicláveis por grandes empresas; bem como garantir que os direitos de catadores de materiais recicláveis sejam protegidos.

Nos últimos dois anos, a Clínica de Negócios Inclusivos buscou incidir sobre o Congresso para aprovação de leis socioambientais que regulassem a política nacional de resíduos sólidos, com destaque especial para a participação de catadores na cadeia produtiva de reciclagem. Além disso, a Clínica forneceu, por meio de uma parceria com o Instituto Pro Bono, serviços jurídicos para aconselhar os catadores sobre como criar cooperativas ou associações, para possibilitar que os próprios catadores realizem negócios como prestadores de serviços para empresas públicas e privadas.

o projeto pretende criar um marco legal para regular o pós-consumo e o uso de materiais recicláveis por grandes empresas e garantir os direitos de catadores de materiais recicláveis.

ÁREA INSTITUCIONAL

Para enfrentar as dificuldades decorrentes da crise econômica mundial, a Conectas tem fortalecido sua área institucional, a fim de reduzir os custos fixos sem, no entanto, afetar a implementação dos projetos. Como diz o ditado, tivemos que trocar a roda enquanto o carro ainda estava em movimento.

Consolidando nossas bases

O principal objetivo de 2009 foi assegurar a sustentabilidade financeira da organização contra os efeitos negativos da crise econômica mundial.

Embora seja considerada uma organização relativamente nova, a Conectas tem obtido cada vez mais prestígio por adotar perspectivas inovadoras e novas formas de atuação, tanto no âmbito nacional, quanto internacional. A Conectas tem se expandido constantemente desde a sua criação em 2001, no que diz respeito a sua equipe, estrutura e orçamento.

O orçamento da organização em 2009 foi consideravelmente afetado pela crise econômica mundial e pela desvalorização do dólar em relação ao real. A Conectas promoveu cortes drásticos em suas despesas, incluindo congelamento de salários e redução da remuneração dos diretores em 50%, bem como a redução dos custos fixos (em especial, mudança de sede para diminuição do aluguel pago). Portanto, 2009 foi um ano de grandes desafios, já que muitos projetos estavam em pleno processo de expansão. Para enfrentar este momento de crise, a Conectas tem fortalecido sua área institucional, a fim de reduzir os custos fixos sem, no entanto, afetar a implementação dos projetos. Como diz o ditado, tivemos que trocar a roda enquanto o carro ainda estava em movimento.

A área institucional é dividida em três setores, cujas atividades estão intimamente interligadas:

DESENVOLVIMENTO	COMUNICAÇÃO	GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
• Financiamento; • Controle de atividades e produção de relatórios; • Planejamento e avaliação.	• Contato com a mídia; • Manutenção dos websites • Boletins regulares; • Clippings internos diários • Apoio às atividades dos projetos.	• Apoio administrativo; • Controle das contas e produção de relatórios financeiros.

PRINCIPAIS DESAFIOS INSTITUCIONAIS

• Assegurar novas formas de financiamento; • Atender às diversas obrigações de controle de atividades e produção de relatórios, conseqüência da diversificação das fontes de financiamento; • Definir o curso das estratégias de longo prazo e perspectivas institucionais.	• Desenvolver e disseminar materiais institucionais sobre a organização e suas atividades; • Informar a mídia e influenciar o debate público; • Garantir a comunicação com redes de organizações e acadêmicos parceiros para interação e advocacy	• Revisar práticas e processos internos para atender as necessidades de diversos projetos e doadores; • Repensar prioridades para se adequar à crise financeira mundial; • Aproximar a execução orçamentária e controle financeiro dos coordenadores de projeto e doadores.

Captação de recursos, planejamento e avaliação

Captação de recursos, produção de relatórios e controle de atividades

No que diz respeito à captação de recursos, o principal objetivo em 2009 foi assegurar a sustentabilidade financeira da organização em face aos efeitos adversos da crise econômica mundial.

Em 2009, a Conectas continuou a receber apoio financeiro de suas principais fontes de financiamento, a saber: Fundação Ford, Open Society Institute, Overbrook/BWF, OAK Foundation, Comissão Européia, UNDEF. Além disso, três novos doadores passaram a apoiar as atividades da Conectas em 2009/2010: Mac Arthur Foundation, Sigrid Rausing Trust e Fundação Carlos Chagas. Vale destacar que a doação da Fundação Carlos Chagas constitui o primeiro aporte considerável vindo de uma fundação brasileira, destinado à Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos.

Conectas também se beneficiou de outras doações destinadas a projetos específicos, no período de 2009/2010. São elas: Anistia Internacional; Ministério de Saúde do Governo Brasileiro/UNESCO; Democracy Coalition Project; Embaixada dos Países Baixos em Brasília; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Consulado-Geral da França em São Paulo; Fundação Friederich Ebert - Brasil; Rede-DESC; Lawyers Collective; National Endowment for Democracy; OSI Criminal Fund; OSI Public Health Program; Oxfam; Embaixada da Suíça em Brasília; Fundação das Nações Unidas e Alto Commissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

Para atingir estes resultados, mais de 100 editais de financiamento foram analisados e mais de 30 propostas foram submetidas a possíveis financiadores para obtenção de novos recursos ou renovação de doações anteriores, e, dentre estas, 20 propostas foram aprovadas. Toda a equipe da Conectas, incluindo diretores, coordenadores de projeto, oficiais de programa, além de membros da equipe de comunicação e da área financeira, contribuíram para enfrentar este desafio.

Por fim, é importante ressaltar que a Conectas também recebeu, neste período, doações em espécie, que contribuíram para fortalecer a capacidade e o alcance do trabalho da organização: o trabalho de 30 voluntários (estudantes universitários); a parceria com a Fundação Getúlio Vargas que ofereceu o local para realização da edição anual do Colóquio Internacional de Direitos Humanos e outros eventos promovidos pela Conectas; os estágios oferecidos por ONGs brasileiras para os ativistas que participaram do Programa de Intercâmbio em Direitos Humanos para a África Lusófona, promovido pela Conectas; colaboradores e autores não-remunerados que enviaram seus trabalhos para a Revista Sur; a assistência jurídica pro bono oferecida pelo Instituto Pro Bono ao PROGRAMA DE JUSTIÇA da Conectas; bem como cursos oferecidos para nossa equipe, gratuitamente ou a um baixo custo, por instituições renomadas - SENAC, Umapaz, Itaú Social e Instituto Fonte.

Planejamento e Avaliação

Em 2009, Conectas se empenhou arduamente para melhorar os processos internos de planejamento e avaliação, introduzindo um método mais sistemático: planejamento estratégico e operacional, o qual foi seguido por uma avaliação organizacional. Ao longo de todos estes processos foram utilizadas metodologias participativas e auto-avaliativas envolvendo todos os membros da equipe.

O planejamento estratégico teve início com a participação de duas facilitadoras externas, Thereza Penna Firme e Angela Dannemann, que concluíram as primeiras etapas deste processo utilizando uma metodologia intitulada "avaliação de empoderamento". Conectas dará continuidade a este processo em 2010 e 2011.

Os processos de planejamento da área operacional também foram melhorados. Além do controle por projeto, foi realizado um debate e uma análise mais profunda sobre a sinergia e integração entre as atividades realizadas pelos diferentes programas.

Por fim, uma avaliação institucional foi realizada por Martha Farmelo, consultora da Open Society Institute Latin America Program (OSI LAP), como parte de uma iniciativa de capacitação (*capacity building initiative* – CBI, na terminologia original, em inglês) da OSI LAP destinada a um grupo de organizações selecionadas pela pelo impacto e pela visão de seu trabalho. Esta iniciativa oferece a possibilidade de solicitar aporte institucional para vários anos, e busca fortalecer a estrutura e as atividades das organizações para maximizar seu impacto e sustentabilidade. O objetivo deste processo de avaliação institucional foi auxiliar a Conectas em seu processo interno de fortalecimento institucional, identificando áreas que funcionam bem e pontos que demandam maior atenção por parte da organização. O relatório final, entregue em abril de 2010, constitui uma importante contribuição para o atual planejamento estratégico da Conectas.

Ampliando a visibilidade e diálogo com outros atores

Melhorando e reformulando a comunicação da Conectas

A área de comunicação da Conectas desenvolve e coordena a comunicação interna e externa da organização. É responsável por estabelecer o diálogo entre a Conectas e seus parceiros institucionais, manter contato próximo com formadores de opinião e a mídia, além de organizar o fluxo interno de informação.

Ao longo de 2009, esta área foi repensada como um componente estratégico para o fortalecimento institucional e para auxiliar o pleno desenvolvimento dos projetos da organização.

A Comunicação teve muitas realizações no ano de 2009 e também investiu tempo e recursos que, em 2010 e 2011, devem resultar em maior visibilidade e diálogo entre a Conectas e seus financiadores e com o público em geral.

Visão geral dos avanços em 2009/2010

Desenvolvimento de um novo website a ser lançado em 2010

Um novo website institucional foi projetado para ser mais interativo, de fácil navegação e atrativo, além de apresentar melhor informações atualizadas e promover maior integração com os websites de projetos específicos da organização.

A reformulação da distribuição e do formato do boletim da Conectas

Homepage do novo site da Conectas: mais interativo, de fácil navegação e atrativo.

A Conectas mudou a periodicidade de seu boletim mensal, passando a editá-lo a cada dois meses. Em 2009, foram publicados sete boletins. A distribuição online do boletim foi melhorada com o uso de um sistema de envio intitulado "Campaign Monitor". Este serviço é útil para criação e envio de campanhas via email, administração de listas de assinantes e criação de relatórios com dados sobre as reações dos leitores ao conteúdo enviado, como, por exemplo, informações sobre as notícias mais acessadas. O novo formato do boletim será lançado juntamente com o novo website.

Maior contato com a mídia

Durante 2009 e 2010, as atividades da Conectas ganharam considerável visibilidade na mídia nacional e internacional. Em 2010, a equipe de comunicação passou a contar com um assessor de imprensa, com objetivo de formular uma política mais pró-ativa junto aos meios de comunicação. A equipe da Conectas também recebeu um treinamento sobre mídia por Tomas Fischer (Zenza), como uma contribuição *pro bono*, para melhorar as habilidades de comunicação da Conectas e sua relação com jornalistas.

Publicações

Além do apoio às publicações dos projetos da Conectas, a área de comunicação coordenou a segunda edição do Relatório Anual de Atividades da Conectas, publicado em inglês e português. Este relatório foi enviado aos nossos doadores e principais parceiros, e também está disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.conectas.org/relatorio2008en.htm

Apoio a eventos

A área de comunicação também forneceu apoio específico ao 9o Colóquio Internacional de Direitos Humanos (http://www.conectas.org/coloquio/IX/) de diversas formas, como, por exemplo, administração das ferramentas online para recebimento de inscrições e seleção dos participantes, a manutenção de um blog criado especialmente para o evento http://www.ixcoloquio.blogspot.com/; além da publicação de diversos materiais para os participantes do Colóquio.

Gerenciamento e prestação de contas

Revisão dos procedimentos administrativos e redução de custos

Para atender às necessidades decorrentes da expansão da organização, multiplicação dos projetos realizados e diversificação das fontes de financiamento, foi necessário melhorar a área administrativa e financeira e revisar as práticas e procedimentos internos da organização.

Um dos grandes desafios para a equipe foi racionalizar os atuais custos administrativos. Empenhou-se, especialmente, na atualização e sistematização do arquivo institucional, bem como na redução dos custos administrativos, adotando soluções mais econômicas para o fornecimento de materiais de escritório, despesas com telefonia e etc.

Para reduzir os custos fixos, a transformação estrutural mais importante foi a mudança da localização da sede da Conectas. O novo escritório fica no centro velho da cidade de São Paulo, região onde os aluguéis são mais baratos em razão da deterioração urbana. Diferente das antigas instalações, composta de duas pequenas casas, o novo escritório é maior e mais funcional.

Toda a equipe auxiliou no processo de mudança, o que possibilitou que a organização não parasse as suas atividades durante este processo. Por exemplo, não tivemos problemas quanto à rede de computadores durante a mudança. Além de adquirir nova mobília, nós também compramos novos equipamentos essenciais para melhorar a comunicação: um sistema integrado de telefonia, um equipamento para realização de teleconferências e um projetor

para apresentação de slides, com possibilidade de uso interno e externo.

Outra questão administrativa foi a criação de regulamentos e processos internos compatíveis com as exigências oficiais, a pedido dos auditores. Além disso, a equipe administrativa e financeira implementou os novos procedimentos internos estabelecidos pelo manual de gestão, elaborado especialmente para a Conectas por uma consultora externa em 2008. Estes procedimentos, em grande medida, facilitam o fluxo e controle financeiro dos projetos. Em 2009, um grupo de estudantes voluntários da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas também nos ajudou a analisar algumas questões administrativas para melhorar os nossos procedimentos internos.

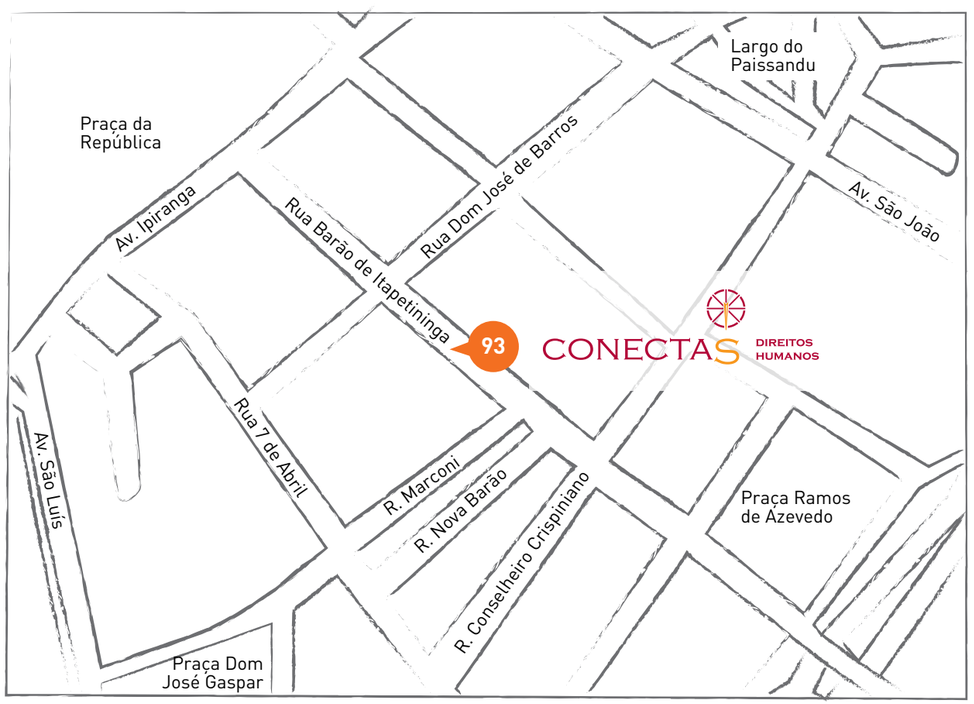
Foco na prestação de contas e transparência

O setor financeiro da Conectas responde, regularmente, às solicitações da empresa de auditoria internacional Baker Tilly (http://www.bakertillybrasil.com.br/en/), que avaliou a execução de todos os nossos projetos. As contas das duas pessoas jurídicas que formam a Conectas são, desde 2007, sujeitas à auditoria externa independente. Uma empresa de contabilidade(www.contfisco.com.br) também presta apoio ao setor financeiro da Conectas.

Finalmente, também deve ser mencionado que:

- Conectas, via de regra, não permite que os gastos gerais da organização excedam os recursos disponíveis e, desde a sua criação, não contraiu qualquer empréstimos com instituições financeiras;
- Entre 2009 e junho de 2010, apresentamos mais de 20 relatórios narrativos e financeiros, todos aprovados. Nossa organização cumpre com todas as suas obrigações referentes à apresentação de relatórios, atentando cuidadosamente aos prazos e mantendo contato constante com os financiadores para o controle do gasto das doações recebidas.

Estes resultados são extremamente gratificantes para nós e demonstram a maturidade e eficiência de nossos setores financeiro e administrativo.



Novo endereço da Conectas:
Rua Barão de Itapetininga, 93 - 5º andar | São Paulo - SP | CEP 01042-908 | Brasil
Tel/Fax: 55 11 3884-7440

Desafios e perspectivas institucionais para 2010/2011

A área institucional da Conectas, como um todo, expandiu em 2009/2010 e conseguiu obter resultados positivos em diversos aspectos. Entretanto, há ainda a necessidade de ampliar a sua capacidade para atender as crescentes demandas operacionais dos diversos projetos. Por isso, a Conectas tem dado especial atenção ao desenvolvimento de sua área institucional para não prejudicar o funcionamento pleno das atividades planejadas e, assim, beneficiar toda a organização.

Para 2010 e 2011 diversas medidas foram planejadas para atender esta prioridade:

- fortalecer a área institucional como um importante elemento estratégico da organização, por meio de sua reorganização e expansão;
- fortalecer os processos internos de planejamento e avaliação, dando continuidade ao processo de planejamento iniciado em 2009, o controle da implementação do planejamento operacional dos projetos para o ano de 2010/2011, bem como o desenvolvimento das avaliações qualitativas;
- fortalecer a sustentabilidade financeira da organização, por meio da sistematização dos procedimentos para controle orçamentário, produção de relatórios e financiamento, bem como busca de novos financiadores no Brasil e elaboração de um plano de ação para captação de recursos de doadores internacionais, além do mapeamento de oportunidades para redução de custos;
- Melhorar e inovar as estratégias de comunicação da Conectas, por meio do desenvolvimento de canais estratégicos e específicos de comunicação com diversos atores envolvidos, atualizando materiais institucionais e elaboração de outros materiais, finalizando as mudanças nos websites, bem como utilizando novas ferramentas como instrumentos de comunicação social e recursos audiovisuais;
- Melhorar o gerenciamento financeiro e administrativo, dando continuidade à renovação dos equipamentos na nova sede, à avaliação e revisão dos procedimentos internos, implementação de um sistema integrado de gerenciamento (ERP), bem como desenvolvimento de uma política de recursos humanos;
- Aumentar a participação de membros do Conselho Consultivo, a fim de utilizar suas habilidades, contatos e experiência para que eles possam desempenhar um papel mais próximo das atividades operacionais e da captação de recursos pela organização.

Relatórios Financeiros Auditados

Associação Direitos Humanos em Rede

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Administradores
Associação dos Direitos Humanos em Rede

1. Examinamos o balanço patrimonial da Associação dos Direitos Humanos em Rede, levantado em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação dos Direitos Humanos em Rede em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio social e os seus fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 19 de março de 2010.

BAKER TILLY BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-2SP016754/O-1

MAURO AKIO SAKANO
CONTADOR – CRC- SP143589/O-9

www.bakertillybrasil.com.br
BAKER TILLY INTERNATIONAL
Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1461 - 4º e 12º andares - Cidade Monções
CEP: 04571-021 - São Paulo, SP - Tel.: (11)5504-3000 e Fax: (11)5504-3001
BAKER TILLY BRASIL
AUDITORES & CONSULTORES

QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)

ATIVO	2009	2008
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	2 90.567	393.771
Outras contas a receber	1 37.514	9 .950
NÃO CIRCULANTE		
PERMANENTE		
Imobilizado	4 3.802	39.899
TOTAL DO ATIVO	4 71.883	443.620

PASSIVO	2009	2008
CIRCULANTE		
Contas a pagar	4.200	3.630
Obrigações sociais	21.534	12.448
Obrigações tributárias	71	7.522
Adiantamentos diversos	41.097	74.405
	66.902	98.005
NÃO CIRCULANTE		
PATRIMÔNIO SOCIAL		
Patrimônio social	384.797	394.648
Superávit (Déficit) do exercício	20.184	(49.033)
	404.981	345.615
TOTAL DO PASSIVO	471.883	443.620

QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)

	2009	2008
RECEITAS		
Doações nacionais	7 6.995	61.215
Doações do exterior	2 .128.084	2.159.945
RECEITAS DAS DOAÇÕES	2 .205.079	2.221.160
DESPESAS		
Gastos com os projetos	(1.879.322)	(1.958.331)
Despesas com pessoal	(347.296)	(328.950)
Despesas financeiras	(4.642)	(6.697)
Despesas tributárias	(24.163)	(24.140)
Receitas financeiras	7 0.528	47.925
DESPESAS DAS ATIVIDADES	(2.184.895)	(2.270.193)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	20.184	(49.033)

QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
(Em reais)

	Patrimônio Social	Superávit (déficit acumulado)	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	2 42.411	169.978	412.389
Transferência para patrimônio social	169.978	(169.978)	-
Ajuste do evercício anterior	(17.741)	-	(17.741)
Deficit do exercicio	-	(49.033)	(49.033)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	394.648	(49.033)	345.615
Transferência para patrimônio social	(49.033)	4 9.033	-
Ajuste do evercício anterior	39.182	-	39.182
Superávit do exercicio	-	2 0.184	20.184
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	384.797	2 0.184	404.981

QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)

	2009	2008
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	2 0.184	(49.033)
Ajustes por:		
- Depreciação	1 4.225	22.632
- Ajuste do exercício anterior	3 9.182	(17.742)
- Baixa de ativo imobilizado	3 .969	-
	7 7.560	(44.143)
VARIAÇÃO NOS ATIVO E PASSIVOS		
Outras contas a receber	(127.564)	1 1.369
Contas a pagar	5 70	568
Obrigações sociais	9 .086	(10.730)
Obrigações tributárias	(7.451)	(4.632)
Adiantementos diversos	(33.308)	9 .598
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(81.107)	(37.970)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compra de ativo imobilizado	(22.097)	(5.463)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(22.097)	(5.463)
DECRÉSCIMO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(103.204)	(43.433)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3 93.771	437.204
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2 90.567	393.771
DECRÉSCIMO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(103.204)	(43.433)

Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Administradores
Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos

1. Examinamos o balanço patrimonial da Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos, levantado em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio social e os seus fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 19 de março de 2010.

BAKER TILLY BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-2SP016754/O-1

MAURO AKIO SAKANO
CONTADOR – CRC-1SP143589/O-9

www.bakertillybrasil.com.br
BAKER TILLY INTERNATIONAL
Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1461 - 4º e 12º andares - Cidade Monções
CEP: 04571-011 - São Paulo, SP - Tel.: (11)5504-3800 e Fax: (11)5504-3805
BAKER TILLY BRASIL AUDITORES & CONSULTORES

QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)

ATIVO	2009	2008
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	7 4.460	381.736
Outras contas a receber	4 1.545	28.365
NÃO CIRCULANTE		
PERMANENTE		
Imobilizado	6 39	1.570
TOTAL DO ATIVO	1 16.644	411.671

PASSIVO	2009	2008
CIRCULANTE		
Obrigações sociais	-	4.459
Obrigações tributárias	225	3.538
Credores diversos	-	4.800
	225	12.797
NÃO CIRCULANTE		
PATRIMÔNIO SOCIAL		
Patrimônio Social	398.874	176.282
Superávit (Déficit) do exercício	(282.455)	222.592
	116.419	398.874
TOTAL DO PASSIVO	116.644	411.671

QUADRO II – DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)

	2009	2008
RECEITAS		
Doações nacionais	81.611	-
Doações no exterior	58.799	823.437
RECEITAS DAS DOAÇÕES	140.410	823.437
DESPESAS		
Gastos com projetos	(446.877)	(599.371)
Despesas tributárias	(6.711)	(8.433)
Resultado Financeiro	30.723	6.959
DESPESAS DAS ATIVIDADES	(422.865)	(600.845)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(282.455)	222.592

QUADRO III – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
(Em reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	1 76.282	-	176.282
Superávit do exercício	-	2 22.592	222.592
AEM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	1 76.282	222.592	398.874
Transferência do patrimônio social	2 22.592	(222.592)	-
Déficit do exercício	-	(282.455)	(282.455)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	398.874	(282.455)	116.419

QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)

	2009	2008
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	(282.455	2 22.592
Ajustes por		
- Depreciação	9 31	2.061
	(281.524)	2 24.653
VARIAÇÃO NOS ATIVOS E PASSIVOS		
Outras contas a receber	(13.180)	(22.645)
Obrigações sociais	(4.459)	2.512
Obrigações tributárias	(3.313)	(803)
Credores diversos	(4.800)	(12.111)
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades operacionais	(307.276)	1 91.606
ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES	(307.276)	1 91.606
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES		
Caixa equivalente de caixa no início do período	3 81.736	190.130
Caixa equivalente de caixa no fim do período	7 4.460	381.736
ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES	(307.276)	1 91.606

NOSSA EQUIPE

DIRETORIA

Conectas Direitos Humanos é formada por duas organizações parceiras que atuam sob a mesma denominação e desenvolvem atividades afins.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS	
ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE	SUR-REDE UNIVERSITÁRIA DE DIREITOS HUMANOS
MALAK POPPOVIC – Diretora MARCOS ROBERTO FUCHS – Diretor adjunto	OSCAR VILHENA VIEIRA – Diretor MARCOS ROBERTO FUCHS – Diretor adjunto

ÁREA INSTITUCIONAL

COMMUNICATIONS

DENISE CONSELHEIRO – Coordenadora (até abril de 2010)
NATÁLIA SUZUKI – Coordenadora (desde julho de 2010)
RUI SANTOS – Assistente de Imprensa (desde maio de 2010)
MARCELO MOISÉS – Programador (até setembro de 2009)
CLEYTON VILARINO – Estagiário (até dezembro de 2009)

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

NATHALIE NUNES – Coordenadora
MURIEL SOARES – Estagiária (até março de 2010) e Assistente de Programa (Colóquio Internacional, desde abril de 2010)

GERÊNCIA FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA

FERNANDA MIOTO - Coordenadora
ROSIMEYRI CARMINATI – Assistente Financeira
GISELE MARIA DOS SANTOS – Assistente Administrativa
JOSEFA DAS NEVES DOS SANTOS LEITE – Assistente Administrativa
MAIRA BARRETO – Assistente Administrativa (até dezembro de 2009)
VIVIANE CARMINATI – Estagiária
CELSO GOTTSFRITZ – Consultor de Informática

PROGRAMA SUL GLOBAL

JUANA KWEITEL – Coordenadora do Programa Sul Global
LUCIA NADER – Coordenadora de Relações Internacionais

PEDRO PAULO POPPOVIC – Editor da Revista Sur
CAMILA ASANO – Oficial de Programa (Política Externa)
MARIANA DUARTE (Representante em Genebra/Suíça)
MILA DEZAN – Oficial de Programa (Intercâmbio com África Lusófona) e Oficial de Comunicação (Área Institucional, desde junho de 2010)
THIAGO AMPARO – Oficial de Programa (Colóquio Internacional, Revista Sur)
MARÍLIA RAMOS – Estagiária (Política Externa, desde setembro de 2010)
RAPHAEL DAIBERT – Estagiário (Colóquio Internacional, até dezembro de 2009)
RENATO BARRETO - Estagiário (Revista Sur, até junho de 2010)
ROSANA MIRANDA – Estagiária (Política Externa)
TATIANA SILVA – Estagiária (Colóquio Internacional e Intercâmbio com África Lusófona)

PROGRAMA DE JUSTIÇA

ELOISA MACHADO – Coordenadora do Programa de Justiça (até junho de 2009)
JÚLIA NEIVA – Programa de Justiça (desde agosto de 2009)
MARCOS ROBERTO FUCHS – Diretor do Instituto Pro Bono
BRUNA ANGOTTI – Coordenadora (Programa Saúde da Mulher Negra)
CAROLINA BITTENCOURT - Advogada (Instituto Pro Bono, até dezembro de 2009)
ERIC LOCKWOOD - Advogado (Instituto Pro Bono, até dezembro de 2009)
FLÁVIA SCABIN - Advogada (Clínica Jurídica)
MARCELA VIEIRA - Advogada (Artigo 1º)
RAISSA GRADIM – Advogada (desde março de 2010)
SAMUEL FRIEDMAN - Advogado (Artigo 1º)
FABIANE OLIVEIRA – Estagiária (Programa Saúde da Mulher Negra, até abril de 2010; Artigo 1º, desde maio de 2010)
FERNANDA SACILOTTO – Estagiária (Artigo 1º, desde junho de 2010)
MONICA UCHOA LIMA DA ROSA – Promotora Legal Popular (Programa Saúde da Mulher Negra)
RICCARDO SPENGLER HIDALGO SILVA – Estagiário (Artigo 1º)
ROBERTA ABDALLA – Estagiário (Instituto Pro Bono, desde julho de 2010)
VALCRÉCIO PAGANELE – Estagiário (Artigo 1º, até julho de 2009)
VIVIAN SAMPAIO – Estagiário (Artigo 1º, até fevereiro de 2010)

VOLUNTÁRIOS 2009/2010

Conectas também conta com uma equipe de voluntários para cada um de seus projetos e recebe estudantes brasileiros e estrangeiros para estágios não-remunerados.

Estudantes brasileiros: Alexandre Pacheco, Ana Letícia Salles, Anna Livia Arida, Bárbara de Castro Marra, Bruno Vinicius Luchi Paschoal, Daniella Carvalho, Fernanda Balera, Gala Dahlet, Igor Machado, Letícia Quixadá, Marília Velloso, Newton Martins, Renata Laurino, Thaís Olivetti, Thilá do Nascimento.

Estudantes estrangeiros: Bianca Santos, Clara García Parra, David Schäfer, Emma Kemp, Erika da Cruz Pinheiro, Kayley Bebber, Laura Abadia, Rebecca Dumas, Sonia Soriano.

CRÉDITOS

CONTEÚDO
Equipe da Conectas

EDIÇÃO, REVISÃO E TRADUÇÃO
Kayley Bebber
Malak Poppovic
Natália Suzuki
Nathalie Nunes
Pedro Paulo Poppovic
Akemi Kamimura
Thiago Amparo

DESIGN GRÁFICO
E-moviment

EDIÇÃO DE ARTE
Iara Camargo

IMPRESSÃO
Brasilgrafia ABC Gráfica Ltda.

FOTOS
Arquivo pessoal da família de Guilherme Lustosa (p. 4)
Palê Zuppani (p. 16)
Leandro Viana (p.20, 37, 38)
André Seiti Miyahara (p.23, 25, 26)
Conectas Direitos Humanos (p.32, 34, 36, 56, 60, 64, 67, 82, 86)
Jeff Dias (p.50, 53, 80)
Lino Hellings (p.92)